



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”-

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Sueli Aparecida de Souza

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO DISTRITO DE GARDÊNIA,
MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP**

Presidente Prudente/SP

2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”-

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO DISTRITO DE GARDÊNIA,
MUNICÍPIO DE RANCHARIA/SP**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz

Presidente Prudente/SP

2015

Souza, Sueli Aparecida

718a Análise do desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia,
Município de Rancharia/SP / Sueli Aparecida de Souza. - Presidente Prudente
: [s.n], 2015
225 f.

Orientador: Rosângela Custodio Cortez Thomaz

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Território do turismo. 2. Manifestações culturais. 3. Distrito de
Gardênia. I. Thomaz, Rosângela Custodio Cortez. II. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. ROSÂNGELA C. CORTEZ THOMAZ
ORIENTADORA

PROF. DR. JOÃO OSVALDO R. NUNES
(FCT/UNESP)

PROF. DR. MILTON AUGUSTO P. MARIANI
(UFMS)

SUELI APARECIDA DE SOUZA

Presidente Prudente (SP), 21 de dezembro de 2015.

RESULTADO: APROVADA

DEDICATÓRIA

À meus pais, Geraldina Viana Pereira e Teotônio Pereira de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de inspiração e que a todos os momentos da minha vida se faz presente.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio fornecido em alguns momentos dessa pesquisa.

A Professora Rosângela Custodio Cortez Thomaz que por meio da sua tão dedicada orientação, possibilitou que esta pesquisa fosse realizada.

Agradeço a todos os professores e funcionários da FCT/UNESP que contribuíram direta ou indiretamente pela minha formação.

Agradeço a todos os amigos de caminhada acadêmica que conheci e me acompanharam nesse processo de construção do conhecimento.

Agradeço em especial os amigos: Clediane Nascimento dos Santos, Renata Prates e Larissa Coutinho que prontamente me acolheram durante esse percurso e aos quais puderam oferecer muito mais que abrigo material.

Agradeço aos amigos Alessandro Donaire, Tatiana Colasante, Janaina Soares, Rizzia Mendes Mares e Juliane Ribeiro e muitos outros por me oferecer momentos especiais de descontração e partilha de conhecimento;

A toda a equipe da Escola Municipal “Carlos Bueno de Toledo” que prontamente me atenderam e que estão sempre receptivos a troca de novos conhecimentos.

A toda a equipe da Secretaria Municipal da Educação que deram todo o apoio necessário a minha formação.

Aos funcionários da Prefeitura de Rancharia, assim como dos órgãos a ela vinculados (Secretaria do Turismo, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Secretaria Municipal da Agricultura).

Aos funcionários da Casa da Lavoura de Rancharia;

A toda comunidade do Distrito de Gardênia, que desde início da minha caminhada acadêmica sempre estiveram solícitos a cooperar;

Aos amigos de trabalho Helena Bueno, Rosa Maria Mendes e Maria Aparecida Rosa que sempre me proporcionaram momentos de conforto e que sempre oferecem sugestões quando em minha caminhada a dúvida me perturba;

Enfim a todos aqueles que de alguma forma contribuíram na realização desse trabalho de pesquisa. Obrigada. Muito obrigada.

RESUMO

O turismo tem se firmado presentemente como uma atividade econômica em considerável expansão, consequentemente esse fato vem ratificar a relevância de estudos visando compreender a forma como essa atividade se territorializa. A pesquisa tem o propósito de analisar o desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia/SP por meio da abordagem geográfica para compreender as formas de apropriação de seus recursos naturais e culturais como atrativos turísticos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de investigação teórica e empírica, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e questionários abertos a fim de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo e obter um contingente informacional acerca das manifestações culturais, geografia, turismo, território e suas relações. Desse modo, embasando-se nesses recursos, verificamos que o Distrito de Gardênia tem na atividade turística uma possibilidade de diversificação econômica, sobretudo, por dispor de recursos naturais e culturais em potenciais. Nesse sentido, as manifestações culturais através de suas festividades e a Represa do Capivari tem relevante papel como atrativos turísticos, atraindo um contingente significativo e diverso de visitantes. Dentre os apontamentos sobre os elementos que envolvem esses atrativos, como a infraestrutura básica e turística existente no local do evento e/ou no Distrito, revelaram que atendem as necessidades básicas dos participantes, mas que necessitam ser melhoradas. Enfim, quanto às ações empreendidas pelos agentes responsáveis ainda no tocante ao desenvolvimento do turismo, essas carecem de projetos mais sólidos, considerando que majoritariamente são proposições.

Palavras-chave: Território; turismo; manifestações culturais; Distrito de Gardênia

ABSTRACT

Tourism has now established itself as an economic activity considerably expanded, thus this fact ratifies the relevance of studies to understand how this activity will expand the territory. The research aims to analyze the development of tourism in Gardenia District, city of Rancharia / SP through the geographical approach to understanding the forms of appropriation of its natural and cultural resources as tourist attractions . The research was developed through theoretical and empirical research , by conducting semi-structured interviews and open questionnaires in order to deepen the knowledge about the object of study and obtain an informational contingent about cultural events , geography, tourism , territory and its relations. So if basing on these resources , we find that the Gardenia District has in tourism a possibility of economic diversification , especially for disposal of natural and cultural resources in potential. In this sense, cultural events through its festivities and Capivari Dam plays an important role as tourist attractions , attracting a significant and diverse contingent of visitors. Among the notes on the elements that surround these attractions, such as basic infrastructure and existing tourism at the event and / or the District revealed that meet the basic needs of the participants, but that need to be improved. Anyway , for the actions undertaken by still responsible agents regarding the development of tourism, these need to be more solid projects , considering that mostly are propositions .

Keywords: Territory, tourism; cultural events; Gardenia District.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Rancharia e seus Distritos.	17
Figura 2: Distrito de Gardênia, área de pesqueiro no meio rural.	64
Figura 3: Distrito de Gardênia, Croqui da área Territorial.	73
Figura 4: Distrito de Gardênia, safra de algodão (1952).	78
Figura 5: Distrito de Gardênia, distribuição dos remanescentes de mata Atlântica	83
Figura 6: Distrito de Gardênia, áreas de ocupação irregular.	89
Figura 7 e 8: Distrito de Gardênia, áreas de loteamentos imobiliários.	90
Figura 9: Distrito de Gardênia, espacialização de atividades turísticas. Erro! Indicador não definido.	
Figura 10: Distrito de Gardênia, Condomínio Paraguaçu, vista parcial.	92
Figura 11: Distrito de Gardênia, Condomínio Recanto Feliz.	94
Figura 12: Distrito de Gardênia, meio urbano, Condomínio Sossego (III).	95
Figura 13: Distrito de Gardênia, área urbana, Condomínio IV - vista parcial	96
Figura 14: Distrito de Gardênia, meio urbano, área de segundas residências.	97
Figura 15: Distrito de Gardênia, meio rural, áreas de segundas residências.	98
Figura 16: Distrito de Gardênia, projeto Corvina Rives.	99
Figura 17: Distrito de Gardênia, rede rodoviária, vista parcial	101
Figura 18: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Pelotinha, área de restaurante.	102
Figura 19: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Sivuca, vista parcial.	104
Figura 20: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Rancho da Tulha, vista parcial.	105
Figura 21: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Rancho das Corvinas, vista parcial.	106
Figura 22: Municípios que integram o Circuito Turístico Oeste Rios.	110
Figura 23: Município de Rancharia, localização na Região RT Sol do Oeste – Regiões turísticas do Estado de São Paulo.	112
Figura 24: Distrito de Gardênia, meio rural, casa de segunda residência.	134
Figura 25: Distrito de Gardênia, meio rural, resquício de curral utilizado na criação de gado.	135
Figura 26: Distrito de Gardênia, meio rural, construção embargada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).	136
Figura 27: Distrito de Gardênia, Festa de São Sebastião, procissão (1960).	141
Figura 28: Distrito de Gardênia, Festa de São Sebastião, comércio informal I.	144
Figura 29: Distrito de Gardênia, convite da Festa de São Sebastião (2014).	147
Figura 30: Festa de São Sebastião, fiéis em procissão.	148
Figura 31: Festa de São Sebastião, comunidade preparando assados.	149
Figura 32: Festa de São Sebastião, comunidade escolar, momentos de entrevistas.	150
Figura 33: Distrito de Gardênia, Pioneiros da segunda frente de fundação, João Francisco Grillo e Pedro Abel (194[...]).	152
Figura 34: Distrito de Gardênia, Festa de São Benedito, procissão.	153
Figura 35: Distrito de Gardênia, Festa de Nossa Senhora Aparecida, devotos em procissão.	154
Figura 36: Distrito de Gardênia, Festa de Nossa Senhora Aparecida, comunidade preparando os alimentos.	155
Figura 37: Distrito de Gardênia, cartaz da Festa do Tropeiro.	158
Figura 38: Festa do Tropeiro, desfile representativo II.	160
Figura 38: Festa do Tropeiro, desfile temático I.	161
Figura 39: Festa do Tropeiro, desfile temático.	161
Figura 40: Distrito de Gardênia, entrevista de história oral no âmbito escolar.	162

Figura 41: Distrito de Gardênia, Fest Peixe cartaz ilustrativo.....	164
Figura 42: Distrito de Gardênia, Fest Peixe, equipe de gastronomia.	165
Figura 43: Distrito de Gardênia, Fest Peixe, Guardas Municipais.	166
Figura 44: Distrito de Gardênia, Represa do Capivari, vista parcial.	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais atividades econômicas desenvolvidas no Município de Rancharia e porcentagem de população empregada	71
Tabela 2: Rancharia e Distritos, porcentagem de população rural e urbana.	80
Tabela 3: Distrito de Gardênia, renda familiar por domicílio (2000 – 2010).	81
Tabela 4: Distrito de Gardênia, dados percentuais de longevidade.	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Festividades religiosas, visitantes/turistas, motivações em participar.	169
Gráfico 2: Festividades desvinculada do universo sacro, visitantes/turistas, motivações.	169
Gráfico 3: Distrito de Gardênia, festividades religiosas, visitantes/turistas, opinião sobre infraestrutura básica e turística.	170
Gráfico 4: Distrito de Gardênia, festividades desvinculada do sacro, visitantes/turistas, opinião sobre infraestrutura básica e turística.	171
Gráfico 5: Distrito de Gardênia, Festividades, visitantes/turistas, frequência no Distrito.	174
Gráfico 6: Distrito de Gardênia, festividades, Visitantes/turistas – ocupações.	175
Gráfico 7: Festividades, visitantes/turistas, nível de escolaridade.	176
Gráfico 8 : Distrito de Gardênia, festividades, possuem propriedade no Distrito.	176
Gráfico 9: Distrito de Gardênia, festividades, atrativos turísticos visitados.	177
Gráfico 10: Distrito de Gardênia, festividades, visitantes/turistas, meio de transporte utilizado.	179
Gráfico 11: Distrito de Gardênia, perfis dos moradores locais, do número total de entrevistados nas festividades.	180
Gráfico 12: Distrito de Gardênia, festividades religiosas, moradores locais, motivações.	181
Gráfico 13: Distrito de Gardênia, festividades desvinculada do sacro, moradores locais, motivações.	181
Gráfico 14: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, conhecimento do histórico da festa.	182
Gráfico 15: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, opiniões sobre a infraestrutura básica e turística.	182
Gráfico 16: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, opinião sobre o evento.	184
Gráfico 17: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, se consideram o evento um atrativo turístico.	185
Gráfico 18: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, nível de escolaridade.	186
Gráfico 19: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, profissões.	187
Gráficos 20 e 21: Distrito de Gardênia, visitantes/turistas – segundas residências.	188
Gráfico 22: Distrito de Gardênia, motivações	188
Gráfico 23: Distrito de Gardênia, visitantes/turistas – tempo que freqüentam.	189
Gráfico 24: Distrito de Gardênia, Condição da propriedade que ocupa.	190
Gráfico 25: Distrito de Gardênia, Visitantes/turistas, meio de transporte.	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: festividades, visitantes/ turistas, categorização das opiniões sobre infraestrutura básica e turística.....	173
Quadro 2: Festividades, moradores locais categorização das opinioes sobre infraestrutura básica e turística.....	183
Quadro 3: Áreas de segundas residências, opinião sobre infraestrutura básica e turística.	191

LISTA DE SIGLAS

AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGC- Agência de Correios Comunitária
APP- Área de Preservação Permanente
AMITUR- Associação dos Municípios de Interesse Turístico
CATI- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CESP- Companhia Energética de São Paulo
CIVAP- Consórcio Internacional do Vale do Paranapanema
CLT- Consolidação de Leis do Trabalho
ECOTUR- Festa da Ecologia e do Turismo
EMUBRA- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
ETEs – Estação de Tratamento de Esgotos
FEPASA- Ferrovia Paulista S.A
HTPC- Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC- Instituto Geográfico Cartográfico
IPRS- Índice Paulista de Responsabilidade Social
LDB- Lei de Diretrizes e Bases
LOA – Lei Orçamentária Anual
OMT- Organização Mundial do Turismo
PDEVP- Plano de Desenvolvimento Econômico e Local do Vale do Paranapanema
PDTR - Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo
PIB- Produto Interno Bruto
PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRT - Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
PPP- Projeto Político Pedagógico
PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool
PRONAF- Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
RAIS- Relação Anual das Informações Sociais
REGIC- Regiões de Influência das Cidades
SEADE- Fundação Sistema de Análise de Dados
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTEL- Secretaria da Cultura Turismo Esporte e Lazer

SECULT- Secretaria da Cultura e do Turismo

SEDUC- Secretaria Municipal da Educação

SEMAM- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

UNIPONTAL- União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 A motivação, a justificativa, o recorte espacial e os objetivos	16
1.2 Os questionamentos, a problemática e as hipóteses	22
2 DETALHAMENTO METODOLÓGICO	25
2.1 O estudo de caso	27
2.1.1 A pesquisa descritiva e a pesquisa exploratória	28
2.1.2 A abordagem qualitativa	29
2.1.3 A pesquisa bibliográfica	30
2.1.4 A Pesquisa documental	30
2.1.5 A pesquisa de campo e a observação	31
2.1.6 Quanto à padronização: a entrevista semiestruturada ou semidiretiva e o questionário	32
2.1.7 Técnicas de análise e interpretação dos dados	38
CAPÍTULO 3: GEOGRAFIA DO TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	41
3.1 A relevância da abordagem geográfica do turismo	41
3.2 Turismo e território	46
3.2.1 A apropriação do território pelo turismo	46
3.2.3 Turismo e desenvolvimento local	55
CAPÍTULO 4: AS TERRITORIALIDADES DOS SUJEITOS LOCAIS – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA E DO DISTRITO DE GARDÊNIA/SP	62
4.1 A territorialidade dos sujeitos	62
4.2 Caracterização do Município de Rancharia	66
4.2.2 História	66
4.2.3 Aspectos naturais	68
4.2.4 Aspectos socioeconômicos	69
4.3. O Distrito de Gardênia	72
4.3. 1 Localização, histórico, conceituação, aspectos econômicos e naturais	72
CAPÍTULO 5 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE GARDÊNIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	86
5.1 Desdobramentos nas dimensões socioespaciais e econômicas	86

5.1.1 Desdobramentos no meio rural e no meio urbano: novos usos e apropriação do território	88
5.2 Desdobramentos nas políticas públicas para o turismo	107
6 RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS COMO CAMPO DE POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO DISTRITO DE GARDÊNIA	114
6.1 Entrevistas	117
6.1.1 Secretaria de Planejamento	117
6.1.2 A secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)	123
6.1.3 Escola Municipal: Gestores e professores	126
6.1.4 Os proprietários rurais	133
6.2 Festividades	139
6.2.1 A Festa de São Sebastião	139
6.2.2 A Festa de São Benedito	151
6.2.3 A Festa de Nossa Senhora Aparecida	153
6.2.4 A Festa do Tropeiro	156
6.2.5 O Fest Peixe	163
6.3 Resultados e análises das informações obtidas nas festividades realizadas no Distrito de Gardênia	168
6.3.1 Visitantes/Turistas	168
6.3.2 Moradores locais	180
6.3.3 Áreas de segundas residências – visitantes/turistas	187
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
8 REFERÊNCIAS	196
APÊNDICE A– Modelo de entrevista – Secretaria da Cultura e Turismo	207
APÊNDICE B – Modelo de entrevista – GESTOR	208
APÊNDICE C – Modelo de entrevista – PROFESSORES	209
APÊNDICE D – Modelo de Entrevista organizadores das festividades	210
APÊNDICE E - Modelo de Entrevista – Secretaria de Planejamento	211
APÊNDICE F- Modelo de entrevista - Secretaria de Obras e Urbanismo	212
APÊNDICE G1 - Modelo de entrevista – Representante da cultura local – Festa de São Sebastião	213
APÊNDICE G2 – Modelo de entrevista – Representante da cultura local – Festa do Tropeiro	214

APÊNDICE H – Modelo de entrevista – PROPRIETÁRIOS RURAIS.....	215
APÊNDICE I – Modelo de questionário - festividades – visitantes/turistas.....	216
APÊNDICE J – Modelo de questionário - festividades – Moradores locais	217
APÊNDICE K - Modelo de questionário – visitantes/turistas – áreas de segundas residências	218
ANEXO 1 - Termo de Autorização para uso de obras e imagens	220
ANEXO 2 - Termo de consentimento de uso da entrevista	221
ANEXO 3 - Termo de Autorização para uso de imagem - Escola	222

1 INTRODUÇÃO

1.1 A motivação, a justificativa, o recorte espacial e os objetivos

O interesse e a preocupação com relação aos processos de mudanças (sociais, econômicas, culturais e espaciais) ocorridos nas cidades pequenas, sobretudo em Distritos, sempre foi frequente na rotina pessoal e acadêmica da pesquisadora. Nesse sentido, por estar inserida nesse contexto, vivenciei, particularmente nas últimas décadas, alterações significativas no uso e apropriação do território por dinâmicas diversas. Assim, de modo mais preciso, a mecanização da agricultura, o êxodo rural, a expansão da cultura da cana-de-açúcar e a progressiva perda do dinamismo econômico e populacional nos pequenos núcleos urbanos, como os Distritos do Município de Rancharia, associados às continuas refuncionalizações do território no Distrito de Gardênia para a prática de atividades ligadas ao turismo (segundas residências, pesqueiros e ranchos), foram consolidando o interesse da mesma acerca desse fenômeno e sua materialização, que releva grande complexidade, assim como do papel da gestão pública diante desse fato.

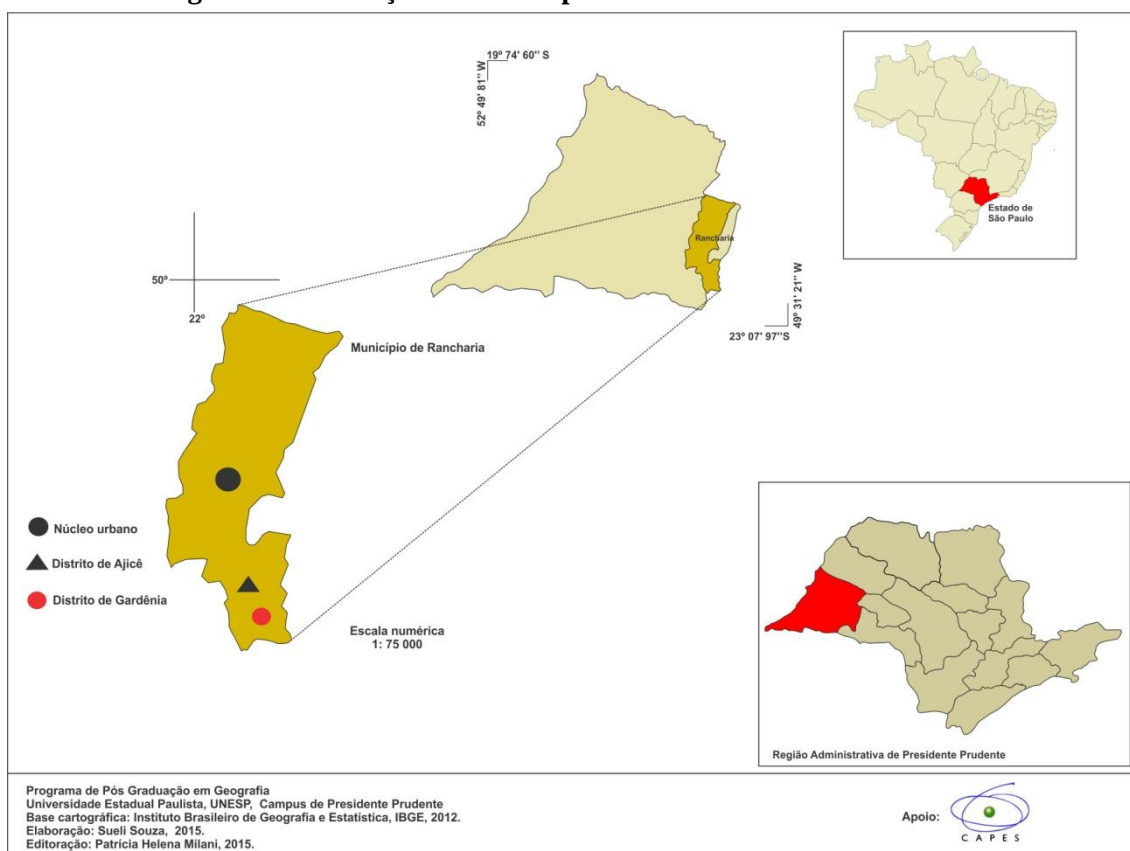
Consequentemente, essa conjuntura colaborou sobre medida na escolha da Geografia como ciência e disciplina capaz de contribuir para a compreensão de grande parte dessas dinâmicas travadas em meu cotidiano. Destarte, a mediação entre teoria e prática trouxeram ferramentas para responder alguns questionamentos imediatos e, concomitantemente, buscar outros entendimentos mais complexos, amparados em estudos teóricos.

Nesse sentido, com o ingresso no magistério público municipal em 2002 colaborou por intensificar as relações socioespaciais com o Distrito de Gardênia, passando a ser mais que sua área de trabalho. Essa condição despertou, em suas observações diárias, questionamentos acerca de algumas dinâmicas que ocorriam no contexto daquele “pacato” distrito, como o contínuo decréscimo populacional, que, no âmbito da educação, refletia na progressiva diminuição do número de alunos na escola, simultâneo ao recorrente pedido de transferências versus matrículas. Esse fenômeno pressupunha uma possível relação com o processo de mudanças no uso da apropriação do território (tanto no meio urbano como no meio rural) no Distrito principalmente para a monocultura da cana-de-açúcar versus atividade turística, as quais careciam de maiores investigações. No tocante a esse último elemento, destacava-se a fixação de banners com apelo imobiliário e de vendas de produtos destinados aos segmentos da

pesca (iscas, peixes, alugueis de ranchos e barcos), assim como a implementação de loteamentos para a construção de condomínios e/ou chácaras de segundas residências, pesqueiros e ranchos, aos quais serão explicitados no capítulo quatro.

Enfim, caminhos se abriram a respeito desse enfoque, o que resultou em um trabalho (monografia¹) que, conforme apontado, na ocasião, buscou-se compreender os processos de mudanças no uso e na apropriação do território no Distrito de Gardênia (Figura 1) ao longo do tempo, bem como algumas de suas funções atualmente.

Figura1: Localização do Município de Rancharia e seus Distritos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – (2012). Org: Souza (2015).

Assim, as averiguações e as limitações encontradas no desenvolvimento da monografia instigaram a dar continuidade a um estudo no mesmo recorte espacial, resultando em um Projeto de Pesquisa dessa dissertação. Nessa ocasião, buscamos analisar e apreender as transformações socioespaciais pela prática do turismo no

¹ Ver SOUZA (2012)

Distrito, bem como de seus atrativos (culturais e naturais) como possibilidade turística, buscando elaborar algumas diretrizes para o desenvolvimento dessa atividade.

Portanto, dentre os quesitos basilares utilizados para a eleição desse recorte espacial (distrito), além das motivações brevemente apresentadas, destacam-se especialmente a escassez de estudos acerca dessa configuração e a relevância econômica do município (que pode ser checada posteriormente na tabela 1) paralela à produção do território para o turismo. Além do mais, sobre esta última consideração, tomando por base Souza (2012), as observações nesse contexto evidenciavam a sua importância turística para o município, simultânea à necessidade de ações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade de maneira harmoniosa (planejamento, gerenciamento etc.). Isto posto, como visto em Souza (2012), particularmente pelas constatações de que os projetos turísticos iniciais no Distrito foram pensados como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico.

Assim, diante do descrito, apoiando-se em Seabra (2007), adiantamos que, dentre os quesitos para alcançar o desenvolvimento local por atividades ligadas ao turismo, são imprescindíveis em seu planejamento ações que considerem, além dos proveitos econômicos, a dimensão social coletiva (comunidade, agentes públicos municipais) com vistas a promover a promoção da qualidade de vida. Nessa acepção, outras discussões mais aprofundadas serão posteriormente realizadas (RODRIGUES (1997) e OLIVEIRA (2001).

Nesse sentido, Cruz (2003) certifica que há um crescente interesse pela temática do turismo na contemporaneidade, seja no âmbito do ensino, seja como a atividade em si gerando renda e emprego através da movimentação de pessoas. Assim, a autora citada ressalta a relevância de, ao fazer um exame espacial dessa atividade, considerar os limites e as viabilidades de sua evolução no (re)ordenamento do território.

Nessa mesma linha de compreensão, Santos (2013) acrescenta que, pelo turismo se configurar como uma atividade complexa, abrangendo múltiplos elementos (naturais, culturais, sociais etc.), analisá-lo é raciocinar sobre todo o conjunto de ações e infraestrutura profícuo em seu desenvolvimento. Assim, examinar o território do distrito sob a perspectiva do turismo permitirá compreender e averiguar as questões significativas em sua instalação e, desse modo, as ações mais relevantes em prol de alcançar o desenvolvimento territorial.

Cruz (2003) também corrobora ao dizer que a expansão do turismo enquanto atividade econômica motiva e resulta no aumento da necessidade de envolvimento

espacial para que, na ordem de uma atividade organizada, possa dispor de todo o sistema de objetos (infraestruturas) requeridos. Dessa forma, em acordo com os autores, reitera-se que a relevância de empreender esse estudo sobre o uso e a apropriação do território pela prática de atividades ligadas ao turismo no Distrito de Gardênia, bem como a análise da potencialidade de seus atrativos (naturais e culturais). Nesse rol de ações, inclui-se também a apreensão da opinião de seus envolvidos (comunidade local, visitantes/turistas) sobre a qualidade do produto turístico ofertado com intuito de conhecer as necessidades e seus interesses e garantir um planejamento turístico coerente.

Conforme elucidado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2006); Ignarra (2003) os atrativos turísticos são constituídos pelas instituições culturais, como as bibliotecas, museus, e também as manifestações tradicionais populares, com seus modos de vida, usos. Nessa acepção, abrangem as festas religiosas, populares, folclóricas como, reisado, a folia de reis, a gastronomia local e as festividades cívicas oficiais. Além disso, são identificadas como atrativos, as promoções técnicas científicas ou artísticas.

Santos (2013, p.72), corrobora que “atrativo turístico é um elemento que já é aproveitado efetivamente pelo turismo. Já apresenta um fluxo de visitante considerável, além de contar com a presença de estruturas básicas, tais como hospedagem e serviços de alimentação”. Igualmente, podem ser lugares, objetos ou eventos de interesse que estimule a movimentação de pessoas para visitá-lo (MAGALHÃES, 2002).

Assim, é sabido que, cientes da relevância econômica do turismo, foram tomadas algumas medidas por parte do Poder Público Municipal com o intuito de despertar o olhar para as potencialidades turísticas do Município. Desse modo, foram desenvolvidas ações com ênfase na inserção do Município nos programas e projetos a níveis estaduais e federais (Programa de Turismo Receptivo (PTR), Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Projeto Circuito Oeste Rios, Associação dos Municípios de Interesse Turístico (AMITur²) entre outros), vislumbrando o

² A AMITur é uma organização da sociedade civil, de âmbito nacional, que por meio de seus membros visa fomentar o desenvolvimento em todos os seguimentos do desenvolvimento do turismo para as cidades interioranas e litorâneas, com o intuito de sanar as lacunas entre os municípios e a esfera estadual e federal. Nesse âmbito, desde o ano de 2013 o Município de Rancharia se afiliou à Associação dos Municípios de Interesse Turístico (AMITur)², desvinculando o pedido ao Ministério do Turismo e passando a integrar um projeto de maior proporção que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo. Esse projeto agrupa cerca de cento e trinta e dois municípios com interesse e com vocações turísticas em potenciais, que pleiteiam o título de Municípios com Interesses Turísticos, sob a coordenação da AMITur,

desenvolvimento territorial através de atividades ligadas ao turismo (lazer, pesca, segundas residências). (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 2014).

Desse modo, o Distrito de Gardênia que é o objetodesse estudo será analisadopor meio da abordagem geográfica, pois se considera que, dentre as ciências sociais, “a geografia tem se apresentado como uma das que mais tem se aberto ao debate acadêmico sobre variados temas relevantes do período contemporâneo” (SILVA, 2012, p. 48). Assim, essa perspectiva possibilita estudar a maneira como a prática das atividades turística se espacializa no território do Distrito, bem como os seus recursos naturais e as manifestações culturais.

Nesse âmbito, em consonância com os estudos de Braun (2011), Petrochi (2001) e Cruz (2003),afirmam que o turismo, se bem planejado, poderá contribuir para o desenvolvimento do lugar em que se realiza, por isso deve envolver em suas ações as dimensões naturais, culturais e sociais. Essa assertiva, como visto em Souza (2012), nos faz inferir de antemão que alguns dos elementos que colaboraram no corolário de algumas das adversidades no desenvolvimento do turismo no Distrito vêm da necessidade de estudos indispensáveis na elaboração de seus projetos, como um planejamento turístico que inclua o levantamento apurado de seus recursos, integrado à participação ativa da comunidade com vistas a atingir objetivos comuns.

Assim, validamos a presunção de que os resultados da pesquisa cooperem para avivar o debate sobre esse recorte espacial e que, mesmo em forma de amostragem, contribuam com informações relevantes na formulação de ações por parte dos Agentes Municipais acerca da viabilidade do desenvolvimento territorial no município pela atividade turística. No tocante a essa iniciativa, é cabível ressaltar que a introdução de temas contemporâneos no âmbito da educação com significativa ascensão como o turismo tem suavemente encontrado seu espaço, porém nosso intuito nesse estudo é apenas incentivar essa perspectiva. Portanto, pretendemos, nessa ocasião, investir no envolvimento dos sujeitos locais (comunidade, alunos e equipe gestora) como colaboradores em alguns momentos no desenvolvimento da pesquisa (entrevistas, questionários), assim como, posteriormente, socializar os resultados finais a fim de

que promove reuniões periódicas para tratar do assunto, as quais o Município tem participado nesses últimos dois anos (2013/2014) (AMITUR, 2009).

AMITUR, Associação dos Municípios de Interesse Cultural e Turístico. **Histórico**. 2009. Disponível em: <http://www.amitur.org.br/>. Acesso em: 13 de fev. 2015.

levá-los a apreender e refletir sobre o modo como está sendo desenvolvido o uso e a apropriação do turismo em seu território.

Enfim, a pertinência e relevância dessa pesquisa residem no fato de não haver, no município de Rancharia, estudo que retrate sobre os recursos existentes como possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, podendo-se, assim, usufruir das informações para o encaminhamento de ações por parte do Poder Público municipal no tocante ao turismo.

Nessa ótica, parte-se do pressuposto de que o conhecimento do espaço vivido e a valorização do Município, através dos atrativos turísticos, desperte o interesse do educando, instigue sua participação nas aulas e contribua para a iniciação em Geografia, ciência que centra suas análises na relação sociedade-natureza.

Ademais, esses propósitos estão em acordo com as constatações de Oliveira (2001) e Xavier (2007) sobre a relevância geográfica e social do turismo, em razão do envolvimento e da determinação na (re)organização do território em seus mais diversos aspectos. Nesse âmbito, os autores são unânimes em frisar a eminência da conexão do turismo com outras áreas de estudo, especialmente a Geografia que, propriamente assentada sob o prisma espacial, auxilia na compreensão da análise da prática do turismo no território onde se realiza.

Convém frisarmos, então, que se busca com essa iniciativa piloto, simultaneamente, a conscientização dos sujeitos (professores e equipe gestora) de se adotar práticas educativas que extrapolem os limites da sala de aula, possibilitando aos sujeitos desvendar e analisar as dinâmicas que ocorreram e que ocorrem no lugar em que estão inseridos.

Consideramos também que o contato com o meio de forma dirigida levará os sujeitos a perceber, além das mudanças que se materializam em seu espaço, os seus rebatimentos nos elementos que o compõem (natural, social e cultural), contribuindo assim em atitudes que zelem pela sua preservação do patrimônio cultural e natural do lugar.

A geografia ensinada nas escolas tem como objetivo fazer com que o aluno entenda como ocorre a interação do ser humano com a natureza e ainda promover a compreensão que, como ser humano, também é construtor do espaço em que vive. Nesse sentido, Filizola (2004 apud SALES; ASSIS, 2006) também vem destacar que o crescimento e a difusão do Turismo em escala global lançam uma série de

possibilidades para articular as discussões entre o ensino de Geografia e o Turismo, vindo a reafirmar nosso propósito.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia/SP. Busca-se ainda, através da abordagem geográfica, compreender e averiguar a territorialização dessa atividade nesse contexto, bem como a apropriação de seus como atrativos turísticos naturais e culturais.

Já os objetivos específicos consistem em:

- Investigar como estão formulados os projetos e ações voltadas ao aproveitamento dos recursos naturais e culturais do município pelo Poder Público Municipal local;
- Refletir sobre o conceito de turismo na abordagem geográfica;
- Entender como as atividades turísticas se apropriam do território;
- Verificar as opiniões, bem como identificar o perfil do público (visitantes/turistas e moradores locais) sobre os atrativos turísticos naturais (Represa) e culturais (festividade) do Distrito de Gardênia;
- Avaliar as territorialidades existentes no Distrito de Gardênia, sejam elas recursos ou atrativos turísticos.

Assim, espera-se que o fato de se tratar de um recorte espacial pouco debatido como distrito contribua no entendimento e no interesse por essas áreas, já que, conforme expõe Silva (2011), há uma tendência da maioria das pesquisas de se centrar em grandes centros urbanos com importância econômica.

1.2 Os questionamentos, a problemática e as hipóteses

Sabe-se que o mundo contemporâneo tem induzido novas aspirações sociais sob as mais diversas motivações. Assim, os estudos apontam que há uma crescente busca e apropriação dos recursos naturais e culturais presentes no território pelo turismo. Esse cenário, de modo sucinto, tem contribuído por suscitar debates acerca de algumas atitudes para com o uso equilibrado desses recursos, visando sua preservação e seu uso

de maneira sustentável. Desse modo, considerando a expansão da apropriação dos recursos culturais e naturais pelo turismo, bem como sua relevância como possibilidade de melhoria na qualidade de vida da comunidade em que se realiza, faz-se necessária a motivação da construção social das identidades locais. Por conseguinte, a cultura tratando-se de marca da própria vivência do ser humano ao longo do tempo denota uma construção social singular que necessita ser analisada considerando as suas mais distintas representações. Quanto a isso, Froehlich e Alves (2007) atentam que a reconstrução das identidades locais e regionais, demandada mediante os projetos turísticos e as novas tramas sociais geradas, consequentemente predispõe a uma nova territorialidade.

Essa reflexão oferece subsídios para alguns questionamentos preliminares que se fizeram presentes durante o desenvolvimento da pesquisa e que se interrelacionam em um único âmbito, a educação e o local:

- 1) Quem são os sujeitos inseridos no contexto do Distrito e o que pensam a respeito dos atrativos turísticos existentes em seu contexto?
- 2) Como se dá a relação da geografia ensinada no contexto escolar com os acontecimentos que ocorrem no lugar em que o aluno está inserido?
- 3) Os conteúdos, práticas pedagógicas no ensino de geografia contribuem na leitura das transformações socioespaciais pela prática do turismo?
- 4) Como a escola trabalha para que os alunos percebam os potenciais paisagísticos e culturais do Distrito?
- 5) O objeto em questão está inserido nos planos de Aula de Geografia, especificamente, e no Projeto Político Pedagógico da escola?
- 6) Quem são os visitantes/turistas e os moradores locais que frequentam as manifestações culturais do Distrito? Quais as opiniões acerca dos atrativos turísticos existentes no Distrito, bem como da qualidade do produto ofertado? Quais os perfis e motivações em frequentar o Distrito e /ou buscar seus recursos naturais ou culturais?
- 7) Quem são os agentes públicos municipais e quais as ações propostas para fomentar o turismo no município?

Essas questões e outras que, consequentemente, surgiram no decorrer da pesquisa foram mediadas com o movimento teórico/conceitual que foi organizado, em que foram ora refutadas, ratificadas ou até mesmo contribuíram por suscitar novos questionamentos.

Assim, os raciocínios a serem defendidos são que: os recursos turísticos (naturais e culturais) do Distrito de Gardênia representam mais que um herança singular, sendo assim, estão inseridos no contexto atual de contínua sociabilidade mais ampla. Portanto, isso indica que as identidades territoriais estão em constante ressignificação à medida que, ao se interagir com outras, constroem-se novas identidades; assim como de que o Distrito de Gardênia, em particular, mesmo sob as implicações das mudanças (sociais, econômicas e culturais), ainda preserva elementos de suas identidades; o uso e a apropriação do território pelo turismo no Distrito de Gardênia contribuem para a (re)valorização de seus recursos (naturais e culturais).

Desse modo, o recorte espacial em que foi realizada a pesquisa permitiu identificar que os recursos naturais e culturais existentes no Distrito têm uma relevância substancial tanto nos aspectos econômicos como nos sociais, históricos, culturais, já que viabilizam a sua dinamização nas épocas das comemorações festivas e temporadas de pesca. Esse fato sugere que os recursos (naturais e culturais) apropriados pelo/para o turismo permitem, a seu modo, contribuir em sua valorização e também na reconstrução de novos significados e identidades, após a interação com novas tramas sociais. Portanto, isso indica que as identidades territoriais estão em constante ressignificações à medida que, ao se interagir com outras identidades, reconstroem-se identidades.

2 DETALHAMENTO METODOLÓGICO

Como já apresentado, há uma estreita relação entre objeto e pesquisador; sua opção, construção é carregada de intenções, corroborando que não é um processo neutro (MARRE, 1991). Desse modo, considerando essa complementaridade, a construção do conhecimento acerca do objeto deve ser pautada em aportes teóricos/metodológicos para que seus resultados não sejam dúbios.

Na concepção de Santos (2013), a humanidade, por meio das interações com o meio, sempre esteve em busca do entendimento de suas dinâmicas, seja por observações ou por meio do conhecimento popular e de suas crenças religiosas. Todavia, esse conhecimento somente se tornou sistematizado a partir do conhecimento racional, reflexivo e lógico.

Para Gerhardt e Souza (2009), diferentemente do conhecimento empírico, o conhecimento científico “compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber”. (GEHARDT; SOUZA, 2009, p.11). Assim, para os autores (2009), o que instiga o desenvolvimento de uma pesquisa é a busca por resposta frente a um questionamento e/ou uma dúvida, envolvendo nesse processo razões intelectuais (desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer) e razões práticas (desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz).

Na visão de Rampazzo (2011 apud KLEIN, 2013, p.91), “a pesquisa compreende um procedimento sistemático, de caráter reflexivo, controlado e crítico, que possibilita desvendar novos fatos, dados, soluções ou leis relacionadas a qualquer área do conhecimento”.

Nesse sentido Silveira e Córdova (2009) elucidam que a pesquisa é um veículo que possibilita compreender uma determinada realidade, num processo contínuo e inacabado por meio de uso de métodos adequados com os objetivos desejados. À vista disso, Tartuce (2006 apud GEHARDT; SOUZA, 2009, p.11) declaram que:

[...] método é, portanto, o caminho a um objetivo; metodologia é o estudo do método, e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; [...] metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados na ciência, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.

A esse respeito, Oliveira (1985) destaca que:

O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis [...]. Não representa tão somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador. (OLIVEIRA, 1985, p.17).

O autor (1998) sublinha que o método surgiu entre os séculos XVI e XVII sob o impulso de um movimento que defendia a valorização do pensamento racional em que se acreditava que, através do raciocínio, era possível conhecer e transformar o mundo. Por isso, “cuidou-se, então de construir meios confiáveis para observar, para promover experimentos, bem como para elaborar hipóteses e princípios”. (OLIVEIRA, 1985, p.22).

Nesse âmbito, para Rampazzo (2011) o método se efetiva nas diversas etapas ou percursos que devem ser desenvolvidos visando desvendar um problema, e sua escolha dependerá dos objetivos tencionados.

Na acepção de Sposito (2004, p. 23) o método pode ser definido como um “(...) instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação”. Logo, compreendemos método de abordagem como uma interpelação mais ampla dos fatos naturais e sociais, que auxiliam na investigação científica, que, além do seguimento de etapas, apoiam-se no emprego de instrumentos com a finalidade de coletar os dados que serão analisados e apresentados.

Como explicitado, há diversos caminhos a serem tomados no desenvolvimento de uma pesquisa, entretanto, o que determina a escolha metodológica é sua problemática.

Nesse sentido, os procedimentos envolvem um conjunto de técnicas específicas com a finalidade de obter dados sobre um determinado objeto de estudo. Assim, em conformidade com o elucidado, a pesquisa em questão é um estudo de caso, de cunho qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Consideramos que essa tipologia é adequada e ajusta-se na investigação de um fenômeno social contemporâneo pouco debatido e em ascensão que carece de uma leitura mais aprofundada, capaz de propiciar o reconhecimento de aspectos que o caracterizem e os deixem mais visível tanto para o âmbito da academia como para a sociedade.

Apropriando-se dessas alegações, serão exibidos e detalhados a natureza das informações, procedimentos e técnicas metodológicos adotados nessa pesquisa.

2.1 O estudo de caso

Dentre os procedimentos admitidos na busca da construção do conhecimento acerca do objeto (comparativos, estatísticos etc.), reafirmamos que o estudo de caso é o mais apropriado em virtude das características que serão apresentadas. Essa classificação, tomando por base Goldenberg (2004), é pertinente por possibilitar uma análise integrada e ampla de uma unidade social a ser estudada em suas mais diversas dimensões (comunidade, família, instituição etc.) visando apreendê-los em suas próprias particularidades. Nesse âmbito, elucida a autora (2004), que, tomando um variado conjunto de técnicas de pesquisa, busca-se reunir o maior número de informações possíveis com o mote de compreender o objeto estudado em sua amplitude.

Segundo Fonseca (2002, p. 33), “um estudo de caso pode ser caracterizado como o estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo ou uma unidade social”. Dessa forma, compreendemos que tem o propósito de conhecer a fundo as causas e as razões de uma determinada situação, sem intervir no objeto a ser estudado, buscando apresentá-lo da forma exata como o percebemos. Portanto, concebe-se o estudo de caso como uma tipologia que tem na investigação empírica a base para a averiguação de um fenômeno contemporâneo inserido em um contexto de vivência, sobretudo quando não há clareza entre o limite dessas duas dimensões (YIN, 2001). Portanto, segundo o autor citado, o estudo de caso como estratégia de pesquisa pode ser empregado em diversas situações, a fim de viabilizar nosso entendimento sobre os fenômenos individuais, organizacionais, políticos e de grupo, além de outros relativos a essas dimensões.

Na concepção de Chizzotti (1991, p. 102) estudo de caso é:

Uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avalia-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Portanto, em consonância com autores referidos, tomaremos as devidas precauções para que assim como as demais modalidades de pesquisas, esta não se enverede por outros caminhos que possam comprometer os resultados desejados.

2.1.1 A pesquisa descritiva e a pesquisa exploratória

A natureza descritiva foi adotada com o objetivo de conhecer e revelar os desdobramentos do novo uso e da apropriação do espaço pelo turismo no Distrito de Gardênia, bem como verificar como é retratada essa questão no contexto escolar; as opiniões acerca dessa atividade pelos moradores locais e visitantes/turistas; as proposições instituídas pelos Agentes Públicos Municipais (políticas públicas, projetos, planejamento etc.) etc. Por isso, tem na realidade o foco para o levantamento abrangente de informações necessárias para o entendimento do objeto a ser pesquisado, fazendo parte desse grupo o estudo de caso, a análise documental etc.

Nesse âmbito, seguindo os apontamentos de Triviños (1987), os dados levantados (entrevistas, questionários) foram analisados criticamente com a finalidade de evitarem-se possíveis equívocos na tabulação dos dados.

Assim, diante do exposto, compreendemos que suas características se alicerçam em observações, registros e comparações dos dados obtidos. Nessa visão, Cervo e Bervian (2002) acrescentam que esta tipologia de pesquisa é empregada principalmente nas ciências humanas, com o intuito de levantar informações que não constam em documentos, focando-se assim em dados ou fatos colhidos amealhados da própria realidade. No que concerne à pesquisa exploratória, essa tem a finalidade de proporcionar maior conhecimento da problemática, buscando-se assim explicitá-la e auxiliar na construção de hipóteses. Majoritariamente, essas pesquisas compreendem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que experienciaram o problema pesquisado, além de análise de exemplos que auxiliem na compreensão do mesmo.

Há também nessa categoria o intuito de formular problemas visando o desenvolvimento de uma pesquisa mais pontual, e até mesmo que contribua na formulação de hipóteses. Do mesmo modo,

os estudos exploratórios podem ter outros aspectos, tais como o de possibilitar o pesquisador a fazer um levantamento provisório do fenômeno que se deseja estudar de forma mais detalhada e estruturada posteriormente,

além da obtenção de informações acerca de um determinado produto. (OLIVEIRA, 1985, p.49).

Assim, o autor (1985) considera essa categoria relevante na busca de se desprender de estudos estritamente científicos e vendo no estudo experimental devidamente acurado uma forma de contribuir na dimensão do problema que a pesquisa procura esclarecer.

2.1.2 A abordagem qualitativa

Segundo Silveira e Córdova, “a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Expõem as autoras que essa abordagem se fundamenta em explicar a realidade da forma mais conveniente, “mas não quantificam os valores, as trocas simbólicas nem se submetem as provas dos fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (2009, p.3-31.).

Nessa abordagem, o pesquisador assume o papel de sujeito e de objeto de suas pesquisas, ocupando-se em desvendar as dinâmicas das relações sociais, como motivações, crenças, significados, valores, não se podendo assim resumir em operacionalizar grandezas (MINAYO, 2005 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Turra Neto esclarece que as informações de natureza qualitativa se centram no sujeito, desse modo “são pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas ou grupos sociais” (2011, p.3). Compreende-se assim uma produção baseada na exposição oral, “uma história de vida, uma descrição de um fenômeno, cujo tratamento exige técnicas outras e as formas de representação são, sobretudo, extratos dos próprios discursos, tomados como representativos daquilo que o investigador quer expressar”. (TURRA NETO, 2011, p. 2).

Acompanhando esse raciocínio, cabe frisar que, nesse estudo, haverá a mediação da abordagem qualitativa e da quantitativa, respeitando as contribuições de cada uma para que possam, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, auxiliar na construção do conhecimento sobre o objeto.

2.1.3 A pesquisa bibliográfica

Quanto aos procedimentos utilizados no desenvolvimento desse estudo, a pesquisa bibliográfica foi, na nossa ótica, a balizadora, pois consideramos imprescindível por possibilitar a construção de um diálogo mais aprofundado com a temática em questão. Assim, a pesquisa tem sido desenvolvida através da articulação teórica e a experimentação da realidade através da análise das relações estabelecidas acerca do objeto. Para tanto, a pesquisa se apoiou no levantamento e na revisão bibliográfica de obras relacionadas à temática, como novo uso do rural e do urbano; planejamento turístico; abordagem geográfica do turismo; turismo cultural; e aos conceitos balizadores da geografia como espaço, lugar/cotidiano e território.

Desse modo, Fonseca (2002, p.37) expõem que

a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. [...].

Portanto, torna-se evidente que independente da tipologia ou da área de pesquisa, a investigação bibliográfica será necessária para amealhar informações, seja acerca do tema, seja para firmar uma teoria, e até mesmo para esclarecer as restrições encontradas na própria pesquisa. Assim sendo, reportando para esse estudo, a pesquisa bibliográfica abarcou, ao longo de seu desenvolvimento, a leitura e interpretação de livros e capítulos de livros, artigos e dissertações (impressos e/ou em meios digitais) com o propósito de construir uma fundamentação teórica inerente à temática como ensino de geografia, turismo e ensino, multifuncionalidade do meio rural, planejamento turístico, educação ambiental, turismo cultural etc..

2.1.4 A Pesquisa documental

Soma-se ao percurso desse pesquisa o levantamento de dados secundários em órgãos como Sebrae, IBGE, SEADE, Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Turismo, CATI, entre outros que se fizeram necessários.

A pesquisa documental praticamente segue as mesmas tendências que a bibliográfica, todavia o que a diferencia é que a primeira utiliza de fontes diversas de dados não analíticos como tabelas, documentos oficiais, fotografias etc. (FONSECA, 2002).

Desse modo, como fontes primárias, foram empregados documentos de arquivos públicos municipais vinculados à Secretaria da Educação (Projeto Político Pedagógico, Plano de aula, decretos etc.), e à Secretaria do Turismo, Casa da Agricultura, Secretaria de Obras, Urbanismo e Planejamento, Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Econômico Regional e Local do Vale do Paranapanema etc.).

2.1.5 A pesquisa de campo e a observação

Nas atividades de campo optou-se pela aplicação de formulários em forma de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com moradores locais, visitantes/turistas, professores e agentes públicos municipais, previamente selecionados. No caso específico dos festeiros e produtores rurais, o critério utilizado para a seleção dos entrevistados levou-se em consideração, primeiramente, sua participação efetiva nas festividades ao longo do tempo, como, por exemplo, ter um histórico relacional com a festa, seguida por ser originário do Distrito, residir no meio rural e ter o uso do território em suas propriedades diversificado por atividades correlatas ao turismo.

A pesquisa de campo é um procedimento indispensável na construção de argumentos a respeito da realidade investigada, possibilitando ao pesquisador captar as diferentes tramas imbricadas no cotidiano dos sujeitos e ter ferramentas cognitivas para dialogar com a teoria na busca do entendimento do problema. Destarte, simultaneamente é uma prática que perpassa o levantamento de informações se firmando na busca de uma pesquisa comprometida com os seus sujeitos (SANTOS,1999).

Nesse sentido, pondera o autor (1999) que o pesquisador deve manter uma análise cuidadosa por se tratar de um conteúdo social relacionado ao vivido. Desse modo, acrescenta Santos (1999, p. 117) que, com essa postura, “[...] poderemos extrair e lapidar os elementos que possam permitir compreender com profundidade os sentimentos, as experiências que tornaram possível a vida das pessoas no lugar”.

Na visão de Winkin (1998), é fundamental, ao assumir o compromisso com a pesquisa de campo, delinear um compromisso entre a teoria e o observado, em

que ambas as dimensões possam interagir na busca da compreensão do objeto investigado.

Assim, também compreendemos, com base nos estudos de Klein (2013), que, através da observação em campo, o pesquisador terá um instrumento eficiente que proporcionará averiguar os dados levantados através de outras ferramentas relacionadas a uma determinada realidade. Portanto, por meio de um olhar acurado, o pesquisador poderá captar e selecionar informações sobre o que realmente é relevante para a sua pesquisa ou não de forma ética, utilizando de máquina fotográfica, diário, gravador, enfim, de acordo com os objetivos que foram propostos.

Para Gerhardt et al (2009, p.74), a observação

é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo.

Com relação às classificações das observações, optamos pela observação sistemática não-participante, pois como o objetivo é aprofundar nosso estudo³ já tínhamos definido o local e que práticas espaciais observar. Dentre elas, as manifestações culturais, o contexto escolar e áreas específicas do Distrito que desempenham novas funções como os loteamentos, condomínios e ranchos de pesca.

Sobre esse instrumento, Cotanda et al (2008, p.79) define ser uma “[...] estratégia de construção de informações acerca de uma realidade não mediada por materiais documentais ou narrativas orais, como entrevistas, que visa a apreender práticas e comportamentos no momento em que se desenrolam”.

2.1.6 Quanto à padronização: a entrevista semiestruturada ou semidiretiva e o questionário

Dentre as variações que abrangem as situações de entrevistas e as quais utilizamos, descreveremos suas características como a padronização, a natureza das informações coletadas e os tipos de informantes. Assim, essa classificação em

³ Trata-se da pesquisa de conclusão de curso. Cf: SOUZA, Sueli Aparecida de. **TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO DISTRITO DE GARDÊNIA, MUNICÍPIO DE RANCHARIA, SP.** 116f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP.

particular (semi-estruturada) se pautou em entrevistas orais e individuais. O critério utilizado para a escolha dos entrevistados levou em consideração, primeiramente, sua participação efetiva nas festividades ao longo do tempo, como, por exemplo, ter um histórico relacional com a festa, seguida por ser originário do Distrito, residir no meio rural e ter o uso do território em suas propriedades diversificado por atividades correlatas ao turismo. Assim também foram tomadas as devidas medidas com a finalidade de autorizar a socialização de suas informações e imagens (Anexos 1, 2 e 3), e igualmente preservar a sua identidade, utilizando-se de um fator alfabético para representá-los.

Com relação as entrevistas e questionários, convém esclarecer que o propósito da amostra do universo pesquisado era ser fiel ao tamanho populacional, entretanto, em virtude das dificuldades em realizá-los (barulho de som alto que impedia o diálogo, desinteresse das pessoas em responder os questionários porque queriam aproveitar das atividades relacionadas a festa, entre outros), estes se deram em menor quantidade. Isto posto, consideramos que esses motivos não prejudicaram a qualidade da pesquisa pois, conforme o intento dos questionários, foi possível desvelar as opiniões da população sobre os elementos que permeiam as festividades.

Conforme já relatamos, os procedimentos que envolvem o desenvolvimento de uma pesquisa são vários, assim, a entrevista tem seu papel relevante na busca da construção do conhecimento acerca do objeto. Nessa lógica, para um bom resultado, alguns atributos são necessários ao entrevistador, tais como se interessar e respeitar o outro, bem como suas opiniões e, sobretudo, ter vocação para ouvir (THOMPSON, 1998).

Tem-se então assim uma técnica que possibilita interação social, em que ambos os interlocutores dialogam assimetricamente, buscando, dependendo da situação, ora obter dados, ora dar informações (GEHARDT et al, 2009).

De acordo com Colognese e Mélo, “a entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. Desse modo, por se tratar de captação de informações, o entrevistador deve manter uma conversa interessada visando apreender com clareza detalhes sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos pesquisados (1998, p.143).

Desse modo, quanto à padronização, foi empregada entrevista semidiretiva ou semiestruturada, a qual representa uma técnica de pesquisa com um roteiro de perguntas

elaboradas com antecedência e que, apesar do entrevistador ter participação em seu desenvolvimento, ele deve seguir um roteiro relativamente ordenado, já que dependendo do contexto poderá ser readaptado. Nessa acepção, “apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto”. (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p. 144).

Portanto, Triviños (1987, p. 93) atesta que

a entrevista semiestruturada possibilita não somente a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de seu contexto, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador durante todo o processo de coletas das informações.

De acordo com Gerhardt et al (2009), um dos pontos positivos dessa modalidade de entrevista é que permite ao pesquisador preparar questões a priori a respeito do tema a ser pesquisado, além de possibilitar e até mesmo estimular o entrevistado durante sua realização com informações relevantes para o desenvolvimento do tema proposto.

Diante do apresentado, esse modelo de entrevista foi empregado por considerarmos mais apropriada para o desenvolvimento da pesquisa e no entendimento do objeto. Assim, as entrevistas individuais envolveram seis grupos distintos, totalizando vinte e cinco entrevistados. Em diferentes contextos e de modo flexível procurou-se seguir a rotina do calendário letivo e de eventos culturais no Distrito, respeitando também a disponibilidade dos sujeitos, e, a partir da mediação de um áudio gravador, buscou-se conhecer diversos elementos conforme serão exibidos.

O primeiro grupo abarcou a Secretaria de Turismo e Cultura (SECULT), especificamente a Secretária de Turismo (Apêndice A), com o objetivo de conhecer o funcionamento do turismo no Município de Rancharia, como é sua gestão, se há Plano de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, se o Município possui calendário de eventos no tocante ao Distrito de Gardênia em especial, quais as ações que se pretende desenvolver para fomentar essa atividade, se conhecem e reconhecem as manifestações culturais como potencialidades turísticas dentro de uma proposta de implementação turística, que ações são desenvolvidas para que as manifestações culturais se realizem, e que tipos de subsídios são oferecidos.

O segundo grupo envolveu a equipe gestora (diretora especificamente) e sete professores. Para o primeiro agente, o roteiro elaborado (Apêndice B) constituiu-se de questões que visavam conhecer se, com relação às manifestações culturais – a Festa do

Tropeiro em específico –, havia atividades a serem desenvolvidas durante o período que corresponde à festa; se havia uma orientação para os professores em conjunto na elaboração das atividades; quais as opiniões da equipe gestora sobre a importância de se trabalhar essas manifestações no contexto escolar, bem como a introdução no currículo e no Projeto Político Pedagógico de temas emergentes (como cultura e turismo) e de acordo com a realidade do aluno. Para os professores (Apêndice C), o roteiro versava sobre questões relacionadas à opinião sobre a Festa do Tropeiro para o Distrito, se considera relevante a inserção de temas relacionados ao contexto do aluno como as manifestações culturais e se identifica no currículo, Projeto Político Pedagógico e planos de aula temas inerentes ao contexto do aluno.

O terceiro grupo (Apêndice D) de entrevistados foram dois organizadores representantes de cinco manifestações culturais (Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Fest Peixe, Festa do Tropeiro e Festa de Nossa Senhora Aparecida) a partir dos quais se procurou identificar as motivações em realizar a Festa; se conhecem o histórico do surgimento da festa ou evento; quais as dificuldades enfrentadas pelo grupo e como fazem para superá-las; se há algum tipo de registro sobre a quantidade e a origem das pessoas que visitam a festa ou o evento; se há algum incentivo por parte da gestão pública municipal; qual a opinião sobre a importância do evento para o Distrito; se a festa ou evento está inserido no calendário festivo do Município; se há algum projeto cultural ou turístico no qual a comunidade ou grupo encarregado da realização da festa participa; se como responsável percebe alguma mudança na questão do incentivo e desenvolvimento da cultura no Distrito; e se considera a festa ou evento como um atrativo turístico em potencial.

O quarto grupo teve como integrantes o Secretário do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento e o engenheiro da Secretaria de Obras e Urbanismo. Buscou-se, para o primeiro agente (Apêndice E), verificar a opinião sobre a possibilidade do turismo como alternativa de desenvolvimento econômico para o Município de Rancharia e especificamente para o Distrito de Gardênia, quais as políticas públicas, os programas e/ou projetos da iniciativa pública que o Município participa e há quanto tempo; e no caso afirmativo, se os mesmos têm o resultado desejado pela Secretaria de Planejamento/Turismo, e como acontece a inserção do Município nos programas/projetos turísticos. Para o segundo agente, (Apêndice F) foram dirigidas perguntas visando desvelar ações sobre os projetos de extensão do perímetro urbano do Distrito, se há algum documento que registra o número de

segundas residências implementadas ou que venha a implementar; e sobre os futuros investimentos da iniciativa privada no Distrito.

O quinto grupo compreendeu produtores rurais (dois) que têm, atualmente, a obtenção de recursos de suas propriedades por meio da diversificação do uso e a apropriação do território de suas propriedades pelo turismo (Apêndice H). A intenção foi obter informações amplas desse contexto relacionados às motivações que levaram a modificarem suas atividades econômicas e se conhecem e/ou utilizam alguma linha de crédito voltada aos empreendimentos turísticos, além de identificar qual a opinião do presidente da associação dos pescadores no tocante à relevância desse projeto para os moradores locais membros.

Convém ressaltarmos que, como explicitado, além desses grupos expostos, houve a necessidade de obter informações com outros grupos. Portanto, o sexto grupo envolveu dois moradores locais que são descendentes de pioneiros de duas manifestações culturais relevantes no Distrito (Festa de São Sebastião (Apêndice G1) e Festa do Tropeiro (Apêndice G2). Nosso objetivo era conhecer a história do surgimento das respectivas festas e colher suas opiniões no tocante a suas experiências como festeiros ao longo do tempo.

Observa-se que é necessário que o pesquisador se mantenha cauteloso durante todo o processo de entrevistas, já que a fonte de informações depende majoritariamente delas, evidenciando que precisam ser elaboradas com o intuito de não deturpar as respostas (Meihs e Holanda, 2010). Assim, considerando que as entrevistas consistem na utilização de um conjunto de procedimentos, seguiu uma série de medidas para que se alcance o resultado almejado. Entre elas, a elaboração prévia de um roteiro, a escolha do grupo abordado, a definição do local, o tempo previsto das gravações, a inspeção do produto escrito etc., principalmente em consonância com as proposições da pesquisa, a organização das informações para a devolutiva dos resultados obtidos aos sujeitos⁴.

Com base em Hall (1992) e Meihs (2002), que o processo de entrevista exige atenção tanto no período que antecede os levantamentos das informações como no posterior às mesmas. Assim, de acordo com o apresentado, por se tratar de informações estritamente pessoais em todas as modalidades de entrevistas utilizadas, optamos por preservar as identidades por meio de símbolos alfabéticos para identificá-los.

⁴ Essas proposições serão apresentadas adiante com o desenvolvimento do trabalho.

Reportando as características das entrevistas, destacamos que, com relação aos critérios de seleção dos entrevistados, consideramos respectivamente o papel desempenhado como: a) por ocuparem cargo ou função pública relacionada a projetos e/ou ações voltadas ao turismo e educação; b) por serem representantes das manifestações culturais;c) e ainda, por terem em suas propriedades rurais atividades voltadas para o turismo (ranchos de pesca, condomínios de segunda residências). Em vista disso, por se tratarem de assuntos diversos, cada roteiro foi previamente elaborado visando obter informações sobre cada temática.

No tocante aos questionários, esses foram aplicados em três momentos: com os visitantes/turistas (Apêndice I) e moradores locais (Apêndice J) em cinco manifestações culturais; e por fim utilizado para identificar o perfil dos visitantes/turistas(Apêndice K) que frequentam as áreas de segundas residências no Distrito.

Assim como as outras técnicas de levantamentos de dados, os questionários que compõem um formulário foram elaborados com atenção com o intuito de alcançar os objetivos almejados nas entrevistas. Nesse sentido, por se constituir de natureza escrita, foram tomadas algumas posturas a priori, por parte dos entrevistadores, visando desenvolver suas habilidades por meio de exercícios de assimilação das questões e posturas que seriam aplicadas, buscando-se, assim, fidelidade ao registrar as respostas de acordo com o que foi relatado.

Nesse contexto, Colognese e Mélo (1998) reiteram que essa técnica (formulários) se assemelha ao questionário, todavia o que diferencia é que, no formulário, o pesquisador registra diretamente as respostas do entrevistado, utilizando-se de um documento escrito que foi previamente planejado. Para os autores, essa variedade de levantamento de informações tem sido empregada frequentemente visando substituir o questionário (geralmente enviado pelo correio), pois se apresenta

Como forma de aumentar o nível de compreensão dos objetivos da pesquisa por parte do entrevistado, propiciando condições mais adequadas a obtenção de respostas mais fiéis e/ou verídicas, bem como a diminuição da taxa de não-respostas e de retorno dos questionários (COLOGNESE;MÉLO, 1998, p. 146).

Soma-se a esses benefícios a possibilidade de o entrevistador controlar o registro das informações obtidas, bem como adotar os parâmetros que empregará na amostragem, buscando facilitar sua análise. Desse modo, devido a suas características, tem se revelado como uma técnica eficaz para a coleta de dados de opinião e de

mercado, as quais são relevantes e indispensáveis no estudo sobre a demanda turística no Distrito.

Nesse sentido, Gerhardt et al (2009) apontam que as perguntas devem seguir das mais simples às mais densas, advertindo que a disposição das mesmas é fundamental para a qualidade e clareza das interpretações por parte dos entrevistados, procurando-se então evitar questões com sentido dúbio, respeitando-se acima de tudo o nível de conhecimento dos mesmos.

Assim, seguindo esses preceitos, os formulários constituíram-se de questões abertas, com o intuito de captar, de forma mais abrangente, informações específicas para cada grupo (visitantes/turistas, moradores locais e professores) relacionadas às motivações, às opiniões sobre a festa que participam e/ou infraestrutura (básica e turística); se conhecem o histórico de determinada manifestação cultural que participam; qual a frequência que visitam o Distrito, o tempo de permanência, com quem vêm, a condição da propriedade que ocupam, que atrativos turísticos visitam, o gasto mensal no Distrito, meio de locomoção etc.

De modo geral, as dificuldades que se manifestaram no decorrer da aplicação dos questionários foram brevemente solucionadas após a explicação minuciosa por parte dos pesquisadores sobre as finalidades dos mesmos, e, majoritariamente, se referiam ao pedido de explanação dos objetivos da pesquisa, tendo poucos casos de abstenção.

Posto isso, considerando a realidade do objeto de pesquisa e seus objetivos, esses procedimentos adequaram-se ao calendário de eventos do Distrito, a sazonalidade da frequência dos visitantes/turistas e, de certo modo, ao calendário escolar. Assim, iniciou-se em janeiro de 2014 e se estendeu até a outubro do mesmo ano. Com relação ao tratamento das informações, parte das entrevistas foram de natureza oral, com a utilização de gravador de áudio e transcritas, e outra parte escritas e posteriormente tabuladas.

2.1.7 Técnicas de análise e interpretação dos dados

Gerhardt et al (2009) destaca que, para o tratamento das informações de um material qualitativo, é imprescindível superar a propensão espontânea da evidência de seus dados, sendo preciso adentrar nos significados que os atores partilham em suas vivências. Essa ação para Gerhardt (2009) trata-se de averiguar se os dados coletados

mantêm relação com as hipóteses ou questionamentos da pesquisa. Desse modo, a análise das informações é considerada como

(...) a etapa que faz o tratamento das informações obtidas pela coleta de dados para apresentá-la de forma a poder comparar os resultados esperados pelas hipóteses (...). (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995 p. 243 apud GEHARDT, 2009, p.58-59).

Nessa apreensão, a autora (2009) elucida que essa ação de examinar dados abarca três operações que, sucintamente, envolvem descrição dos dados, mensuração entre as relações variáveis como foram previstas e comparação das observações com as hipóteses. É nesse exercício que se pode detectar se houve ou não divergências entre os fatos observados e os resultados obtidos e, se preciso, apurar a origem desse distanciamento e elaborar novas hipóteses.

Por conseguinte, em conformidade com o explicitado, dentre os procedimentos metodológicos empregados na interpretação do material qualitativo nessa pesquisa, utilizamos a análise de discurso. Essa técnica tem como características metodológicas objetividade, sistematização e inferência (GEHARDT et al, 2009). Portanto, seguindo as etapas operacionais, a prática de análise de conteúdo se principia com a leitura das falas obtidas por meio das transcrições de entrevistas e documentos. (GEHARDT et al, 2009). De modo geral, nessa técnica todos os procedimentos

levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular as superfícies dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagens. (GEHARDT et al, 2009, p. 84).

Na concepção de Bardin a análise do discurso consiste no emprego de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Assim, a autora, destaca que se soma a essa trajetória analítica a dedução de conhecimentos a partir do tratamento das informações que manuseia, a respeito do emissor da mensagem ou seu meio (2011, p. 44).

Desse modo, genericamente, conforme já exibido, seguindo essas premissas, o levantamento do referencial teórico e documental permitiu aprofundar e sistematizar o conhecimento acerca de abordagem geográfica do turismo, turismo, território, turismo

cultural e desenvolvimento local, que cooperaram para a compreensão dos elementos (naturais e culturais) enquanto possibilidade para o desenvolvimento da atividade turística no território. Com a técnica de observação, a captação de elementos próprios das manifestações culturais (festividades) e da espacialidade das atividades ligadas ao turismo no Distrito foram favorecidas, permitindo-se o registro e a caracterização das mesmas. Em tal caso, as análises se centraram nas entrevistas realizadas com os representantes das cinco festividades (Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Fest Peixe, Festa do Tropeiro e Festa de Nossa Senhora Aparecida), com os agentes públicos municipais, gestores e professores da escola municipal do Distrito e proprietários rurais. Levou-se em consideração a relevância dessas manifestações como recursos turísticos, suas descrições, localizações, suas (re)significações ao longo do tempo, as opiniões acerca das motivações em aderir e mesclar atividades não agrícolas em suas propriedades; as ações desenvolvidas para a manutenção/preservação desses bens, bem como sua relevância para o Distrito de Gardênia como instrumento para o desenvolvimento da atividade turística.

Em geral, com relação aos questionários empreendidos, validamos que, basicamente, os objetivos se concentraram em desvelar as motivações e as opiniões dos sujeitos (moradores locais e visitantes/turistas) sobre o universo das festividades. Já no tocante aos questionários dirigidos aos professores do segundo ciclo da rede municipal, sinteticamente, o intento foi identificar as opiniões desses sujeitos sobre a inserção de temas relacionados aos recursos culturais e naturais no contexto escolar, considerando o uso do território pelo turismo. Igualmente, com os visitantes/turistas que frequentam as áreas de segundas residências e ranchos de pesca buscou-se averiguar as motivações em frequentar o Distrito; os perfis; qual a condição da propriedade que ocupa; a frequência em visitar o Distrito e a opinião sobre a infraestrutura básica e turística e os atrativos que procuram.

CAPÍTULO 3: GEOGRAFIA DO TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1 A relevância da abordagem geográfica do turismo

Castro (2006), ao fazer um levantamento do histórico sobre o estado da arte da produção do conhecimento acadêmico a respeito das abordagens geográficas do turismo no âmbito brasileiro, verificou que, somente a partir as décadas de 1970 e 1980, principiaram-se os estudos nessa perspectiva, diferentemente da realidade europeia que vivenciava seu auge de produção nesse período, iniciado desde a década de 1950. Nessa circunstância, Rodrigues (2001) declara que esse fato é compreendido devido

- a forma equivocada de entender o turismo como um tema supérfluo para abordagens geográficas é muito presente ainda no seio da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que manifesta acentuada preferência pelos assuntos comprometidos com a militância política [...]. Há uma tendência manifesta de ignorar nos congressos da AGB eixos temáticos que contemplam o fenômeno do turismo, mesmo percebendo-se que o interesse por esse tema é crescente. (RODRIGUES, 2001, p. 96)

Desse modo, a autora (2006) ressalta que houve de fato resistência por parte da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) no tocante à abordagem geográfica do turismo, porém cogita que há também outras causas do desinteresse dos geógrafos brasileiros para essa temática, como a “historicidade do peso do turismo como prática social e atividade econômica na vida nacional, que por sua vez relacionam-se às políticas nacionais e setoriais”. (CASTRO, 2006, p.168). Por conseguinte, Castro (2006), ao prosseguir em suas averiguações, constatou que mais determinante foi o reflexo da ineficiência das políticas públicas no período que abrange a pré-história até meados da década de 1966. Assim, apenas no terceiro período da história das políticas nacionais de turismo do País⁵, em meados da década de 1990, é que se intensificaram as

⁵ Para o entendimento da evolução das políticas públicas do turismo brasileiro, Cruz (1999 apud CASTRO, 2006) propôs a divisão em três períodos: o primeiro compreende a pré-história jurídica institucional, prolongando até 1966. Desse modo, se caracterizava “pela emissão de “diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade”, como regular as agências de viagens”. (CRUZ, 1999 apud CASTRO, 2006, p. 169). O segundo período teve como balizador o decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966 ao qual delimita a primeira Política Nacional do Turismo (PNT) e cria os organismos para oficializá-los, como o Conselho Nacional de Turismo (CONTur) e a Empresa Brasileira

produções acadêmicas na dimensão geográfica do turismo (CRUZ, 1999 apud CASTRO, 2006). Consequentemente, o fim da década de 1990 pode ser tomado como marco referencial no aumento do número de produções na abordagem geográfica do turismo, com contiguidade no tempo (CASTRO, 2006).

Nesse cenário, no quesito de produções na intersecção Geografia/Turismo/Educação, a autora (2006) verificou em suas pesquisas que, no universo de 163 produções, entre 1975 a 2005, apenas 3% tinham essa perspectiva, apontando que “o dado não causa estranhamento uma vez que a educação, em qualquer de seus segmentos, não é atendida por políticas que façam dela uma prioridade nacional”. (CASTRO, 2006, p.232).

Nessa linha de avaliação, Fernandes (2007) evidencia que mesmo com o entendimento do turismo como área do conhecimento “é possível questionar se o peso dessa discussão enquanto área do conhecimento acompanha a evolução do setor” (FERNANDES, 2007, p.12). Assim, a autora (2007) analisa que o desenvolvimento teórico do turismo não tem seguido paralelo ao seu crescimento enquanto prática, mostrando que há deficiência na compreensão de sua base teórica, e que “sua fragilidade é caracterizada não só pela ausência de uma linguagem própria, mas também pela utilização, muitas vezes inadequada, de termos tomados de várias disciplinas, entre as quais a geografia”. (FERNANDES, 2007, p.12-13).

Dessa maneira, tomando por base as constatações de Fernandes (2007), mesmo com as indubitáveis contribuições da geografia como ciência social na apreensão da realidade social, devem-se superar barreiras ideológicas e outros enfoques (econômicos, etc.) que muitas vezes se sobressaem em detrimento da análise espacial.

Todavia, mesmo considerando o breve histórico e a escassez de estudos acerca desse enfoque (geografia/turismo/educação) é evidente sua relevância, pois possibilita desenvolver a abordagem interdisciplinar entre outras dimensões que envolvem o turismo, como a ambiental, a conscientização, a elaboração de plano de gestão, patrimônio, etc., possibilitando quebrar paradigmas e avançar na produção do conhecimento. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) corroborapara a relevância do papel das instituições educativas na formação turística em todos os níveis da educação

de Turismo (EMBRATUR). O terceiro período se inicia em 1991, e dura até 1999, marcado por mudanças empreendidas pela EMBRATUR, que passou a formular, coordenar, e executar a PNT. Cruz (1999 apud CASTRO, 2006) elucida ainda que, entre 2003-2006, o turismo brasileiro erigiu o quarto período, reestruturando a Embatur, criando o Ministério do Turismo, além de dispor um novo Plano Nacional de Turismo (2002- 2006). Esse Plano teve como fundamento as parcerias e a gestão descentralizada das políticas públicas desse setor (CRUZ, 1999 apud CASTRO, 2006).

para o desenvolvimento da atividade com êxito e harmonia, em especial pelo seu grau de significância na contemporaneidade.

A crescente expansão do turismo é notável e tem contribuído por mobilizar um vasto contingente de pessoas e de recursos que, simultaneamente, em seu desenvolvimento, produzem, consomem e (des)estruturam os espaços. Desse modo, sua relevância se configura como uma atividade complexa que transcende a dimensão econômica, constituindo-se em um fenômeno social que se conforma materialmente no espaço (PERETTI, 2002).

Dessa forma, assim como outros setores da economia (agrário, extrativo, industrial e manufatureiro) teve e tem seu papel de destaque no desenvolvimento da economia brasileira, o setor terciário (comércio e serviços) também passou a ter sua relevância regida pelas influências da globalização na contemporaneidade (RODRIGUES, 2003). Acrescenta-se a esse processo de mudanças a evolução da ciência, da técnica e da informação, direcionando alterações nas estruturas socioprofissionais e na expectativa de vida da população, possibilitando esse contingente usufruir do lazer (RODRIGUES, 2003).

Assim, segue, nesse cenário, a crença de que é com o desfrutar do lazer, do contato com a natureza que o homem poderá restaurar suas energias consumidas pelo estresse da vida urbana. Consequentemente, os lugares são redefinidos pois há

- uma acentuada tendência na valorização do lugar, da cultura local, do sentido de “pertencimento”. Antigos espaços degradados de grandes cidades, principalmente áreas portuárias, estão sendo reabilitados e revividos como lócus de lazer [...]. (RODRIGUES, 2003, p. 92).

Nessa lógica, Peretti (2002) reafirma que, “tendo em vista as incidências espaciais do turismo, o tratamento geográfico do fenômeno vem tornando-se cada vez mais destacado” (PERETTI, 2002, p.9). Portanto, é nesse espaço revalorizado e redefinido que a ciência geográfica deve, não desprezando as contribuições das outras ciências, assumir o compromisso de desvelar seus rebatimentos na dimensão socioespacial.

O contínuo crescimento de estudos e os dados fornecidos pela Organização Mundial do Turismo (OMT, ANO) vêm reforçar que esse setor atualmente tem uma contribuição considerável para a economia brasileira, colocando o Brasil em 6º lugar

entre as economias do turismo do mundo. Nesse âmbito, diante de seu prestígio econômico, social, cultural e natural, cogitamos que o turismo carece cada vez mais da análise geográfica para sua apreensão.

É sabido que, com o capitalismo, há uma tendência do espaço se organizar para a instalação das atividades econômicas diversas; da mesma forma, o turismo, juntamente com outros empreendimentos do setor (polos industriais, aquicultura etc.), procura adequar o espaço aos seus interesses (COSTA, 2011). Conforme complementa o autor,

- o turismo figura como prática ligada a esse processo de consumo do espaço. A medida que esta atividade e as demais atividades ligadas ao lazer consomem paisagens e lugares, elas têm o próprio espaço como elemento de consumo direto. (COSTA, 2011, p.9).

Então, nesse processo em que turismo e produção do espaço interagem, é que a geografia como ciência deve assumir o papel de balizadora no entendimento real dos corolários dessas dinâmicas e, assim, traçar os encaminhamentos necessários a cada contexto. No que concerne a esse entendimento, Andrade (2004) expõe que seja qual for a análise referente ao turismo, deve ter como concepção que “o homem, o espaço, o tempo constituem os três pré-requisitos para qualquer reflexão equilibrada a respeito do fenômeno”. (ANDRADE, 2004 apud COSTA, 2011, p. 11).

Assim, a evolução da geografia como ciência contribuiu por expandir seu campo de análise, perpassando assim de estudo descritivo da superfície terrestre para tentar desvendar o espaço construído pelo homem na contemporaneidade (ANDRADE, 1989). Nesse âmbito, salienta o autor que, levando em consideração a dinamicidade na produção do espaço, cabe à geografia estudar as formas e indicar as direções que as transformações futuras podem tomar. À vista disso, considerando sua relevância na compreensão desses elementos, necessita estar em constante reconstrução de seus objetivos, métodos, e, sobretudo, estar acessível à compreensão de fenômenos contemporâneos de diversas áreas, bem como o turismo.

Nesse contexto, afirma Rodrigues (1999) que

- o turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de

peessoas e capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados (RODRIGUES, 1999, p. 17)

Destarte, Peretti (2002) reitera que, considerando a notoriedade do turismo, a ciência geográfica não poderia omitir-se de empreender a análise e a leitura “das mudanças espaciais causadas pela atividade turística, buscando a compreensão da estrutura e dos processos que deram causas a essas transformações”. (PERETTI, 2002, p.6). Acrescenta a autora que cabe à geografia, como ciência e disciplina escolar que se apresenta a refletir o mundo além de suas formas, se esforçar para superar fragmentações entre as diversas dimensões (homem/meio; trabalho manual e intelectual; teoria/prática; todo/parte) na busca de apreender as relações entre sociedade e espaço para a prática da transformação social. Nesse sentido, elucida Silva (2012) que

- o interesse da geografia em estudar o turismo reflete sua relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento de regiões [...]”. (SILVA, 2012, p.48).

Peretti (2002) assevera que “o estudo do turismo no enfoque geográfico é de fundamental importância, pois a geografia, por tradição, lida com as relações sociedade/natureza” (PERETTI, 2002, p. 6). Assim, é inegável seu aporte para o entendimento das implicações dessa atividade no espaço em que se realiza por parte dos diversos sujeitos que ali estão incluídos.

Sales e Assis (2006) ratificam a relevância da abordagem geográfica do turismo diante de sua expressividade atualmente como instrumento viável na avaliação de sua expansão no território onde se realiza e, conjuntamente, elaborar ações cabíveis para o desenvolvimento dessa atividade de maneira equilibrada. Entretanto, os autores citados ponderam que os estudos voltados à abordagem geográfica do turismo tem, majoritariamente, se restringido à academia, sendo pouco debatido nos níveis elementares da educação. Nesse sentido, Sales e Assis (2006) acrescentam que

- por ser a escola um dos principais meios da produção e da disseminação do conhecimento, faz-se necessário que o turismo também integre os seus conteúdos e atividades. Nesse sentido, não defendemos que o turismo seja um tema restrito a discussão geográfica,

pois a sua amplitude requer um trabalho transversal e interdisciplinar. (SALES; ASSIS, 2006, p.108).

Em concordância com o descrito, Castro (2006) valida que

- os fios que se entrelaçam e se entretecem na área de intersecção da geografia com o turismo podem e devem ser tecidos na perspectiva da formação humana. Desse esforço educativo podem resultar consciências em processo para o exercício respeitoso do uso e consumo de espaços turísticos.

Nessa perspectiva, em consonância com o descrito, cogitamos a pertinência de fomentar debates e reflexões acerca da necessidade e a possibilidade da inserção dessa temática na educação básica, especialmente em áreas já em que desenvolvem a atividade em seu território.

2.2 Turismo e território

2.2.1 A apropriação do território pelo turismo

O turismo despontou como atividade econômica em meados do século XIX, ocasião em que aproveitava inteiramente das infraestruturas geradas por outros usos do território (CRUZ, 2003). A autora ilucida que, com sua crescente evolução, a atividade turística deixou gradativamente de ser beneficiária passiva do território, assumindo seu papel condicionante em sua (re)organização.

Igualmente, Leite (2008) elucida a estreita relação entre turismo e território, pelo fato do turismo ser uma prática social estritamente territorial. Por conseguinte, “a partir do momento em que a atividade turística se desenvolve em um dado território, passa a promover a sua (re) funcionalização e a consequente inserção de um novo sistema de objetos condizentes com a nova funcionalidade”. (LEITE, 2008, p.42).

Essa assertiva vem segundo o autor aludido denotar e certificar que o turismo tem seus rebatimentos no território além da dimensão econômica, como por exemplo as novas dinâmicas causadas pelas infraestruturas (construções em geral) que dão novas configurações territoriais, sejam pelas novas relações enredadas entre turistas e residentes.

Destarte, admitimos que analisar o desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia consequentemente também viabilizará aclarar os rebatimentos da territorialização dessa atividade em suas dimensões socioespaciais.

Em contrapartida, Cruz expõe quem mesmo assim, está sendo veiculada entre órgãos associados a gestão da atividade (Organização Mundial do Turismo – OMT) etc.; por agentes nacionais e locais interessados no desenvolvimento da atividade; pelos meios de comunicação; e presentemente, por uma fração da produção acadêmica, a crescente prosperidade do turismo enquanto atividade econômica. Consequentemente, a autora ressalta que a ênfase nos dados quantitativos da atividade turística por alguns estudiosos, como para sua gradativa superação em relação a outras atividades, no que alude ao deslocamentos de fluxos, a geração de rendas etc, camuflam fatos que poderiam, hipoteticamente, cooperar por evidenciar.

Desse modo, Cruz (2003, p. 8) acrescenta que “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de território para sua realização”. Diante do exposto, a expressividade econômica do turismo presentemente carece de um gerenciamento espacial efetivo, para que se firme na lógica de uma atividade econômica ordenada.

Fratucci (2014), ao retratar essas questões explana que a própria dinamicidade do fenômeno do turismo que por sua crescente representatividade na economia e na geração de empregos traduz-se no equivocado privilégio de tal dimensão (econômica), em detrimento de outras como a social, a ambiental, entre outras. Por isso, o autor (2014, p.91) acrescenta que “essa dicotomia que observamos entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e se retroalimentam constantemente”. Nesse arranjo a atividade econômica é fruto do suceder do fenômeno socioespacial e dessa maneira não deve ser analisada, estudada isoladamente (FRATUCCI, 2014).

Dentre as particularidades da dimensão espacial do turismo, refere-se ao fato de sua exclusividade, dentre outras atividades econômicas contemporâneas, que consome essencialmente o espaço (CRUZ, 2003). Dessa forma, compreendemos por base na autora (2003, p. 8) que

- a fixidez do produto turístico constitui um dos vetores que orientam a lógica da organização espacial requerida pela atividade e, como a demanda do uso turístico de um dado território lhe é, sempre, exterior, essa organização tem, invariavelmente, uma razão de ser fundamentada nessa componente externa.

Além do mais, nesse raciocínio, reconhecemos a premência de se considerar que o turismo, em razão das múltiplas conexões que estabelece, se firma como um fenômeno figurativo da expressão multiescalar, requerendo-se também, na compreensão de sua razão na apropriação e alteração do território, da atenção às suas distintas externalidades.

Portanto, o território passa a ser turistificado quando as dinâmicas ali existentes passam a ser organizadas pelo desenvolvimento dessa atividade econômica e prática social que se pode qualificar de território turístico (LEITE, 2008).

Nesse âmbito, conforme expõe Cruz (2003), a utilização do território pelo turismo é permeada por uma variedade inseparável de elementos (bens e serviços) que constituem o “fazer turístico”, ou seja, a sua prática e tudo aquilo que a inclui. Logo, o que determina a maneira como ocorre a apropriação do espaço pelo turismo resulta da qualidade da política pública empreendida no lugar em que se realiza. Isto posto, a autora (2003), ao fazer um apanhado dessas ações, sintetiza que as lacunas nas políticas nacionais de turismo, limitando-se a aspectos fragmentados da atividade, tem ressoado negativamente em outras escalas de gestão (regional, municipal, estadual).

Rodrigues (1997, p. 129 - 130) sob o prisma geográfico constata amplo dinamismo espacial entre turismo e território que pode suceder substancialmente quatro tipos de panoramas:

1. Estagnação de certos espaços turísticos que se traduz por poucas;
2. Deterioração e transformação de tradicionais espaços turísticos que acabam perdendo sua função principal;
3. Produção de espaços, totalmente artificiais, onde a natureza não desempenha nenhum papel, podendo ser recriada;

Outrossim, Cruz (2003), ao refletir a respeito da relação entre turismo e território na atualidade, aponta a necessidade de compreender a priori sobre como concebemos espaço, como se efetua sua construção, e o que identificamos de singular nos processos de apropriação do território pelo turismo. Nesse fundamento, é preciso revelar que o espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetivos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas

como o quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 1996, p. 111). Essa dinâmica em que os conjuntos de objetos e os conjuntos de ações operam pode ora controlar a maneira como se dão as ações, ora o conjunto de ações induzirem à criação de novos objetos, ou se efetuam sobre os objetos precedentes (SANTOS, 1996). Por conseguinte, o autor (1994, p.16) reforça que “a eficácia dos objetos e a racionalidade das ações são dados da atualidade, presidida por uma necessária racionalidade do mercado (como condição da reprodução do capital) e por uma acirrada competitividade espacial, resultante da conformação de um mercado globalizado”.

Sendo assim, mesmo sob a análise da fluência colocada a serviço da concorrência, que presentemente comanda as relações econômicas, o território desfrutado deixa de ser apenas uma configuração para se firmar como materialidade e ações, expressão de espaço humano, espaço povoado (SANTOS, 1996). Desse modo, o autor reforça que, mesmo em meio à realidade constituída por redes, prevalece o espaço cotidiano, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes formam apenas uma parcela desse espaço, o espaço reduzido.

Nessa dinâmica, Santos (1996, p. 19) explana que

-
- por enquanto, o lugar-não importa sua dimensão - é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território).

Nesse fundamento, preliminarmente é primordial examinar a realidade interiormente, ou seja, indagar a sua própria composição no momento histórico corrente, para que, posteriormente, se possa fazer a realização do discurso e a representação dessa realidade.

Por isso, (Cruz, 2003) testemunha que, nessa lógica, a atual competitividade espacial requer um raciocínio das formas de regulamento, de aproveitamento e, por fim, de apropriação dos espaços, proporcionando aos lugares certa hegemonia própria de mercado globalizado.

Assim, Frattucci (2014) tomando como entendimento que o espaço como um campo da sociedade contemporânea, constituído pelo movimento dialético entre forma e conteúdo afirma que assentado nele que os agentes sociais do turismo fornecem seus

processos de turistificação que culminam em territórios do turismo, os quais evidenciam como destinos turísticos.

Então, Cruz (2003) avalia que a propensão dos atores com supremacia de influenciar e controlar a (re)organização de territórios em sua totalidade consequentemente causa uma perda gradativa da naturalidade dos objetos, das ações, como da identificação desses elementos por parte dos indivíduos de suas adjacências. Nesse entremeio, “o espaço não constitui apenas um suporte para as relações sociais que sobre ele se dão. Ele é condicionado, mas também é condicionante” (CRUZ, 2003, p. 16).

Quanto às paisagens turísticas, a autora mencionada esclarece que não é um dado natural e, diferentemente de outras categorias (rurais, urbanas etc.), não são determinadas por um conjunto de objetos que são próprios e singulares. Desse modo, as paisagens turísticas emanam do reconhecimento cultural de determinadas particularidades das paisagens e, assim, toda paisagem pode ser turística (CRUZ, 2003).

Portanto, uma gama variada de atributos qualifica a vinculação turismo-território quando se leva em consideração a produção e o uso do território pelo turismo. Igualmente, dentre as peculiaridades, “diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e de fluxos”. (CRUZ, 2003, p.17). Essa condição é, de acordo com a autora, um fator relevante na diferenciação entre turismo e outras atividades econômicas, sendo nesse transcurso de uso dos espaços pelo turismo que se engendram os territórios turísticos.

Nessa circunstância retratada, apreendemos que o turismo converge “no processo de transformações dos territórios para seu uso, com outros usos do território, bem como com formações socioespaciais precedentes a seu aparecimento” (CRUZ, 2003, p.17). Por conseguinte, admitimos as afirmações de Knafou (1996) e Sánchez (1991 apud CRUZ, 2003) de que o processo de alteração de um deliberado espaço em território turístico demanda o seu ajustamento à sua nova refuncionalização a que foi atribuído. Nesse caso, sob a ótica da análise espacial, representa a construção de um agrupamento de objetos que dê familiaridade ao novo conjunto de atitudes acompanhado pelas demandas social do turismo.

Nesse sentido, retomando o conceito e a relação entre território e turismo, vale pensar que território concerne a elementos funcionais do espaço, ou seja, marcado por

determinados atores sociais, que lhe concederão determinadas funções num dado momento histórico (CRUZ, 2003).

No tocante aos territórios turísticos, autora citada ressalta que há três fatores essenciais que fundamentam a seletividade espacial do turismo: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Destarte, a Cruz (2003, p. 19) explana que

a valorização, por parte dessas diferentes fontes de turistificação dos lugares, depende do contexto determinados atributos socioespaciais dos territórios, num dado momento histórico, depende do contexto cultural em que se dá essa valorização. Como a cultura é mutável no tempo e no espaço, os territórios eleitos pelo turismo na atualidade não são, em todos os casos, os mesmos de ontem e não, necessariamente, serão os mesmos de amanhã. E como não há uma cultura mundial, lugares turísticos valorizados por algum grupo social podem não ter qualquer significado para outros grupos.

Sendo assim, essa asserção assinala que a apropriação do território pelo turismo resulta da confluência de variados fatores (sociais, econômicos e culturais) e não meramente de suas peculiaridades naturais. Assim baseando-nos nessas proposições, podemos considerar que a atividade turística representa não só uma atividade produtiva, mas também como uma prática social, um campo do lazer. Desse modo, como mostra Cruz (2003, p. 20), “uma análise do turismo que prescindia dessas duas dimensões básicas da atividade não será capaz de apreender esse fenômeno na sua totalidade”.

Knafou (1996), ao proferir a respeito dos territórios turísticos, elenca três elementos básicos decisivos em seu desenvolvimento, que são os turistas, o mercado e os planejadores e promotores. Nesse sentido, o autor (1996) acrescenta que essa dinâmica se resume pelo conflito que sustentam entre duas territorialidades diferentes: a territorialidade sedentária dos moradores locais e a territorialidade itinerante dos visitantes, que, mesmo assim, carecerem se apropriar dos territórios visitados.

Igualmente, Saquet (2007), ao fazer uma análise minuciosa da produção do conhecimento a respeito da evolução da abordagem de território, verifica que, de modo geral, cada qual com suas particularidades, procuraram contribuir na elaboração de uma análise que superasse o viés meramente descritivo, classificatório e acrítico. Nessa perspectiva, o autor (2007) assevera que pensar o território exige um olhar abrangente sobre todos os elementos que o integram, como as redes e os fluxos que se estabeleçam. Essa percepção, segundo o autor aludido (2007, p.21), é básica, “porque é fundamental não se separar a (i)materialidade da vida, que se revela ao nosso olhar e compreensão,

através da relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente”.

Dessa maneira, Saquet (2007) reafirma que, ao analisar o território, é necessário ter acuidade e perspicácia, visto que cada sociedade cria seu território e territorialidade à sua maneira, em conformidade com seus preceitos, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades diárias. Consequentemente, avaliar o território é um ato complexo, que envolve

- o movimento histórico e multiescalar, que assume sempre novas obras e relações sociais, ideias, territorialidades, desde uma ocupação e apropriação aparentemente desordenadas e móveis até a definição de vastos impérios, de cidades-estados, do Estado-Nação, de empresas e demais instituições da era moderna (SAQUET, 2007,p.24).

Portanto, em acordo com o exposto pelo autor supracitado, reiteramos a necessidade de ultrapassar as ideias simplistas que deduzem o território sem considerar os sujeitos sociais ou esses sujeitos destituídos de território e, assim, entender o enredamento e a singularidade do mundo da vida, como suas interações no e com o lugar, concretamente e abstratamente, apontando para a fomentação de processos de desenvolvimento.

Outra consideração relevante de Saquet (2007), baseando-se nos princípios de Gottmann (1952), alude ao papel da circulação por meio de suas redes de estradas na reestruturação e diferenciação do território, visto que, para o autor (2007), esses elementos indicarão quais as distintas interligações que se estabelecerão naquele determinado território, essenciais em seu ordenamento como em suas articulações.

Perante o aclarado, para se empreender uma análise representativa do território, faz-se necessário, ainda, considerar a existência de “uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com* o lugar e *com* outros lugares e pessoas; identidades” (SAQUET, 2007, p. 158). Nesse sentido, os elementos precípuos do território, como suas redes de acesso e comunicação, as relações de comando, as ambivalências e as afinidades, relacionam-se, associam-se uma nas outras numa urdidura relacional (multitemporal e multiescalar) indivisível (SAQUET, 2007). Nessa dinâmica, o autor (2007) relata que há uma relação intrínseca entre espaço e território, como a ligação entre tempo histórico versus tempo real.

Portanto, conforme descrito, para se compreender a espacialização do uso e a apropriação do território no Distrito de Gardênia, faz-se necessário igualmente considerar os processos ao recorte temporal atual e, simultaneamente, relações estabelecidas em distintas escalas pelos sujeitos inerentes a esse território ao longo do tempo.

Saquet (2007) corrobora que a vida cotidiana resulta da condição da plenitude existente entre as relações em níveis multiescalares, em que cada indivíduo age conjuntamente, em várias redes, agindo com propósitos, modo, proporção e significados diversos, no mesmo ou entre diferentes lugares. Nesse sentido, mesmo considerando as diferenças entre os processos de interconexão e territorialização, é preciso entender que ambos mantêm sua exclusividade, ao mesmo tempo em que interagem e completam-se (SAQUET, 2007).

Sendo assim, é nas distintas relações que abarcam os processos de territorialização (relações, fluxos, movimento etc.), combinadas por interesses e escalas diversas, que os indivíduos se territorializam (SAQUET, 2007). Por isso, o autor referido sublinha que, nesse sentido, a análise territorial é um meio proficiente para se conceber as relações de apoio que acontecem entre as diversas localidades, bem como os embates, as tramas etc., nele praticadas. Assim, apreendemos que, nesse enredo, o movimento é consequência e regulador de ações territoriais abstratas, materiais, de contrastes sociais, de poder econômico, político e cultural que condicionam a vida.

Segundo Saquet (2007, p.161), essas distintas conexões impelem o movimento, provocando uma dinâmica em que

- o velho é criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade, de superações. A continuidade se dá na não-mudança e na própria descontinuidade, que contém, em-si, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso o *vellho* não é suprido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica.

Essa constatação, para o autor (2007), no sentido que foi manifestada a analogia entre o velho e o novo, denota um recurso ilustrativo das dinâmicas que se processam continuamente no território. O território nessa concepção dissipa-se sem deixar de

existir, pois constantemente vivemos relações sociais, territorialidades que se materializam nas próprias relações, que desarranjam e mudam o território.

O território, na concepção de Coriolano (2006), é acatado como uma condição de relação de supremacia conjugadas à soberania, ao estado-nação e à fronteira, em que é organizado levando-se em conta o histórico de relações entre sociedade e natureza. Nesse âmbito, o espaço geográfico que comporta essa categoria (território)

- passa a ser considerado através de sua organização e de seu sentido social, criando espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de força e de poder que se estabelecem de forma contraditória, transformando a chamada primeira natureza em segunda natureza (CORIOLANO, 2006, p. 369).

Nesse contexto, Coriolano (2006) salienta que, nessa dinâmica de produção espacial para o turismo, torna-se fundamental considerar o conflito de interesses dos diferentes atores envolvidos. Essa assertiva se fundamenta porque “o turismo para se reproduzir segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contido apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias”. (CORIOLANO, 2006, p. 368).

Assim, assevera a autora (2006) que o turismo é, atualmente, um dos eixos causadores dessa espacialização, atua desterritorializando/reterritorializando e acarretando novas conformações geográficas. Consequentemente, nessa lógica, a autora (2006) observou que comunidades tradicionais localizadas em áreas aprazíveis (litorâneas, balneárias etc.) têm sido desapropriadas para dar lugar a empreendimentos relativos à atividade turística.

Com essas manifestações, podemos entender que é na vivência das relações sociais tecidas no espaço que se “engendram os processos, pois nessa formação histórica se estabelecem, se recriam e se transformam as relações sociais e espaciais” (CORIOLANO, 2006, p.370). Contudo, diante do explanado, convém considerar que, em virtude de uma gama de interesses distintos, o resultado dessa construção social não acontece sem conflitos, oposições e resistências.

Nesse sentido, reportando ao uso do território para o turismo, muitos passam a ser apropriados por dispor de atrativos para a demanda, e os agentes (poder público e iniciativa privada) veem nessa situação uma oportunidade para alocar seus investimentos e aproveitar economicamente dos espaços e do trabalho humano

(CORIOLANO, 2006). Com esse fundamento, a autora (2006, p. 370) afirma que “os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo”.

Destarte, Coriolano enfatiza que o turismo se efetiva tendo como fundamento a diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões. Portanto, esse fenômeno se ajusta às dinâmicas do local como do global, pois subjuga as relações sociais ocorridas ao longo do tempo a cargo de alterações e reorganização dos espaços, usufruindo dos bens locais (2006).

Conjuntamente, a técnica empregada a serviço do turismo proporciona agilidade, organização territorial, facilitando assim a transmissão dos valores culturais locais para os turistas enquanto objeto de apreciação e do querer.

Enfim, a autora (2006) explica que o turismo também suscita diversos processos que centralizam ou compartilham renda, agregam ou minimizam as formas de exploração da mão de obra, além da entrada ou evasão dos proventos. Portanto, assim como outras atividades econômicas, exige gerenciamento por parte dos agentes responsáveis (governos municipais e estaduais) e, essencialmente, a participação da comunidade onde se realiza.

Por conseguinte, em conformidade com o explanado, Coriolano (2006) ressalva que é preciso se atentar quando o turismo é arquitetado como viabilidade de desenvolvimento local e valorização dos bens culturais, a julgar pelo seu viés estritamente econômico. Ademais, explica a autora (2006) que se tem observado em alguns contextos a conversão do espaço em mercadoria, a padronização da cultura, aspirando atender os interesses alheios em detrimento da população residente. Porém, em contrapartida, a autora (2006) sintetiza que, apesar da principal perspectiva econômica do turismo ser o lucro, absorver riqueza e renda, também gera possibilidades de agregar valor para os residentes e assim contribuir com o desenvolvimento do local onde acontece.

3.2.3 Turismo e desenvolvimento local

Como visto em Coriolano (2006), o turismo tem se difundido como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios; no entanto, na prática, esse prognóstico não tem se realizado. Como resultado, observa-se que o turismo

- não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problema onde foi tratado como política para atender a acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. (CORIOLANO, 2006, p.372).

Em contrapartida, a autora (2006) acrescenta que a busca de uma alternativa que viesse amenizar os efeitos desfavoráveis do turismo, induzidos pelos ideais capitalistas, coadjuvava na reflexão sobre a necessidade de novas ações para esse setor. Dentre elas, um turismo mais proativo, com qualidade profissional e revertido aos interesses dos atores sociais locais.

Por conseguinte, paulatinamente, as práticas sociais e as políticas governamentais, a princípio contraditórias, foram se convergindo com as das comunidades locais e dos pequenos empreendedores, mesmo que de forma particularizada (CORIOLANO, 2006). Assim também ficou evidenciado que a preconização das benesses do turismo para todos em todos os lugares é sutil, pois encobre incoerências e as diversas formas de abuso do trabalho, que incitam contradições entre capital e trabalho. (CORIOLANO, 2006).

Nessa conjuntura, a autora apresentada revela outros aspectos relativos à evolução do turismo, em que, por um lado, tem-se o discurso ilusório por parte dos governantes da ideia de comunidade e inserção social, em contrapartida ao que deveras se ensejava a ser a serviço da prevalência excluída e, por outro lado, a inaptidão crítica da sociedade em geral em captar a falseta do discurso governamental, sujeita à ação estatal de estruturação de um turismo isolado, dificultando o turista de conhecer o local visitado.

Assim, Coriolano (2006, p. 373), analisa que, de modo geral, “o que se constatou foi que o turismo não é diferente de nenhuma atividade capitalista, não é maldição nem bênção, é resultado das práticas políticas dos discursos hegemônicos e dos de resistência”. À vista disso, a autora (2006) declara que assegurar bons resultados com o turismo no nível comunitário não representa ignorar a presença do estado e da globalização, mas sim reencaminhar as políticas aos interesses das economias populares. Essa estratégia, para Coriolano (2006), é uma possibilidade de permanência e inserção daqueles com menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo.

Essa perspectiva também abrange um fazer turístico pensando no lugar e na conservação e ressignificação de seus recursos (naturais e culturais).

Segundo Coriolano (2012), o conceito de desenvolvimento teve sua origem nos países dominantes que almejavam deslindar as diferenças entre si sem adentrar no dote da questão, e somente imputá-los por sua posição inferior em relação aos países centrais do capitalismo. Dessa forma, foi “um conceito associado à ideologia de que as nações pobres poderiam superar tais problemas, caso caminhassem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes. Essa ideia permeia as políticas nacionais de quase todos os países [...]” (CORIOLANO, 2012, p. 62-63).

Por esse ângulo, muito se discursou sobre crescimento econômico e desenvolvimento, assim como sobre a ideia de serem tomados como sinônimo. Na hodiernidade, se tem o consenso da dessemelhança entre esses dois elementos, ainda que possa aceitar alguma semelhança entre eles.

A esse respeito, a autora (2012) alega que, para conseguir desenvolvimento, é preciso que o lugar passe por um processo de construção de riqueza com comunhão e distribuição social, levando-se em conta a igualdade, as necessidades das pessoas, com justiça social ou direitos humanos. Por isso, cogitar o desenvolvimento admite uma lógica que se opõe à produtividade, à competitividade e à acumulação a qualquer custo, incluindo-se assim uma mudança de ideias e práticas sociais, que dirija as pessoas e organizações para a produção e o uso partilhado sustentável (CORIOLANO, 2012).

Por isso, o desenvolvimento local, para a autora (2012), se efetua em pequenos lugares de maneira participativa provocando mudanças socioestruturais, com características da própria comunidade e de seu meio. Além disso, “nele os habitantes possuem relativa autonomia para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles e decidir como cada um pode contribuir com inovações” (CORIOLANO, 2012, p. 64). Nesse caso, a própria comunidade são os agentes do desdobrar de toda ação de desenvolvimento e velam pela qualidade das relações ali estabelecidas, sejam interpessoais ou interinstitucionais.

Como alerta e reitera Coriolano (2012), a viabilidade de uma política econômica orientada para o desenvolvimento humano demanda respeito aos direitos particulares e sociais da pessoa humana e transparência na definição desses objetivos. Por isso, o desenvolvimento é compreendido como uma sequência ininterrupta de avanços que, ao guiar-se para a escala humana, faz desses progressos primordiais.

Nesse sentido, de acordo com o exposto, Coriolano (2012, p.62) alega que o turismo de base local é empreendido visando “atender as necessidades de trabalhadores de um lugar, sem visar apenas o lucro [o que] faz contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório”. Esse modelo dominante de desenvolvimento referido pela autora (2012) se dá pela exploração do território, que, no caso específico do turismo, ao se buscar a eficácia e o acatamento da conveniência das empresas estatais e privadas, desconsidera a precisão da comunidade.

Igualmente, reiteramos, com base em Beni (2007), que a inoperância das ações governamentais a priori desenvolvidas como a criação de programas e órgãos relativos ao gerenciamento da atividade suscitou novos redirecionamentos à atividade. Desse modo, o autor (2007) cita como exemplo o caso da roteirização regionalizada, que, a seu modo, serviu para o marketing com o intuito de estender o fluxo turístico a algumas regiões específicas a curto prazo. Assim, foi constatado que esse modelo de forma alguma é a opção para designar e consolidar o turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável e inserção social (BENI, 2007).

O autor (2007, p. 138), ao refletir sobre os elementos que determinam um local, uma região como polo de desenvolvimento, evoca que as políticas dirigidas para tal

- devem contemplar e beneficiar democraticamente as comunidades locais, pois mesmo com programas de integração e desenvolvimento regional, prevalecem as ações de desenvolvimento local, focadas e embasadas na realidade de cada município ou comunidade.

Cavaco (1996), em conformidade com Coriolano(2006 e 2012), Beni (2007), conta que a conscientização dessa premência motivou a promoção de estratégias de desenvolvimento local que considerassem as necessidades da comunidade, bem como as limitações de seus recursos naturais e/ou culturais. Assim, sob esse prisma, foram concebidas políticas públicas para esse setor de forma mais descentralizada, as quais serão detalhadas adiante. A autora referida salienta que em nenhuma circunstância se deve olvidar que todo processo de desenvolvimento é a longo prazo e de êxito questionável, principalmente em áreas em declínio, esquecimento (de recursos naturais, econômicos e culturais) e carência de profissionais (agentes de desenvolvimento, gestores etc.).

Desse modo, de acordo com a autora (1996, p. 98) o desenvolvimento local

- assenta na revitalização e diversificação da economia capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida [...].

Avultam-se a essas ações as propostas de reconhecimento e valorização de produtos agrícolas de elaboração e transformação caseiros, tradicionais, regionais e locais “com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura – feiras, festas [...] produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comeres, sabores e cheiros... (1996, p.98). Nesse fundamento, para além do progresso econômico percebido com o aumento integral de produção e de riqueza, interessa o desenvolvimento, que é conjuntamente econômico, social e territorial.

No tocante à prática do turismo versus desenvolvimento, Oliveira (2001) salienta que, desde sua projeção, deve-se denotar incluyente, admitindo-se desse modo uma conduta que assegure a integridade e a genuinidade das práticas cotidianas. Essa ação, para a autora (2006), oportuniza, no local em que se realiza, o gerenciamento de iniciativas locais que possam constantemente apoiar-se em benefícios que devem ser logrados no decorrer da interatividade do fenômeno turístico.

Diante disso, a autora (2006) rememora que descrever desenvolvimento não é o mesmo que descrever crescimento econômico. Portanto, Verhelst (1992 apud OLIVEIRA, 2001, p. 2) ressalta que o desenvolvimento de uma localidade “deve estar centrado no contexto real das potencialidades a serem trabalhadas, representando a iniciativa local de um grupo de autóctones que vise à busca contínua pela libertação sistemática da miséria e do processo de opressão”. Nessa concepção, seus estudos conduzem para a inserção de princípios como solidariedade, sobriedade e cooperação mútua por intermédio de instrumentos que possam preservar a articulação social a fim de manter seu equilíbrio.

Diante dessa asserção, evidencia-se que o processo de desenvolvimento vem demandando uma constante reflexão, uma vez que exige um entendimento de mundo não mais ligado à lógica objetivista e à importância materialista. Dessa maneira, a autora (2001) compila que o desenvolvimento apenas se decorrerá legítimo se originar-se dos dinamismos e compasso do progresso e das peculiaridades da comunidade.

Assim, Oliveira (2001, p. 4) observa que a cultura tem a competência de tornar-se uma ferramenta de melhoria econômica e social, “a medida que o desenvolvimento

cultural manter a integridade identitária coletiva e construir novas possibilidades de emersão social, cultural e econômica”. Destarte, sob essa ótica, delibera-se que o desenvolvimento deve abarcar mecanismos de dimensão cultural compreendendo atividades efetivas de desenvolvimento em outros setores, como a educação, saúde, tecnologia e as próprias experiências vividas pela comunidade (OLIVEIRA, 2001).

Nesse contexto, Anjos (2004) corrobora destacando que o crescente interesse de temas relativos às questões ecológicas, à globalização e à amenização das desigualdades sociais conduziram a sociedade a melhor relação entre ambiente, economia e sociedade. Diante disso, o autor descrito reforça que se constata, então, a urgência de um interesse global pela sustentabilidade. Desse modo, o autor (2004, p. 96) esclarece que “uma das formas de desenvolver a sustentabilidade da atividade turística é convencer o governo e a indústria do turismo da importância de incorporar princípios de desenvolvimento sustentável aos planejamentos e às operações”.

Em vista disso, para mensurar o desfecho do desenvolvimento do turismo em uma localidade, deve-se dispor de um conjunto de parâmetros de sustentabilidade eficientes que auxiliem a indicar em que posição o desenvolvimento turístico se encontra, para onde se encaminha e quanto carece para alcançar as metas estipuladas (ANJOS, 2004). Assim, o autor apresentado realça que a apreensão dos propósitos políticos e de planejamento são as bases prévias dentre os critérios empregados na seleção dos indicadores de desenvolvimento sustentável. Além do mais, “existem várias tipologias de indicadores, e dentre eles citam-se: os indicadores econômicos, os ambientais e os sociais, que medem mudanças na economia, no ambiente e na sociedade” (ANJOS, 2004, p. 98).

Nesse ponto de vista, compreendemos que um planejamento turístico sustentável demanda, além de orientações ou auto-regulação do setor, sistemas de gestão ajustados e comprometimento com os ideais sustentáveis e da integração de longo prazo dos intentos sociais, ambientais e econômicos.

Diante do exibido, Petrocchi (2001, p. 12), ressalta que as lacunas do turismo estão, a princípio, estritamente relacionadas à falta de conscientização da população para sua relevância, sendo assim uma questão cultural. Então, “se a população não se sensibiliza por determinado tema, o político automaticamente o descarta. O político reflete os desejos, as aspirações e as preocupações da população”. Por isso, o autor (2001) assinala que, quando a população é negligente com os elementos que abrangem o turismo, esse desleixo se torna desastroso.

Desta maneira, como mostrado, a falta de conscientização da população, somada a outros fatores, como o êxodo rural, a urbanização acentuada, serviços públicos inadequados, lixões etc., afeta radicalmente a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, o turismo (PETROCCHI, 2001). Além de tudo, compete ao Poder Público o ofício de fiscalizador/provedor de serviços públicos, como aqueles que estão associados à própria dinâmica dos espaços urbanos e às comunidades, aos sistemas viários, de comunicação e à conservação do meio ambiente (PETROCCHI, 2001).

Em conformidade com o explicitado, essas ações descritas, acrescidas ao gerenciamento do uso do solo, à educação e à conscientização da população são condições substanciais ao bom desenvolvimento do turismo. Por isso, Petrocchi (2001, p. 16) sublinha que “é ponto pacífico reconhecer no turismo uma alternativa poderosa de desenvolvimento sustentado. Para sua evolução, torna-se necessário o envolvimento do Poder Público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e toda população”.

Enfim, investir em turismo é estar ciente que o crescimento do turismo está estritamente dependente do aumento da renda per capita e da população. Por isso, é imperioso gestão, aliada a um mínimo de alçada administrativa; essa prerrogativa é fundamental não somente para o turismo, mas para todas as atividades econômicas.

CAPÍTULO 4: AS TERRITORIALIDADES DOS SUJEITOS LOCAIS – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA E DO DISTRITO DE GARDÊNIA/SP

4.1 A territorialidade dos sujeitos

Conforme já explicitado, o eixo dessa pesquisa basicamente é a escala do território, por se dedicar a desvelar especificamente os desdobramentos da prática do turismo no Distrito de Gardênia. Porém, cabe ressaltar que haverá uma constante interlocução com outras escalas, considerando que o território, na atualidade, recebe influência e é reflexo de dinâmicas externas a sua circunscrição.

Segundo Massey (2000), para pensar o lugar hoje deve-se considerar o conjunto de relações que se realizam e se incorporam num lócus externo a ele, mas que dessa gama de intersecções mantém sua especificidade. Assim, para a autora (2000, p. 184),

- em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, de movimentos e comunicações na mente, então, cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único dessa intersecção.

Portanto, em consonância com Massey, é coerente supor os lugares como lócus de interações sociais, que transpõem fronteiras, ao invés de delimitá-los apenas, o que, “por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local” (MASSEY, 2000, p. 184). Diante do exposto, destacamos que a escala do lugar foi delimitada para fins de estudo apenas, pois ratificamos que haverá um constante diálogo entre as múltiplas interconexões que influenciam as dimensões socioespaciais locais.

Nesse âmbito, Santos (1996) atesta que, sob a influência da globalização, o lugar deve ser apreendido como interconectado com outras escalas, que, por seu dinamismo, cria e recria relações sociais instáveis. Entretanto, o autor ressalta que

- as próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos

respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças a individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda as relações de cada qual com o sistema do mundo. (SANTOS, 1996, p. 252).

Nessa dinâmica em que os espaços são requalificados constantemente, Moesch elucida que

- a noção humanística de sujeito é, simultaneamente, subjetiva e biológica. Humanista, pois é qualidade própria do ser vivo buscar sua auto-organização, como pertencente a uma espécie situada no tempo e no espaço, membro de uma sociedade ou grupo. (MOESCH, 2002, p. 40).

Assim, para compreendermos a espacialidade dos sujeitos é essencial considerar o contexto hodierno do objeto. Esses sujeitos sociais (alunos, professores e moradores locais) não se encontram limitados em seu território, pois, como verificado por Souza (2012), sobretudo no que se refere ao objeto, desde meados da década de 1990 tem-se experimentado novas relações⁶.

Igualmente, estão sujeitos são influenciados por relações e elementos externos ao Distrito, como os visitantes/turistas que frequentam e/ou que estabelecem suas residências temporárias nesse espaço requalificado, as instituições e seus representantes (igreja, prefeitura), assim como os agentes imobiliários.

As transformações ocorridas a partir da década de 1950, influenciadas por fatores socioeconômicos como o processo de modernização da agricultura, as mudanças trabalhistas, a crescente urbanização/industrialização, foram cruciais para alterar as relações entre campo e cidade (HESPANHOL, A.; HESPANHOL, R. 2006). Esse contexto possibilitou o reconhecimento do caráter multifuncional do meio rural, que passou a desenvolver outras atividades não-agrícolas, como moradia, lazer, etc. (SILVA, 1999).

⁶De acordo com Souza (2012) em meados da década de 1990 foram estabelecidas as primeiras diretrizes orçamentárias referentes à formulação de projetos turísticos para a exploração das potencialidades paisagísticas e culturais do Distrito de Gardênia, iniciando-se assim a implantação dos primeiros pesqueiros, ranchos e condomínios de segundas residências. Desse modo, ratifica a autora (2012) que se configurou em novos usos e a apropriação do espaço.

Desse modo, Souza (2012) constatou que, assim como em outras escalas geográficas, essas novas dinâmicas também abrangeram o Distrito de Gardênia, que, conjuntamente com a mescla de elementos urbanos no meio rural, requalificaram o espaço. Esse fato vem corroborar que não apenas as novas interações sociais em iminência influenciam os sujeitos locais, como também que os novos elementos que são fixados constantemente, ou até mesmo os que recebem um novo uso, contribuem para que suas espacialidades cotidianas sejam alteradas.

Souza (2010) concorda que a mudança do espaço social consequentemente modifica o fulcro das relações sociais, sendo, pois, coerente apreendê-las como mudanças socioespaciais. Concepção esta adotada por Souza (2012) que observou os rebatimentos do uso e a apropriação do espaço pela prática do turismo no Distrito de Gardênia, tanto na dimensão social, que teve suas práticas espaciais cotidianas modificadas, como na dimensão espacial, que recebe novos substratos materiais (Figura 2).

Figura 2: Distrito de Gardênia, área de pesqueiro no meio rural.



Fonte: Souza (2014).

Nesse sentido, Santos (1996) discute a questão da relevância do cotidiano para a compreensão do conteúdo geográfico que simultaneamente é condicionante de ações que o ressignificam, mas que mantém sua própria identidade. Nesse âmbito, o espaço,

objeto das inter-relações, produto das interações, estando, pois, continuamente se modificando, não se dá por acabado (MASSEY, 2004).

Por conseguinte, Massey (2000) explica que, diante do intenso movimento na produção do espaço, é recorrente a imprecisão sobre a definição de lugar, bem como a forma de se relacionar com o mesmo. Então, para compreender a relação espaço-tempo, deve-se levar em consideração o que determina os níveis de mobilidade e, assim, conjuntamente, o que interfere na percepção que se tem sobre o lugar. Desse modo, há o entendimento recorrente de que essa condição de mobilidade ou fixidez depende profundamente da atuação do capital “que, segundo essa interpretação, é o tempo-espaço e o dinheiro que fazem o mundo girar e nós giramos ou não em torno do mundo. Sustenta-se que é o capital e seu desenvolvimento que determina nossa compreensão e nossa experiência do espaço”. (MASSEY, 2000, p. 178). Porém, a autora ressalva que há muitos outros elementos que dificultam as interações, como raça e gênero, necessitando-se assim serem avaliados.

Desse modo, Souza (2012) verificou que a mobilidade no Distrito, no sentido prático, físico, de permitir o livre deslocamento para lugares que os moradores locais desejarem, é limitada, já que, com meios de consumo coletivos ínfimos (transporte coletivo), oferecem poucas oportunidades de interações espaciais, restringindo-se à sede do município e a outros dois Municípios vizinhos (Iepê e Paraguaçu Paulista) apenas. Essa condição, reitera a autora (2012) baseando-se em Massey (2000), reflete uma espacialidade diferenciada, em que a condição financeira irá determinar o nível de abrangência dessas interconexões, acentuando ainda mais as desigualdades, pois há uma parte dos moradores que buscam o serviço terceirizado (táxi) para se deslocarem para outros lugares fora da rota dos transportes coletivos.

Essa condição, em consonância com Massey (2000), vem corroborar que a maneira como os sujeitos são colocados dentro da compressão espaço-tempo são complexas e bastante diversas, e requer, por sinal, uma atitude política, ou melhor, uma política da espacialidade.

Diante desse prenúncio, é preciso analisar quem são os indivíduos e o papel que desempenham em relação a esses processos, como, por exemplo, se são coadjuvantes, meros espectadores, movimentam-se apenas, ou até que ponto eles são responsáveis ou receptores apenas (MASSEY, 2000).

Massey (2002) acrescenta que, nessa dinâmica, há uma grande parte de indivíduos que tem um elevado movimento físico, como os migrantes que,

constantemente, deslocam-se em busca de melhores condições de vida, mas que não têm responsabilidade nesse processo.

Assim, cabe-nos analisar como os sujeitos locais se manifestam frente a esses novos processos perante seu próprio cotidiano, cultura, e, conjuntamente, se há indícios de alguma resistência na busca por preservar a identidade de seu lugar. É nesse sentido que reforçamos a necessidade de uma reflexão sobre a questão do lugar num recorte espacial pouco debatido e que outrora tinha um sentido de comunidade diferente, mais homogêneo, e que vivencia, como explicitado, novas dinâmicas.

Para isso, vale frisar que na busca da compreensão e construção do objeto haverá um contínuo processo de reflexão e análise subsidiado pela interlocução com a bibliografia, da interação com os sujeitos, de seu próprio histórico de formação, bem como com a condição que ocupa na modernidade.

4.2 Caracterização do Município de Rancharia

Ressaltamos que para o desenvolvimento da nossa pesquisa e, sobretudo, para a delimitação do objeto de estudo, foi necessário compreender, além das dimensões socioespaciais, os aspectos físicos, culturais, econômicos e demográficos do Município de Rancharia e do Distrito de Gardênia, os quais serão retratados nesse capítulo.

O Município de Rancharia (Mapa 1) está localizado na porção Oeste do Estado de São Paulo, mesorregião de Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, distando 517 Km da capital (EMUBRA, 2003). Com uma área territorial de 1.587.470 Km², é o 6º maior município do Estado de São Paulo em extensão. (BRAUN, 2011).

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou 28.804 habitantes no Município de Rancharia, sendo que 25.828 residiam na zona urbana e 2.976 na zona rural (IBGE, 2014). Além do Distrito sede, o Município de Rancharia tem sob sua jurisdição os Distritos de Agissê e Gardênia, sendo este último o recorte espacial de pesquisa.

4.2.2 História

Na concepção de Proença (1996, p. 4) “o movimento expansionista de ocupação de terras do oeste do Estado de São Paulo no início do século XX é um dos principais fatores do surgimento de inúmeros municípios, estando Rancharia incluso nesse

processo. Nesse âmbito, acrescenta Francisco (1984 apud PROENÇA, 1996, p. 4) que por meio do colonizador José Teodoro de Souza instalou-se uma verdadeira corrente migratória de Minas Gerais em direção ao Oeste Paulista. Nesse sentido, a autora (1996) acrescenta que, dentre os fatores que contribuíram para a ocupação mineira no Planalto Ocidental Paulista, estão: a decadência das reservas de ouro em Minas; a fuga dos homens devido à convocação para a Guerra do Paraguai; a divulgação de sucesso das primeiras expedições; a fertilidade do solo, propícios ao cultivo do café e a pastagens; o baixo preço das terras, etc.

Proença (1996) destaca que, posteriormente à colonização, consolidou-se a expansão cafeeira e, conseqüentemente, a intensa procura por terras roxas férteis e virgens dos espigões, impulsionando continuamente a marcha para o extremo oeste, localizado entre a margem esquerda do Rio Paraná. Desse modo, Teixeira (1979) sintetiza o processo de ocupação do oeste paulista, elucidando que

- [...] a marcha do povoamento no Estado de São Paulo se fez em direção ao oeste, quase sempre possibilitada pela cultura cafeeira, frequentemente orientada pelas ferrovias e complementada pela imigração. São as frentes pioneiras, com suas cidades cogumelos, com seus grilos de terras, suas fortunas e suas instabilidades [...] (TEIXEIRA, 1979, p.70).

De acordo com Braun (2011, p. 17),

- a história do Município de Rancharia assim como a história dos municípios vizinhos está associada à construção da Estrada de Ferro que ligava o trecho entre o “sertão desconhecido” e desabitado, situado no Oeste do Estado de São Paulo, na divisa com o então Estado de Mato Grosso [...].

Assim, nos primórdios da década de 1916, para a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, atual Ferrovia Paulista Anônima (FEPASA), foi necessária a edificação de ranchos. Em virtude da magnitude do acampamento em relação aos outros implantados em outras regiões, os feitores o denominaram de rancharia, formalizando-se assim o nome da localidade (IBGE, 2014).

O início da povoação se efetivou com a divisão de terras para a construção das primeiras casas; entre os pioneiros, José da Silva de Oliveira, Francisco Izidoro, José Custódio Dias de Araújo, Antônio Figueiredo, Antônio Palaccio e Julio Lucant (IBGE,

2014). Desse modo, em 10 de setembro de 1916, data da inauguração da estação da Estrada de Ferro, fica estabelecida também a data de fundação do povoado. O engenheiro Júlio Lucant, responsável pela demarcação dos quarteirões da vila e da praça em gleba de terra, recebe o título do fundador da cidade. (BRAUN, 2011).

Como elucida Braun (2011), a princípio, Rancharia passou por vários processos de jurisdição:

- Em 30 de julho de 1929 a povoação foi elevada a Distrito Policial. Pelo Decreto 6470, de 28 de maio de 1934 foi elevada a Distrito Paz, pertencente ao Município de Quatá. Em 5 de julho de 1935, pelo Decreto nº 7357, o Distrito foi elevado a categoria de Município, constituído dos Distritos de Rancharia e Iepê. [...] O Decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, desmembrou o Distrito de Iepê, e criou a Comarca Rancharia. A instalação da Comarca se dá em 13 de junho de 1945. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 2010 apud BRAUN, 2011, p.18).

Assim, em vista de seu crescente dinamismo produtivo, por volta da década de 1930, Rancharia passou a atrair um grande contingente de pessoas por toda a sua região, que, conseqüentemente, estimulou a criação da Companhia Colonizadora José Giorgi e a Companhia Aviação SP/Mato Grosso. (PROENÇA, 1996).

4.2.3 Aspectos naturais

Com uma topografia plana, localizado no planalto meridional ou basáltico, Rancharia possui o clima mesotérmico (Cwa), chuvoso no verão e no inverno seco, com a precipitação pluviométrica anual se concentrando por volta de 1.280 mm nos meses de outubro a maio, diminuindo nos meses de junho a setembro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 2014). Os solos da região são predominantemente os solos podzolizados, Lins – Marília, ocorrendo mais ao norte do Município; o latossolo roxo apresenta maior propensão próximo ao sul, na bacia do Paranapanema, e o latossolo vermelho escuro fase arenosa com maior incidência, se estende as demais áreas no município⁷ (EMUBRA, 2003).

⁷ Conforme Oliveira et al (1999), os solos **podzolizados**, **Lins-Marília** atualmente são denominados de Argisolos, os **Latossolos roxo** de latossolos e os **latossolos vermelho escuro** de latossolos.

Em termos hidrográficos, o Município é cortado pelo Rio Capivari, o Rio Confusão e pelo Rio do Peixe, que atravessa sua área norte. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2014; PROENÇA, 1996). Braun (2011) expõe que o Rio Capivari é represado em dois contextos, primeiro formando o Parque Balneário Manoel Severo Lins, situado na Rodovia 457, na Estrada SP 351 km 50 + 800 m e, no segundo, no Distrito de Gardênia, formando a Represa Capivara para o funcionamento da Usina Hidrelétrica Capivara.

Rancharia possui predominantemente como vegetação o cerrado e os remanescentes da mata atlântica. Todavia, sua paisagem apresenta intensa degradação de seu bioma, ocasionado, principalmente, em virtude da exposição do solo para o cultivo da cotonicultura e posteriormente para a pecuária (FRANCISCO, 2011).

4.2.4 Aspectos socioeconômicos

O Município de Rancharia teve em seus primórdios o setor primário extrativista como base econômica por meio da iniciativa expansionista, conforme relatado. Desse modo, “[...] inicialmente, com o uso quase que exclusivo de madeira coletada, para uso da própria companhia férrea, que a utilizava para o uso de dormentes e como combustível ao movimento dos trens” (PROENÇA, 1996, p. 18).

Posteriormente, tomando como recorte temporal o limiar da década de 1940, a cultura algodoeira veio progressivamente substituir a cafeicultura; assim, em vista da grande produtividade, o Município recebeu o título de Capital do algodão no ano de 1956 (BRAUN, 2011; MONBEIG, 1984).

Esse dinamismo produtivo contribuiu para a instalação da indústria Algodoeira Palmeirense S.A, desenvolvendo o setor e gerando uma gama de postos de trabalhos. O algodão passou a ser considerado o “ouro branco”, considerando tamanha importância econômica mundial, em que a produção deveria suprir as indústrias têxteis que se expandiam continuamente. (PROENÇA, 1996).

Por conseguinte, afirma Teixeira (1979, p. 90) que

- o algodão, embora não constitua fator de povoamento comparável ao café, exerce importante papel na fixação, nas áreas onde a lavoura cafeeira entrou em decadência. Ele criou novas paisagens rurais, permitiu o aparecimento de atividades industriais ligadas ao seu cultivo, desmembrou grandes propriedades, e

permitiu a ascensão de pequenos lavradores à categoria de proprietários [...].

Todavia, ressalva Proença (1996) que o corolário do uso desmedido do solo pela cotonicultura foi a erosão e a extinção de espécies arbóreas nativas no Município de Rancharia. Posteriormente, com a decadência do Ciclo do algodão, no limiar da década de 1960, a pecuária torna-se a principal atividade econômica do Município. (BRAUN, 2011).

Atualmente, tomando por base os dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI (SÃO PAULO, 2014), a economia do Município se fundamenta na produção agropecuária de suas 1.053 unidades produtivas. Dessas unidades produtivas, um total de 150.885,9 hectares é distribuído entre: 92.714,1 hectares (ha) de pastagens, 890,0 ha de culturas perenes, 34.781,8 ha de culturas temporárias, 3.451,6 ha de reflorestamento, 3.113,7 ha de áreas de várzea e brejo, 14.140,1 ha de vegetação natural, 150,9 ha de área de descanso e 1.643,7 ha de área complementar.

Nesse âmbito, Braun (2011) atesta que

- a agricultura do município de Rancharia é caracterizada pela policultura e as principais culturas cultivadas são a soja, o milho, o feijão a mandioca, o café, o amendoim, o algodão e a cana-de-açúcar. Na fruticultura é cultivada a pêra, banana, melancia e manga. (BRAUN, 2011, p. 19).

A pecuária é um setor que tem relevância econômica para o Município, com o registro de 111.552 cabeças de bovinos de cria, recria, engorda e de leite, este último com uma produção anual de 7.360 mil litros (IBGE, 2012). O rebanho do Município conta também com outras espécies, como equinos, bubalinos, muares, suínos, caprinos, ovinos, galinhas, coelhos, além do cultivo do bicho-da-seda e da produção de mel de abelha. (BRAUN, 2011).

A indústria compreende 1035 empresas atuantes, distribuídas entre os ramos de transformação de minerais não-metálicos; de madeira; mobiliário; têxtil; vestuário, calçados, e artefatos de tecidos e couro; produtos alimentares; laticínios; frigoríficos e etc. (IBGE, 2011).

Com relação ao número de pessoal ocupado, há um total de 6.943, sendo 5.709 devidamente assalariados com uma média salarial mensal de 1,9 % que totaliza uma

soma de total de 73.609 mil reais anual. O Produto Interno Bruto (PIB) do Município é de R\$ 1.131,446, se colocando entre os três municípios com maior índice de crescimento econômico que compõe a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente⁸ e o PIB *per capita* (produto interno bruto por pessoa) é de R\$ 39.274,06 (IBGE, 2014).

Os dados da Fundação Sistema de Análise de Dados (SEADE, 2013) (Tabela 1) apontam que presentemente o setor agropecuário, produção florestal, pesca e aquicultura são responsáveis por 21% do emprego formal da população; a indústria por 27,05%, a construção civil, 1,12 %; o comércio, 18,06 %; os empregos formais dos serviços, 32, 77 %.

Tabela 1: Principais atividades econômicas desenvolvidas no Município de Rancharia e porcentagem de população empregada

Atividade Econômica	% de população empregada		
	2010	2012	2013
Agropecuária	25,54%	21,66%	21,00%
Comércio	17,24%	16,55%	18,06%
Construção Civil	0,65%	0,68%	1,12%
Indústria	25,04%	31,57%	27,05%
Serviços	31,53%	29,54%	32,77%
Total	100%	100%	100%

Fonte: SEADE (2010 apud BRAUN, 2011); SEADE (2012); SEADE (2013).

A Tabela 1 refere-se ao total de empregos ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada pelo regime de Consolidação de Leis do Trabalho (CLT), incluindo-se assim funcionários públicos ou funcionários avulsos e temporários, desde que vinculados com a Relação Anual das Informações (RAIS). (BRAUN, 2011). Assim, ao analisarmos e traçarmos comparação entre os dados de 2010, 2012 e 2013, pode ser observado que o setor onde houve continuamente contração mais significativa no número de empregos foi a agropecuária. No que tange ao setor industrial, verifica-se

⁸ De acordo com os dados do IBGE (2013), seguindo o ranking do índice de crescimento econômico tem-se respectivamente os Municípios de Presidente Prudente, que ocupa o 1º lugar, e Rosana em 2º lugar.

crescimento entre 2000 a 2010 e declínio em 2013. Apesar da queda no setor de serviços entre as décadas de 2000 a 2010, a porcentagem de população empregada teve um modesto aumento em 2013. Constata-se ainda que a construção civil foi um dos setores que constantemente se manteve em elevação, mesmo que de forma inexpressiva.

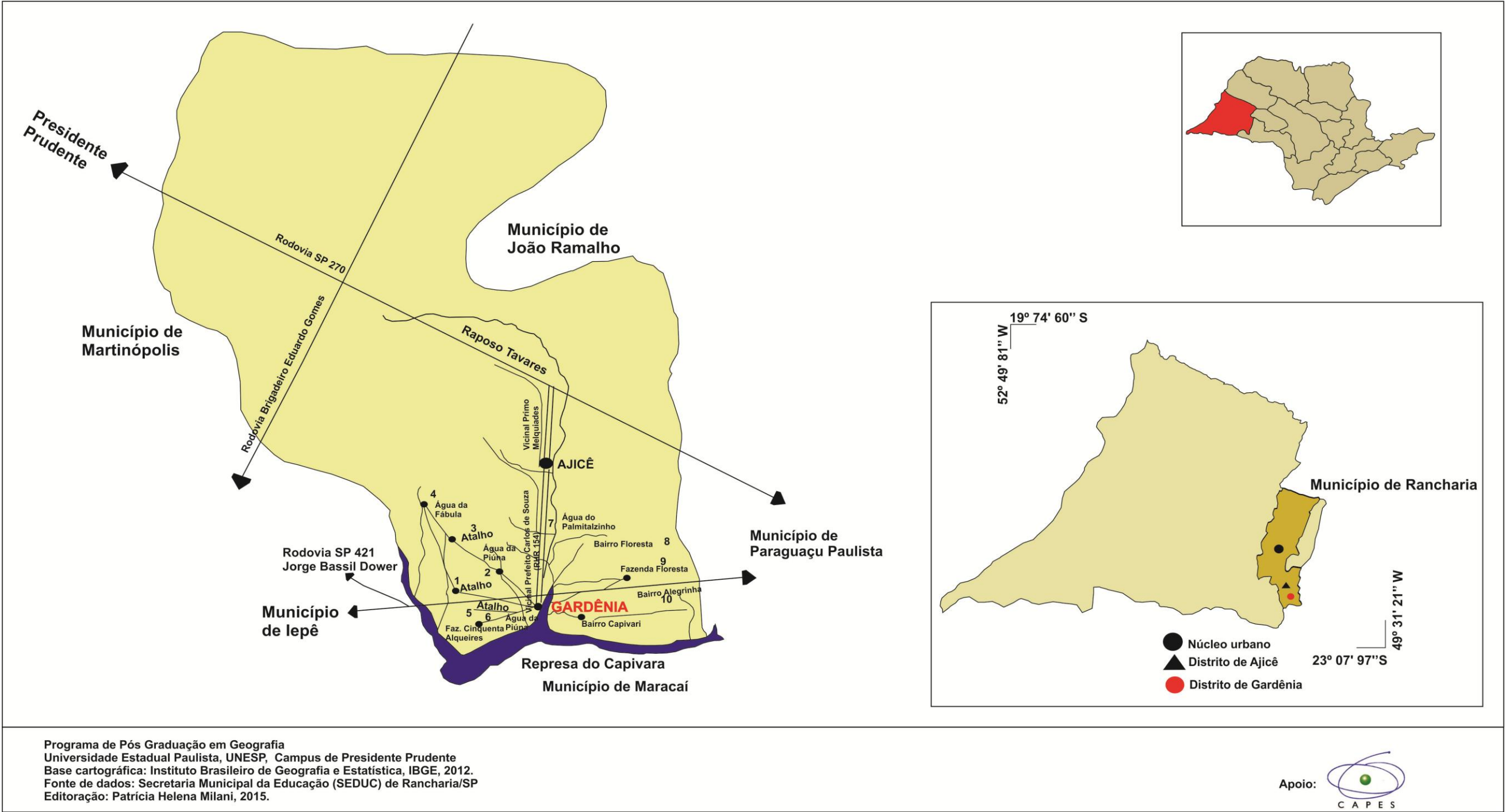
Os indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que avalia a situação da riqueza, escolaridade e longevidade em uma escala de 1 a 5, classificam o Município de Rancharia no grupo 4, isto é, apresenta baixos índices de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade (SEADE, 2006 apud BRAUN, 2011).

4.3. O Distrito de Gardênia

4.3. 1 Localização, histórico, conceituação, aspectos econômicos e naturais

O Distrito de Gardênia, criado oficialmente pela Lei nº 233 de 24/12/1948, localiza-se no Município de Rancharia, distando 57 km da cidade sede e 489 km da capital do Estado (EMUBRA, 2003). De acordo com Souza (2012), “sua área territorial de 116,2 km² (Figura 3) limita-se ao norte com o Distrito de Agissê, a leste com o Município de Paraguaçu Paulista, ao sul com o Município de Maracá e a oeste com o Município de Iepê”. (SEADE, 2011 apud SOUZA, 2012, p. 19).

Figura 3: Distrito de Gardênia, Croqui da área Territorial



Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – SEDUC (2010 apud SOUZA, 2012).

Em relação a isso, a autora acrescenta que

- geograficamente o Distrito de Gardênia localiza-se as margens do Vale do Paranapanema, apresentando uma bacia hidrográfica composta pelos rios: Capivara (de águas turvas), Capivari e Ribeirão Bonito (ambos possuem águas claras) e o Paranapanema (de águas turvas para limpa) sendo este último que recebe a vazão dos demais. Outros rios menores compõe a hidrografia do Distrito: Água da Piúna, Água da Fábula, Água do Atalho, Água da Alegria, Água da Lebre e Água do Palmitalzinho. (EMUBRA, 2011 apud SOUZA, 2012, p.21-22).

Diante do exibido, uma das características que distinguem o Distrito de Gardênia das demais áreas do Município de Rancharia é a composição de seu solo, em que há a predominância do latossolo roxo (EMUBRA, 2003).

Em síntese, Souza (2012), tomando por base Monbeig (1984) e fontes orais, constatou que a fundação do Distrito de Gardênia se deu aproximadamente no limiar do século XX, e esteve relacionado com as frentes pioneiras de José Teodoro de Souza que, com o intuito de atrair o povoamento na região do Vale do Paranapanema, incentivou a fundação de povoados, dentre eles Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre (atual Distrito de Conceição de Monte Alegre), cuja comarca o atual Distrito pertenceu.

Após várias mudanças de jurisdição, o até então Povoado de Capivari se oficializou Distrito com o Decreto Lei Estadual nº 233 de 24/12/1948, sob a jurisdição do Município de Rancharia. (INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – IGC, 1995).

Com relação à questão da relevância da conceituação, segundo Roma (2008, p. 13),

- para aprendermos os processos que ocorrem na realidade dos espaços é necessário conhecê-los e isso nos leva, primeiramente, à conceituação. Conceituar não é somente classificar as cidades hierarquicamente, mas compreender, além das relações do tipo hierárquicas, as funções urbanas que uma localidade desempenha.

Desse modo, tomando por base o IGC (1995) e seguindo sua categorização no processo pelo qual passavam os núcleos urbanos, o Distrito de Gardênia se enquadra como freguesia (atual Distrito). Destarte, “essa categoria é denominação da sede e da área correspondente a uma circunscrição que contém um núcleo urbano (anterior povoado), porém, dependente da administração municipal”. (IGC, 1995, p. 11).

Portanto, Souza (2012), baseando-se nos estudos de autores como Spósito (1989 e 1992), Roma (2008), Endlich (2009), Santos (1982) e Bernardelli (2004), elegeu a dimensão qualitativa para a conceituação do Distrito de Gardênia. Assim, em consonância com a autora (2012), adotaremos, além de sua dimensão qualitativa e quantitativa, a análise do contexto em que foi constituída e seu papel na atualidade. Nesse âmbito, pondera Roma (2008, p. 13) que

- mesmo conceituando as cidades a partir de suas funções, com a valorização, portanto de seus aspectos qualitativos, não devemos abdicar da dimensão quantitativa, pois a interface entre as duas dimensões enriquece sobremaneira a elaboração do conceito.

Endlich (2006 apud ROMA, 2008) expõe que conceituar pequenas cidades é uma tarefa difícil porque há uma gama de elementos a serem discutidos que vão além do conceito de cidade, como os indicadores que serão avaliados que a definirão como cidades ou não cidades. Acrescenta a autora (2008, p. 14) que “as pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos”.

Para Leão (2011), atualmente diversos critérios têm sido utilizados na definição de cidades, notadamente por países como Argentina, Canadá, Estados Unidos, entre outros; porém, o mais usual tem sido o tamanho demográfico. No entanto, ressalva a autora (2011, p. 21) que

- [...] de modo algum o critério demográfico deve ser o único elemento para a definição do que seja uma cidade já que, [...] a compreensão do urbano implica em dinâmicas muito mais complexas, passando inclusive pela divisão territorial do trabalho entre cidade e campo [...].

Do ponto de vista do Regic⁹(2007 apud SOARES, 2012), as pequenas cidades são consideradas “centro local [...] cuja centralidade não extrapola os limites de seu município, servindo apenas aos seus habitantes, tem população inferior a 10 mil habitantes...”. Nesse sentido, Soares (2012) elucida que “esses centros estão na base do que se pode considerar uma cidade, ou seja, de cinco classificações dadas para as cidades brasileiras, as pequenas cidades estão na quinta posição, abaixo de todas as demais” (2012, p. 21). Complementa Soares (2012) que, com aproximadamente 4.473 pequenas cidades, a rede urbana brasileira é majoritariamente constituída por essa tipologia.

Endlich considera a demografia como critério na definição de pequenas cidades, mas salienta que esse raciocínio tem sido criticado por vários autores, considerando assim que “avaliar a população de uma cidade é uma medida grosseira para avaliar urbanidade [...] esse critério pode ser mais expressivo, se usado de maneira complementar a outros”. (2006, p. 15 apud SOUZA, 2012, p. 22).

Souza (2012), analisando os poucos estudos acerca de pequenas cidades, em especial dos distritos, encontrou subsídios para conceituar o Distrito de Gardênia, elegendo a dimensão qualitativa (suas funções) e a quantitativa (o número oferecido) dos serviços oferecidos. A autora (2012), considerando os diversos requisitos a serem eleitos, analisou e quantificou os serviços coletivos e privados¹⁰, verificando que atendem apenas as necessidades básicas da população, tais como:

- os meios de transportes coletivos são poucos, com apenas duas linhas de ônibus coletivos, que oferecem as mesmas interações espaciais;
- há somente uma Estratégia de Saúde da Família (ESF); uma escola municipal que atende da educação infantil (nível de pré-escola) ao ensino fundamental (9º ano);
- falta de mão de obra qualificada, necessitando vir de municípios vizinhos ou da sede do município, como

⁹ O Regiões de Influência das Cidades (Regic) é um órgão do governo federal que tem como objetivo classificar a rede urbana brasileira (centro de zona, centro sub-regional, capital regional, metrópole nacional etc.) tomando por base as características socioeconômicas de cada centro (população, PIB municipal etc.). Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/regioes-de-influencia-das-cidades-regic-centralidade-2007-brasil@2013-12-03T14%3A28%3A06.229402>. Acesso em: 21 de maio de 2014

¹⁰ Baseando-nos em Roma (2008), os bens de serviços privados caracterizam o comércio em geral, enfim, todo serviço oferecido que tenha fins lucrativos. Os serviços de bens coletivos são aqueles que têm uso público, oferecido pelo poder público municipal e/ou que receba repasse de outras esferas governamentais, como a educação, saúde, lazer, transporte etc.

- dentistas, médicos, engenheiros, escrivão, professores etc;
- comércio é pouco expressivo em relação ao número de estabelecimentos e predomina o circuito inferior da economia, e o campo modernizado não é suprido localmente. (SOUZA, 2012, p. 21).

Observamos ainda que há apenas um correspondente bancário da Agência do Bradesco; uma Agência de Correios Comunitária (AGC) e, no comércio, dos vinte e um estabelecimentos comerciais, apenas sete disponibiliza o uso de máquinas de cartão de crédito, sendo que apenas um estabelecimento recebe tickets de empresas empregadoras. Desse modo, predomina o sistema do uso de cadernetas sem necessariamente ter que comprovar renda, e/ou emitir cheque pré-datado, evidenciando o entrelaçamento das relações de confiança e conhecimento com as relações econômicas.

Assim sendo, as características descritas dos serviços coletivos e privados oferecidos no Distrito demonstram “que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana”. (ROMA, 2008, p. 16). Destarte, ressaltamos que, apesar desses estudos que nos auxiliaram no entendimento e na definição de pequenas cidades não se referirem em específico a distrito, contribuiu sobremedida para delimitar regularidades que auxiliassem na conceituação da área de estudo. (SOUZA, 2012).

Por conseguinte, consideramos relevante compreender e definir as relações urbanas que são imbricadas no Distrito de Gardênia, pois, conforme verificado por Souza (2012), há um processo de mudanças significativas no uso e na apropriação do espaço, notadamente a partir da década de 1950 aos dias atuais, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Essa dinâmica interfere diretamente nas práticas espaciais da população, uma vez que a introdução de loteamentos para a construção de condomínios e chácaras de segundas residências, pesqueiros etc. não permitem as mesmas interações e nem as mesmas ocupações de outrora.

Esse fenômeno, para Silva (1999), traz outro entendimento entre o urbano e rural, no qual a diferenciação entre esses dois espaços se torna cada vez menos relevante. Assim, o autor (1999) acrescenta que

- o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas

com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (1999, p. 1).

Nesse sentido, Leão (2011, p. 34) pontua que “as transformações na economia têm seus efeitos na organização espacial, nas formas e funções, redefinindo os papéis na organização espacial, redefinindo os papéis das cidades, e levando até mesmo a criação de centros urbanos”. Entretanto, Sposito (2004 apud LEÃO, 2011) expõe que, enquanto as cidades médias podem ascender na hierarquia urbana e ampliar seus papéis em um contexto de novas dinâmicas e com o aumento demográfico, as pequenas cidades podem permanecer como tal, salvo se vivenciarem mudanças significativas no uso e apropriação do espaço que garantam ampliar seu dinamismo socioeconômico.

Assim, tomando como recorte temporal a década de 1950, a influência dos projetos de colonização da Alta Sorocabana favoreceram a vinda de trabalhadores rurais de diversas regiões do País, sobretudo, no ciclo do algodão (SOUZA, 2012).

Como descreveu Souza (2012), a cultura algodoeira teve seu papel de destaque na economia do Município de Rancharia, contribuindo em dar ao mesmo o título de Capital do Algodão em 1958. Assim, no tocante ao Distrito especificamente, extensas plantações se alastraram pelo seu território, favorecido pela fertilidade do solo (Figura 4), o que o tornou atrativo e populoso.

Figura 4: Distrito de Gardênia, safra de algodão (1952).



Fonte: Arquivo pessoal da Família Knust (2012).

Todavia, como pontuou Souza (2012), a decadência do ciclo do algodão no prelúdio de 1950, associada aos endividamentos dos produtores rurais em vista da política governamental vigente, que não deu os subsídios necessários à continuidade no setor, contribuiu sobremedida no abandono dessa atividade. Esse contexto se agravou com a modernização da agricultura, que impondo novos padrões de qualidade no setor produtivo “somados à contínua necessidade de mecanização das lavouras e as leis trabalhistas aceleraram a expulsão de trabalhadores permanentes ou temporários empregados”. (BERNARDELLI, 2006 apud SOUZA, 2012, p.34).

Desse modo, Souza (2012), tomando por base os depoimentos dos ex-agricultores, constatou que, com o propósito de saldar antigas dívidas, iniciou-se em meados da década de 1980 um crescente processo de arrendamentos de terras para o cultivo de cana-de-açúcar, vendas de propriedades, implementos agrícolas, animais e, no caso de grande parte dos arrendatários migrantes, o retorno para seu estado de origem.

De acordo com Souza (2012), esse processo, em conjunto ao Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL¹¹), ampliou a demanda por álcool, resultando no contínuo aumento dos arrendamentos das terras no Distrito para essa cultura. Nesse âmbito, Bernardelli (2006, p. 231 apud SOUZA, 2012, p. 36-37) destaca que o programa, por um lado, contribuiu na produção de álcool, mas “por outro também houve a ampliação da expulsão da população do campo”.

Outrossim, os dados da Casa da Agricultura de Rancharia (SÃO PAULO, 2015) mostram que aproximadamente 47,4% da área agricultável do Distrito está ocupada pela cultura da cana-de-açúcar. Quanto ao percentual de expansão da cultura da cana-de-açúcar no município, os dados do Canasat (2015) revelam que, entre o período correspondente a 2011 a 2013, houve respectivamente o percentual de 0,8%, 1,8% e 4,4%. Nessa conjuntura, além da cultura da cana-de-açúcar, o binômio soja/milho também tem sua relevância econômica, abrangendo uma área em torno de 34,4% do território do distrito, seguida pela exploração da pecuária de carne e recria por volta de 2.000 cabeças. A pecuária de leite no Distrito foi perdendo sua expressividade, interpretada por duas razões: pelas implicações das políticas públicas do setor, que não

¹¹ Tomando por base Souza (2012, p. 36), “este programa criado pelo Governo Federal tinha como objetivo estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo, e da política de combustíveis automotivos, além de incentivar a substituição em larga escala dos derivados de petróleo”. (Disponível em: http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro_alcool/programa-etanol.htm. Acesso em 14 out. 2012.

estimularam e nem viabilizaram os poucos produtores rurais a criar, por exemplo, uma associação para a venda de seus produtos (Associação de Produtores Rurais); e a falência de uma tradicional empresa de laticínios no Distrito (Laticínios Gardênia) em 2014 (SÃO PAULO, 2014; SOUZA, 2012).

No caso específico do Distrito de Gardênia, esse processo apresentado, bem como a introdução de outras culturas (soja/milho) de forma mecanizada, cooperou pelo decréscimo populacional e, conseqüentemente, pelo abandono do meio rural, conforme demonstrou o censo realizado em 2010 (Tabela 2) (SOUZA, 2012).

Tabela 2: Rancharia e Distritos, porcentagem de população rural e urbana.

	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rancharia	9,4%	0,6%	3,2%	6,8%	9,5%	0,5%	6,8%	13,2%	89,7%	0,3%
Agissê	3,7%	6,3%	7,5%	2,5%	6,5%	3,5%	1,5%	58,5%	37,6%	2,4%
Gardênia	6,7%	3,3%	0,6%	9,4%	3,1%	6,9%	7,1%	32,9%	72,4%	7,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1970,1980 1991 e 2010. Org: Souza (2012).

Desse modo, reiteramos que o corolário desse processo foi a crescente fragilidade social causada pelo quadro de desemprego, o envelhecimento da população em decorrência da saída da população ativa em busca de novas oportunidades de trabalho, entre outras adversidades geradas pelas mudanças no uso e apropriação do território no Distrito (SOUZA, 2012). Destarte, a autora referida, ao traçar um comparativo entre as décadas de 2000 e 2010(Tabela 3), observou que houve uma progressiva diminuição na renda mensal domiciliar da população local no Distrito.

Assim, enquanto que no ano de 2000 a renda mensal se concentrava em torno de um a dois salários, em 2010 declinou de meio a um salário mínimo.

Tabela 3: Distrito de Gardênia, renda familiar por domicílio (2000 – 2010).

	Censo2000		Censo 2010	
Salário	Domicílio	%	Domicílio	%
até ¼	1	0,3%	18	6,1%
1/4 á 1/6	2	0,7%	68	23,0%
1/2 á 1	74	24,8%	101	34,1%
1 á 2	84	28,2%	69	23,3%
2 á 3	31	10,4%	18	6,1%
3 á 5	33	11,1%	9	3,0%
5 á 10	20	6,7%	6	2,0%
acima de 10	5	1,7%	3	1,0%
s/ rendimento	48	16,1%	4	1,4%
Total	298	100%	296	100%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos demográficos de 2000 e 2010. Org. Souza (2012).

Contudo, a autora (2012) pondera que

- em contrapartida o número de famílias sem renda familiar foi reduzida e este fato é compreendido como resultado das políticas públicas implementadas pelo governo (Brasil sem Miséria, Bolsa Família, Brasil Carinhoso), que tiraram um grande contingente de pessoas da linha de miséria, mas de forma assistencialista apenas. (SOUZA, 2012, p. 43).

Por outro lado, Santos (1982 apud SOUZA, 2012, p. 15) elucida que “o espaço geográfico composto de fixos e fluxos, que estão em constante interação, permite ações

que modificam o próprio lugar e, ao mesmo tempo, redefinindo-o tanto no aspecto social como no ambiental”.

Na concepção de Santos (1996), esse processo é fruto da Terceira Revolução Industrial, ou terceiro período técnico científico, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. Esse novo período, conforme observado por Souza (2012), perpassa todas as escalas geográficas, inclusive o mundo urbano e o mundo rural

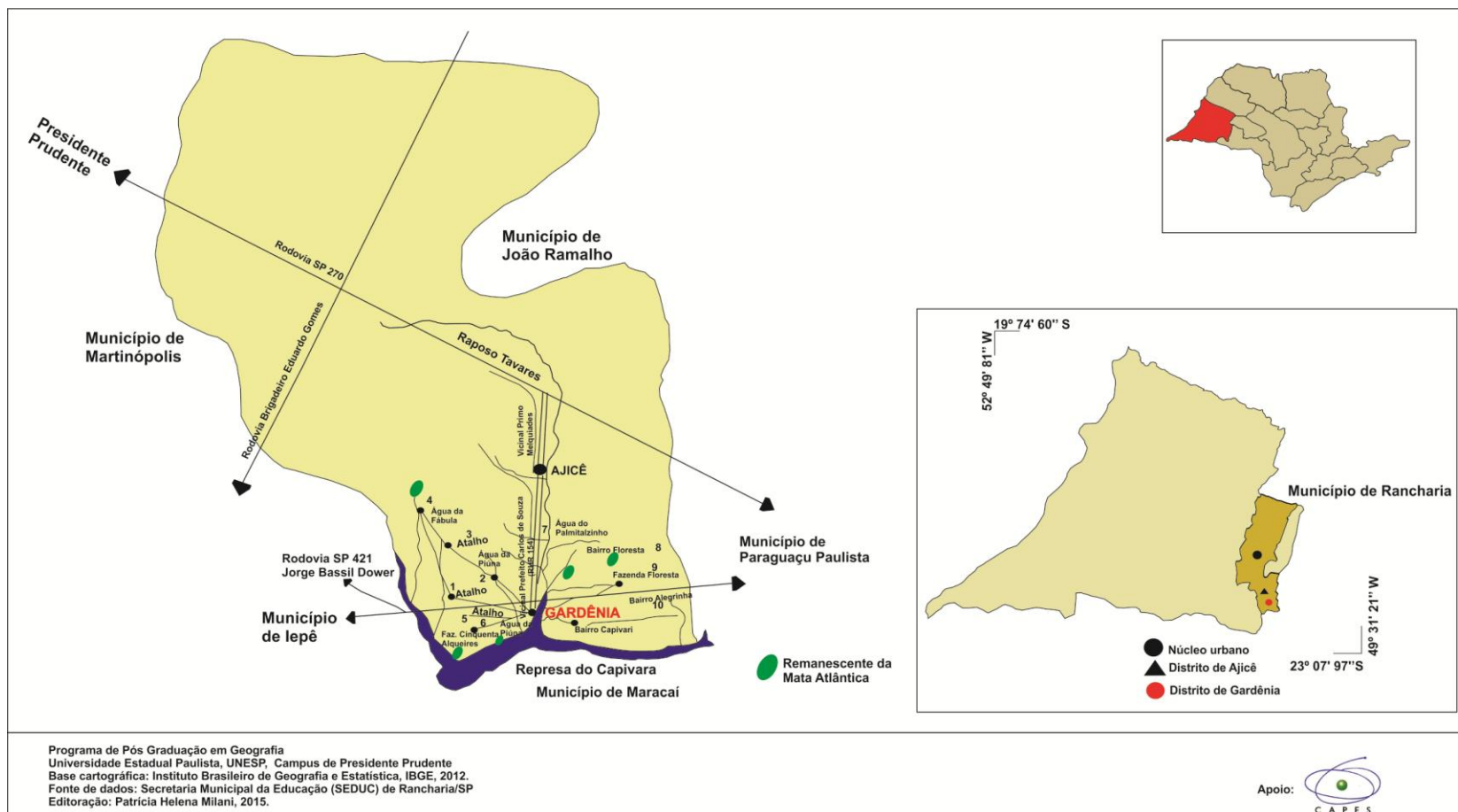
- marcado pela presença de materiais plásticos, fertilizantes, colorantes, inexistentes na natureza, e a respeito dos quais, de um ponto de vista organolético, tátil, cromático, temos a nítida sensação de que não pertencem ao mundo natural. (DORFLES, 1976, p. 39 apud SANTOS, 1996, p. 190).

Em vista disso, a técnica produz um meio cada vez mais artificializado e denso, onde “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 1996, p. 191).

Do mesmo modo, Castrogiovanni (2003) acrescenta que há uma tendência à homogeneização de ideias, valores, condutas, etc. pela massificação da cultura realizada pelos meios de comunicação. Nesse cenário, ressalta Oliva (1999, p. 47) que compreender o território como “a base da vida material e o conteúdo das relações sociais de todo tipo passa a ter nova significação dentro do mundo que sofre a globalização”.

No que se refere a seus aspectos naturais, apesar do intenso processo de desmatamento sofrido durante sua fundação, bem como em todo município e em outras partes do País, o Distrito possui um conjunto paisagístico diverso, composto de fragmentos de cerrado e mata atlântica (Figura 5), e uma vasta rede hidrográfica, conforme brevemente exposto (SOUZA, 2012).

Figura 5: Distrito de Gardênia, distribuição dos remanescentes de mata Atlântica



Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Rancharia - SEDUC (2012). Org. Souza (2015).

Esse conjunto de elementos naturais presentes no Distrito (rios, represa e córregos) foi relevante para a diversificação do uso e da apropriação do território pelo turismo de pesca, em especial, como detalharemos no decorrer deste trabalho. Contudo, em consonância com Braun (2011) e Souza (2012), verificamos que o processo de mudanças no uso e apropriação do território no Distrito de Gardênia por atividades ligadas ao turismo não seguiu na mesma proporção que as ações necessárias ao seu gerenciamento.

No que tange ao saneamento básico, constatamos que somente no ano de 2008 foi construída a Estação de Tratamento de Esgoto (ETEs) no Distrito, contemplando, assim, grande parte da área urbana. Entretanto, é fato que, mesmo com essas ações, ainda ocorre o descarte irregular dos efluentes no solo, situação que poderia ser evitada se houvesse uma fiscalização efetiva. Lembramos ainda que, a priori, o sistema de coleta de dejetos na área urbana do Distrito era estritamente praticado por sistema de fossa séptica (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 2015).

Ainda com relação ao tratamento de efluentes, observamos que nas áreas rurais que circundam o distrito e as quais tem como uso atividades correlatas ao turismo (pesqueiros, pousadas, ranchos de pesca e condomínios) ainda prevalece o uso da fossa séptica.

O abastecimento de água no distrito ocorre por sistema de poço artesiano em que um reservatório de água de 50 mil litros recebe o tratamento necessário (com cloro e flúor) após análise de qualidade antes de ser distribuída. Nesse caso, foi relatado por parte dos visitantes/turistas que frequentam o distrito que às vezes a água não é suficiente para atender a demanda, ficando escassa por alguns períodos do dia.

No que diz respeito à coleta de lixo, esta é realizada semanalmente na área urbana e em suas contiguidades por meio de caminhão apropriado da Prefeitura. Nesse sentido, parte da coleta é encaminhada para associação de catadores de recicláveis do próprio distrito e parte para o aterro sanitário do Município vizinho de Quatá, já que na sede do município não tem esse espaço.

Porém, como observamos, nas áreas rurais mais afastadas do perímetro urbano, como os pesqueiros e ranchos, mesmo com a construção de suporte para o armazenamento do lixo externo, este não foi eficaz, fazendo com que as sacolas plásticas contendo os resíduos se dispersem pelo solo através do vento, animais e aves.

Enfim, avaliamos que o reflexo dessas novas dinâmicas tem seu peso tanto na dimensão social como na espacial, haja vista que a comunidade tem que conviver e se adaptar a esses infortúnios em suas práticas diárias. Porém, de outro modo, é indubitável que cabe ao poder público municipal identificar quais as necessidades de cada contexto e assim empreender ações que venham amenizar e equilibrar o risco iminente de impactos onde o turismo acontece e zelar pelo seu desenvolvimento harmonioso.

No caso específico do turismo, por ser o meio ambiente um grande atrativo turístico, os Agentes Públicos, que são os responsáveis legais por coordenar as ações que visam garantir a sua preservação, devem se atentar ao seu desenvolvimento (PETROCCHI, 2001). Assim, segundo o autor (2001), toda ação que causa adversidade ao meio ambiente resultando em baixa qualidade de vida da população é desfavorável ao turismo.

CAPÍTULO 5 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE GARDÊNIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

5.1 Desdobramentos nas dimensões socioespaciais e econômicas

Conforme verificou Souza (2012), a modernização da agricultura implicou mudanças nas dimensões socioeconômicas nas mais diversas escalas geográficas. Nesse contexto, houve uma acentuação nas desigualdades socioeconômicas entre os agricultores, que, de um lado, representados pelos grandes proprietários, expandiram suas produções e, por outro, representados pelos pequenos agricultores, abandonaram suas atividades (MOREIRA, 1999 apud ELESBÃO, 2014).

Desse modo, Elesbão (2014, p. 247) demonstra que “a agropecuária brasileira representou uma divisão entre os agricultores que conseguiram e os que não conseguiram acompanhar esse processo”. Portanto, corrobora o autor (2014) que essa conjuntura refletiu em uma crescente diminuição da população rural a partir de 1970, que, considerando o contexto brasileiro, estendeu-se por todo o País, como já evidenciado.

Por outro viés, essas mudanças contribuíram no reconhecimento do caráter multifuncional do meio rural, que passou a desenvolver outras funções, como moradia, turismo, lazer e prestação de serviços, oferecendo outras oportunidades para os produtores. Simultaneamente, acrescenta o autor (1999), a agricultura familiar ganhou espaço, sobretudo com a introdução dessas novas atividades na ocupação de seus membros que deixou de ser meramente agrícola (SILVA, 1999).

Elesbão (2014) explica que essas mudanças foram possíveis devido, majoritariamente, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, incidindo na agricultura, indústria, transportes, comunicação, etc., propiciando assim a adoção de novas e melhores formas de produzir bens e serviços, bem como a criação de outras categorias de consumo. O autor complementa que o crescente processo de urbanização resultou numa intensa migração para o núcleo urbano; no entanto, de alguma forma, essa população ainda mantém algum tipo de relação com suas raízes. Dessa maneira, Elesbão (2014, p. 241) expõe que

- o processo de migração rural/urbano e suas consequências contribuíam para que houvesse uma crescente valorização do meio ambiente, paisagem da

tradição e da cultura local. Isso faz com que surja uma gama de oportunidades derivadas da demanda pela utilização do espaço rural para lazer e turismo dos urbanos.

Assim, baseando-se no modelo europeu, sobretudo francês, os debates acerca da multifuncionalidade no contexto brasileiro despontam com “o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas”. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19).

Nesse âmbito, Klein (2013) esclarece que, ainda que pouco debatido essa temática no cenário acadêmico do país, os estudos se concentraram em quatro aspectos: reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar dessas famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural; e, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Desse modo, Soares (2000; 2001 apud KLEIN, 2013), também atesta que, as discussões acerca da multifuncionalidade da agricultura no Brasil despontaram em meados da década de 1990 com a ECO-92, em que os governantes internacionais reconheceram sua natureza multifuncional, sobretudo no que se refere à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. Assim, “a partir daí, a multifuncionalidade passou a ser caracterizada como o reconhecimento por parte da sociedade e do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, culturais e econômicas não diretamente produtivas ou mercantis [...]”. (SABOURIN, 2008 apud KLEIN, 2013, p. 19-20).

Silva (1999) sintetiza esse processo como influências das transformações tecnológicas, sociais e trabalhistas, em que o meio rural passou a exercer outras funções além de atividades rurais não-agrícolas, como lazer, turismo, moradia etc. Assim, considerando essa conjuntura emergente, o autor (1999) ressalta a necessidade de as políticas públicas se desenraizarem do viés urbano e agrícola para se adequarem a essa nova realidade.

Foi nesse cenário de mudanças que o turismo despontou nas últimas décadas do século XX como um fenômeno promissor para alavancar a economia de áreas defasadas economicamente e com atrativos com potenciais exploráveis (paisagísticos, culturais, naturais).

Igualmente, reportando para o recorte espacial de pesquisa, foram pensadas as primeiras iniciativas na elaboração de projetos com o intuito “[...] de aproveitamento das potencialidades turísticas, dando ênfase ao Balneário Municipal e ao lago da Usina

Capivara no Distrito de Gardênia, com vistas à atração de investimentos e a geração de emprego”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 2012 apud SOUZA, 2012, p. 53-54).

Assim, tomando por base apontamentos de Braun (2011), essas iniciativas de implementação de projetos turísticos na esfera municipal foram possíveis em vista de mudanças na instituição das políticas públicas.

5.1.1 Desdobramentos no meio rural e no meio urbano: novos usos e apropriação do território

Conforme exposto por Rodrigues (1997), o turismo despontou em meados do século XVIII impulsionado por diversos vetores (industrialização, comunicação, tecnologia, etc.), e desde então tem progressivamente se expandido e se tornado massivo, sendo, pois, considerado na modernidade um fenômeno relevante. Destarte, como explicitado, considerando sua relevância econômica, esse fenômeno se expandiu por todo o país, passando a ser apregoado como um mitigador de lugares e/ou regiões com decadência econômica.

Nesse contexto, como apresentado por Souza (2012), em meados da década de 1999 ocorreram as primeiras oficinas no Município de Rancharia tendo em vista a capacitação dos moradores interessados no segmento do turismo. Essa iniciativa ocorreu por intermédio dos moderadores do SEBRAE e representantes de alguns órgãos municipais, como Secretaria do Turismo e Cultura e Secretaria do Planejamento. Nessa ocasião, quinze moradores do Distrito de Gardênia estavam inseridos.

A culminância dessa capacitação, segundo a representante da Secretaria do Planejamento, que conjuntamente dava assessoria à Secretaria do Turismo e Cultura, foi um evento demonstrativo das potencialidades gastronômicas, paisagísticas, artesanais e culturais, tanto da sede do Município, como do Distrito de Gardênia, a qual contribuiu com dados para a estruturação do Catálogo do Circuito Turístico Oeste Rios (SOUZA, 2012).

Entretanto, Souza (2012) averiguou que essas capacitações não se efetivaram e, assim, diante das adversidades encontradas, os moradores envolvidos foram se esmorecendo, encontrando-se os empreendimentos isolados e sem a cooperação da população local. A autora analisa que esse cenário foi agravado pela ausência de um

planejamento turístico e de um efetivo gerenciamento por parte dos agentes responsáveis.

Foi observado também por Souza (2012) que o Município carece de equipe profissional capacitada para a realização de todo o processo inerente a um planejamento turístico adequado com a realidade local e nos princípios da sustentabilidade. Além disso, um Plano Diretor condizente com as mudanças no uso e a apropriação do território por essa atividade, principalmente; e da construção de um Plano de Turismo próximo. A respeito do Plano Diretor, é sabido que houve uma audiência pública no dia 09/10/2015 tentando discutir com a população as alterações de áreas institucionais; tamanho dos lotes e quadras, alterações do uso de APPs (áreas de Preservação Permanente) para uso em áreas verdes; e criação de um condomínio horizontal de lotes no município.

Nesse sentido, inferimos que a habitual ocupação de cargos de confiança, de certo modo, dificulta uma atuação profissional específica, mesmo considerando a relevância das interconexões das diversas áreas do conhecimento. Esse fato, de algum modo, resultou em uma série de adversidades que contraria o desenvolvimento do turismo, como a degradação ambiental, a apropriação de áreas de preservação (Figura 6, o descarte irregular do lixo.

Figura 6: Distrito de Gardênia, áreas de ocupação irregular.



Fonte: Souza (2014).

Nesse sentido, assevera Braun (2011, p. 54) que

- a expansão de áreas de condomínios no Distrito de Gardênia está ocorrendo de maneira desorganizada, sem o planejamento que a atividade exige. Os engenheiros e técnicos responsáveis pelo poder público precisam atuar de maneira mais incisiva na fiscalização da ocupação urbana e rural que vem acontecendo no local. Aspectos como tamanho das edificações, a destinação dada ao lixo devem ser considerados.

Portanto, reiteramos que essas adversidades têm persistido com o passar das gestões; assim, embora os empreendimentos estejam aumentando gradativamente (Figura 7 e 8), o gerenciamento desses empreendimentos não tem acompanhado o ritmo de seu desenvolvimento. Essa circunstância é preocupante e exige tomada de decisões por parte dos agentes responsáveis.

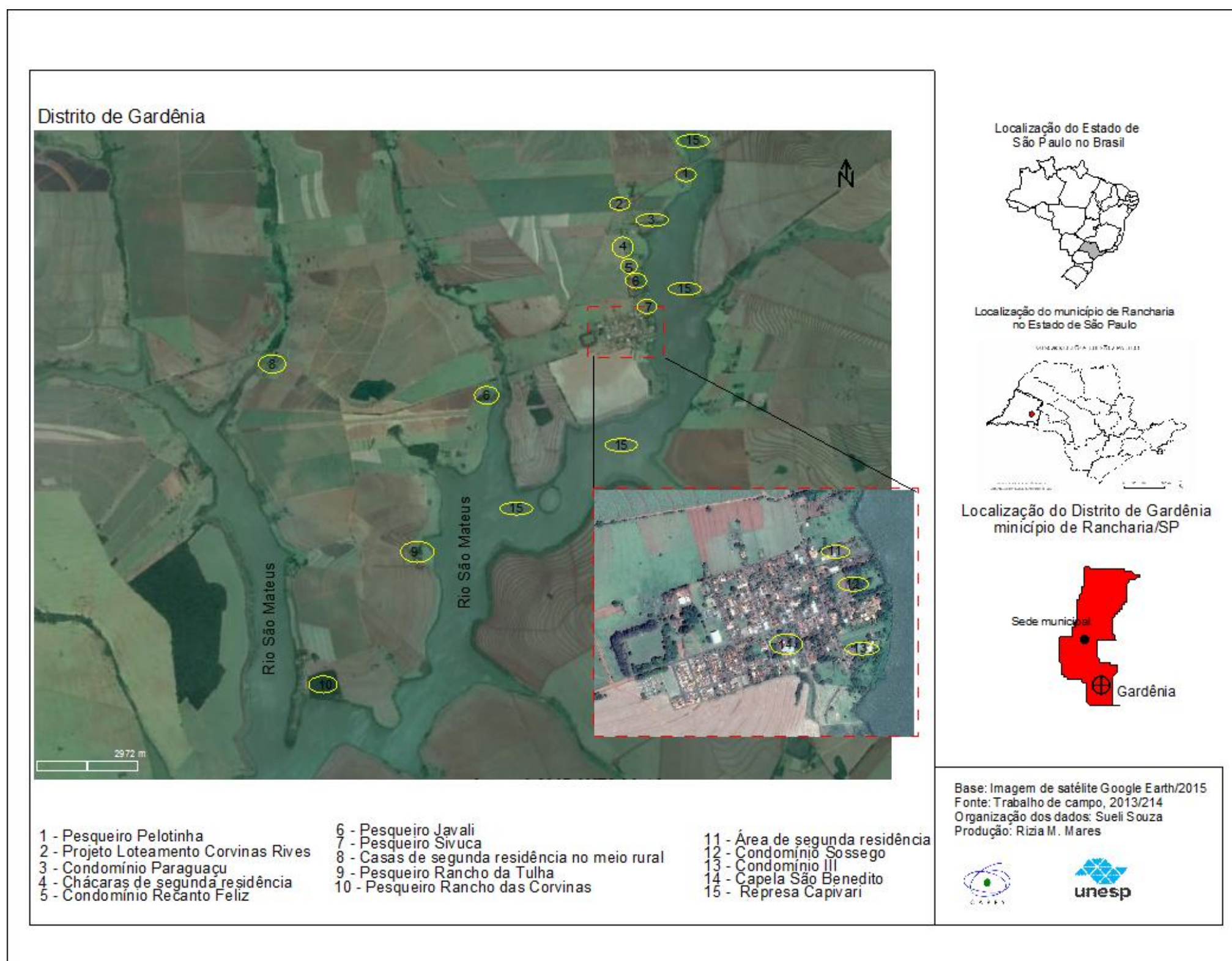
Figura 7 e 8: Distrito de Gardênia, áreas de loteamentos imobiliários.



Fonte: Souza (2014).

Em conformidade com Souza (2012), averiguamos que a espacialização de atividades voltadas ao turismo (Figura 9) no Distrito tanto no meio urbano como no meio rural segue paralela à Represa do Capivari.

Figura 9: Distrito de Gardênia, espacialização de atividades turísticas



Fonte: Souza (2014).

Assim, como se pode verificar, com relação aos empreendimentos relacionados à atividade de pesca e de segundas residências, contabilizamos quatro condomínios, cinco pesqueiros, quatro chácaras, um loteamento em edificação e uma área residencial com oito casas. Como procedeu Souza (2012), ao fazer a descrição desses empreendimentos, os mesmos serão enumerados para melhor entendimento, em vista disso, serão agrupados por suas características comuns, por exemplo, condomínios, pesqueiros, chácaras...

Portanto, segundo Souza (2012) o condomínio I, denominado de “Condomínio Paraguaçu”, foi construído no ano de 1996, e tem essa denominação em razão dos moradores serem provenientes da cidade de Paraguaçu Paulista - SP. Esse condomínio está localizado na margem direita da Represa Capivara a 1 km do Distrito, e seu acesso é permitindo somente aos próprios residentes. Constatamos ainda que este empreendimento se encontra com os mesmos aspectos que a autora referida relatou. (Figura 10).

Figura10: Distrito de Gardênia, Condomínio Paraguaçu, vista parcial.



Fonte: Souza (2014).

Este condomínio é constituído por doze casas,

- sendo uma do caseiro, funcionário devidamente registrado e também oriundo de Paraguaçu Paulista. São casas de médio a grande porte sendo que todas têm, em seus compartimentos externos (varandas ou garagens), carros, camionetas, barcos a motor e artefatos de pescas sofisticados.(SOUZA, 2012, p. 57).

No tocante ao nível socioeconômico dos proprietários, a moradora responsável pelo condomínio na ocasião – pois este cargo é trocado por indicação a cada ano – relatou que 80% deles são aposentados em diversas profissões como bancários, professores, dentistas, agrônomos e funcionários públicos (SOUZA, 2012). Assim, de acordo com os relatos desses moradores, as motivações em frequentar o Distrito de Gardênia de modo geral se convergem em torno da pesca, em que majoritariamente os praticantes são do sexo masculino. Nesse âmbito, como identificou Souza (2012), somente uma mulher é praticante ativa da pesca, a qual é escritora de uma revista desse gênero (blog - <http://isabelpellizzer.com.br/>- Revista Pesca e Aventura).

Como expôs essa moradora, é por meio desse blog que são divulgados os atrativos do Distrito de Gardênia, condição que também recebe em sua residência secundária hóspedes de diversas regiões do País. Ficou também evidenciado que, apesar do público desse condomínio ter a pesca em suas atividades preferidas, frequentam as manifestações culturais (festividades) que houver na ocasião da estadia, que geralmente são nos fins de semana e/ou feriados.

Conforme se pode verificar, avançando em direção ao meio urbano, ao sul do Distrito existem três chácaras de segundas residências e apenas uma tem denominação (Recanto Esperança). Desse modo, como procedeu Souza (2012), classificamos na sequência em que foram construídas de A, B e C. A chácara A é composta por apenas uma casa de alvenaria; a B, três casas de alvenaria no modelo meia água; e, na chácara C (Recanto Esperança) três casas de alvenaria de porte médio. Os frequentadores das propriedades A e B são da sede do município (Rancharia) e os da C de cidades da região, como Marília e Assis. O contato com o público dessas chácaras foi difícil, pois a frequência no Distrito é mais esparsa e diversa entre eles, embora tenham em comum as mesmas motivações: a busca pelo repouso na natureza e a pesca.

Paralelo à área de chácaras encontra-se o Condomínio II, designado de Recanto Feliz (Figura 11), em que a diferença entre os demais se dá por dois aspectos: o acesso à área é livre, somente com cercas no entorno das casas, e um dos residentes é um morador local.

Figura 11: Distrito de Gardênia, Condomínio Recanto Feliz.



Fonte: Souza (2015).

Também como validou Souza (2012), esse condomínio foi criado no ano de 2007 e, de acordo com a moradora local, a princípio era uma área rural que nesse ano foi loteada. Os proprietários são grande parte aposentados de diversos setores (químico, professor, artesão, entre outros) e são provenientes das cidades do estado de São Paulo (Marília, Quatá, Tupã), do norte do Paraná e da sede do Município, com frequência variável. “As casas variam entre pequenas e médias, sendo somente uma delas de grande porte e com piscina. Todas, entretanto, têm varandas que servem para guardar barcos a motor, artefatos variados de pesca e uma lancha, vindo a confirmar que se trata de pessoas que têm a pesca como hobby [...]” (SOUZA, 2012, p. 61).

Souza (2012), em seus estudos, notou, de modo geral, a preocupação desses proprietários com a legalização das escrituras de suas propriedades, como o desmembramento da área rural e a urbanização da área. Assim, parte dessa reivindicação já está avançada, pois, como será detalhado mais adiante, o perímetro urbano do Distrito foi expandido para atender a essas necessidades.

No meio urbano também tem-se a presença de dois condomínios fechados, o Condomínio III, nomeado de Sossego e o Condomínio IV, sem denominação.

Tomando por base Souza (2012), o condomínio Sossego (Figura 12) foi criado no ano de 1996 e é composto por treze residências de médio a grande porte, sendo três delas verticais (sobrados). Os proprietários são naturais das cidades de Quatá, Paraguaçu Paulista, Maracá e um proprietário do Estado da Bahia.

Figura 12: Distrito de Gardênia, meio urbano, Condomínio Sossego (III).



Fonte: Souza (2014).

As motivações em visitar o Distrito e adquirir residência são também diversas. Há aqueles que gostam da pesca, mas há aqueles que apenas apreciam a natureza e a tranquilidade do lugar, motivo pelo qual nomearam o condomínio. Assim como no Condomínio Paraguaçu, anualmente é estabelecida uma família que se responsabiliza pelas decisões e encargos relativos ao condomínio. Quanto às ocupações desses visitantes, variam entre aposentados e ativos economicamente, de diversas áreas, como físico, comerciante, piloto, agrônomo, entre outros (SOUZA, 2012).

O Condomínio IV (Figura 13), sem denominação, é um condomínio fechado com quatro casas de alvenaria de porte médio. Em conformidade com Souza (2012), nesse condomínio as informações fornecidas se restringem ao caseiro responsável, em virtude da inconstância da frequência de seus moradores.

Figura 13: Distrito de Gardênia, área urbana, Condomínio IV - vista parcial.



Fonte: Souza (2014).

Do mesmo modo que Souza (2012), também identificamos com o caseiro que os proprietários são todos ativos profissionalmente, o que em parte explica a dificuldade de contactá-los pessoalmente. As cidades de origem são todas do estado de São Paulo, como Presidente Prudente, Rancharia e Ribeirão Preto.

Há também, no espaço intra urbano uma chácara chamada Rancho Banespa (Figura 14) com sete casas de alvenaria de porte médio a grande. Com base em informações obtidas com alguns moradores locais, os proprietários frequentam ocasionalmente suas propriedades, principalmente em feriados e fins de semana, são funcionários públicos e bancários.

Figura 14: Distrito de Gardênia, meio urbano, área de segundas residências.



Fonte: Autora, 2014.

Além do mais, apesar da área ser fechada, o acesso lateral possibilitou averiguar que as construções se estendem próximo as margens da Represa do Capivari desconsiderando a área de preservação.

Ainda sobre as segundas residências, verificamos que na propriedade rural da família Ananias encontra-se uma área de três alqueires também nas proximidades da Represa do Capivari, em que foi loteada para a implantação dessas moradias (Figura 15).

Figura 15: Distrito de Gardênia, meio rural, áreas de segundas residências.



Fonte: Autora, 2014.

Próximo ao trevo do Distrito de Gardênia, se localiza o projeto Corvinas Rives (Figura 16) em fins de avaliação pelos órgãos competentes (prefeitura, Cetesb, Secretaria de habitação entre outros). Esse empreendimento foi criado a fim de atender a demanda de visitantes que procuram investimentos legalizados no Distrito para segundas residências. Por isso, em levantamento sobre o perfil dos investidores contará com aproximadamente oitenta lotes medindo 500 m².

Figura 16: Distrito de Gardênia, projeto Corvina Rives.



Fonte: Souza, 2014.

O engenheiro responsável está otimista com o empreendimento, que será modelo, em consonância com as exigências legais, como rede de esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água adequado ao padrão sanitário.

Conforme explicitado, há uma crescente expansão de áreas destinadas a empreendimentos imobiliários no Distrito, que conforme o perfil e o gosto do público variam as suas características, como condomínios fechados, semi-abertos e chácaras.

Segundas residências para Assis (2003, p. 110), “é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias”.

Nesse âmbito, o autor (2003) aponta, que os estudos acerca de segundas residências não tem acompanhado o ritmo de sua expansão, carecendo-se assim de um suporte teórico e empírico sólido. Dessa maneira, o autor (2003) acrescenta que os estudos de casos que focam os debates sobre essa temática ainda são insuficientes e, majoritariamente coligem nos importantes países da Europa e na América do Norte.

Nesse sentido, Pearce (1996, p. 116 apud ASSIS, 2003, p.110), afirma que “nesses estudos o objetivo principal é a análise da distribuição das segundas residências e não a análise da estrutura espacial do turismo em geral”. Essa circunstância para Silva demonstra que é preciso ultrapassar essa análise e voltar-se para a forma e as implicações dessa dinâmica onde acontece.

No caso brasileiro, Assis (2003) ressalta que essa discussão se desdobra somente com o senso demográfico de 1970 quando o IBGE insere as segundas residências entre os

domicílios fechados. Posteriormente, esse conceito foi aprimorando a descrição “como domicílio particular de uso ocasional e no senso de 1991, passou a categorizar as segundas residências como domicílios particulares de uso ocasional não restringindo essa condição a não presença do morador temporário” (ASSIS, 2003, p. 111). Além do IBGE o autor destaca que trabalhos pioneiros sobre segundas residências com Seabra em 1979, o qual os descreveu as repercussões nas dimensões sócio-espaciais e, como veremos, com Tulik (1995) a análise da dimensão e a difusão dessa dinâmica no Estado de São Paulo.

Dessa forma, diante do afirmado o autor referido considera segundas residências como um conceito abrangente e complexo que pela multiplicidade de conceitos limitando-se a, casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada de férias etc., necessita ainda, de um ajuste terminológico.

Por conseguinte, perante a notável heterogeneidade do conceito de segundas residências Assis (2003, p. 112) explica que consequentemente nos reporta para uma de suas características elementares, “- a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias”. Logo, as segundas residências denotam, presumem disponibilidade de renda excedente, visto que, subtende arcar com custos com a compra de terrenos, construção, impostos, manutenção e deslocamentos.

Entretanto, nessa acepção, Tulik (1995) nota que, segundas residências não exprime somente uma garantia de estalagem, mas também, uma possibilidade de investimento, mesmo que de retorno lucrativo distante. Dado o exposto, Tulik (1995, p.21) entende que a residência secundária é um “alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente num outro lugar”.

Conforme evidenciado, a autora (1995) complementa que existem uma pluralidade de elementos que envolvem o ter, o usufruir das segundas residências, que perpassa o fato de ter renda. Assim, admite-se as conquistas sociais, como o desfrutar de férias e feriados, a proximidade do domicílio principal, a qualidade das vias de acesso (TULIK, 1995).

Além do mais, a autora em destaque (1995, p.27) reforça que “atrativos nas áreas de destino podem constituir parte da motivação que justifica escolha de uma área”. Por esse motivo, os recursos que integram o alicerce do desenvolvimento turístico, inclusive das segundas residências, uma vez aproveitados podem se converter em atrativos tradicionais ou atrações permanentes (TULIK, 1995).

Tulik (1995), ao fazer uma averiguação desse fenômeno no contexto do Estado de São Paulo no período de 1980-1991 ratifica que no caso específico do Oeste Paulista, que é parte

do contexto dessa pesquisa, sua expansão está atribuída a alguns fatores. Dessa maneira, compreendem-se as implicações da expansão da urbanização, industrialização e crescimento demográfico na capital paulista que propiciou o movimento de interiorização para essa região.

Para melhor entendimento desse fenômeno é cabível retomar as elucidações de Tulik (1995) de que as redes viárias tem grande influência na origem-destino, aumentando-se desse modo, as probabilidades de deslocamento em áreas favorecidas pela estrutura do sistema rodoviário. Nesse caso, os indicadores expressivos dessa dinâmica se disseminam conjuntamente as principais rodovias paulistas. Embora, há casos, em alguns territórios paulistas que mesmo não dispoendo desses benefícios apenas, “as estradas secundárias estabelecem as ligações entre as rodovias principais e as represas que constituem o atrativo maior” (TULIK, 1995, p.88).

Igualmente, Souza (2012), afirma que por se localizar a eixos rodoviários privilegiados, com segmentação espacial relevante (Figura 17) como por exemplo, a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) que faz ligações com outros estados; a Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes (SP 374) que faz parte do eixo de ligação Paraná -São Paulo - Minas Gerais e, Rodovia Jorge BassilDower (SP- 421), que liga os estados de São Paulo e ao Paraná.

Figura 17: Distrito de Gardênia, rede rodoviária, vista parcial



Fonte: Google . Org. Souza (2011).

Além dessas rodovias que foram destacadas, existem também as estradas secundárias, as vicinais que como frisou Tulik (1995), tem sua importância como vias de acesso ao Distrito de Gardênia.

No tocante a espacialização dos pesqueiros, como visto em Souza (2012), localiza-se na SP 421Km 95+ 400 m na Rodovia Jorge Bassil Dower o Pesqueiro Pelotinha (Figura 18). Seu estabelecimento se deu no ano de 1997 por iniciativa da família Spavier, natural do Município de Paraguaçu Paulista, em uma área de aproximadamente 3 alqueires.

Figura 18: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Pelotinha, área de restaurante.



Fonte: Souza (2014).

De acordo com os proprietários, na ocasião em que compraram a área obtiveram renda através de aluguel e taxa de desembarques de barcos, aluguel de área de camping e com o restaurante. Na mesma época, os proprietários relataram que tiveram a iniciativa de lotear a área e vender, estando atualmente com treze casas construídas, duas em construção e uma pequena porção que será posteriormente vendida com uma metragem de 10x20.

Também nos foi narrado que em, virtude de longos periodos de estiagem e da abertura das comportas da Usina Capivara localizada em Porecatu, no estado do Paraná, inviabilizando o uso da Represa do Capivari, foram pensadas em alternativas para a manutenção da atividade. Nessa ocasião, contam os proprietários, os alugueis de barcos foram substituídos por outros produtos como a fabricação de compotas, destilados, doces e embutidos. Para se adequar às necessidades do mercado e a demanda dos consumidores, a proprietária busca se

reciclar por meio dos cursos oferecidos pelo SEBRAE. Além do mais, nesse empreendimento é clara a preocupação dos proprietários com a preservação do meio ambiente, visto que reconstruíram com mata ciliar toda a margem da represa que se encontrava degradada, dispõem de lixeiras por toda a área, construíram fossa séptica e procuram estar atentos às atitudes do público. Os residentes da área loteada frequentam o Distrito geralmente nos fins de semana e feriados e são de diversas cidades do Estado de São Paulo, como Guaimbé, Marília, Paraguaçu Paulista, Quintana, Tupã, Lutécia e Maracáí.

Além do mais, acerca de 700m do antigo perímetro urbano do Distrito, se encontra o pesqueiro Javali fundado em 1997 pela família Melchior (aposentados), originários da cidade de João Ramalho.

Nesse estabelecimento as construções, um total de oito, são pequenas, rústicas e sem padronização, como apontado por Souza (2012). Nele são oferecidos aluguéis de barcos, de ranchos, além de uma rampa para desatracar embarcações com taxas pré-estabelecidas e refeições. O preço do aluguel dos ranchos variam de acordo com o tamanho e o padrão (madeira ou alvenaria).

O público que frequenta é predominantemente masculino e de várias cidades do Estado de São Paulo, como Sorocaba, Rancharia, Presidente Prudente, Marília, Tupã, da capital (São Paulo), entre outros (SOUZA, 2012).

Próximo a esse estabelecimento (Pesqueiro Javali) e a 200 m do antigo perímetro urbano, encontra-se o Pesqueiro Sivuca (Figura 19), da propriedade de outro membro da família Melchior. Sua instalação se deu no ano de 2003, em que, na ocasião de sua aposentadoria, se mudou de Porecatu/PR se fixando no Distrito.

Figura 19: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Sivuca, vista parcial.



Fonte: Souza (2015).

Assim como Souza (2012), aferimos que esse empreendimento é o mais estruturado, tem uma localização privilegiada com a área edificada plana. A direção do estabelecimento tem como responsável o proprietário, com o auxílio de mais dois funcionários devidamente registrados. Além de um amplo restaurante que fornece refeições ao público, também tem seis quiosques de alvenaria com espaço para cinco pessoas, área de camping e serviços de desembarque de barcos. Por desfrutar dessas características, esse local sediou cinco edições de um importante evento correlato ao segmento da pesca (Fest Peixe), como será posteriormente delineado (SOUZA, 2012).

A respeito da origem dos visitantes, o proprietário elucidou que se estende cerca de até 600 Km de distância, além dos municípios vizinhos, citando por exemplo Sorocaba, São Paulo (capital) e o Estado do Paraná.

O Pesqueiro IV denominado de Rancho da Tulha (Figura 20) encontra-se instalado em uma propriedade rural distando oito Km do núcleo urbano. O início de suas atividades se deram no ano de 2000 pelos precursores da família Danelon Rosa que, na impossibilidade de se adequar ao sistema produtivo moderno optaram por diversificar as atividades econômicas em sua propriedade. Outro fato que consideramos relevante é que os proprietários destacam que com a introdução de atividades relativas ao turismo no meio rural contribuiu com sua dinamização pois a priori com o exôdo rural e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Distrito o campo ficou desabitado e desolado.

Conforme legitimamos os frequentadores desse estabelecimento são geralmente famílias ou grupos de cidades de várias partes do Estado de São Paulo, como, Paraguaçu Paulista, Pompéia, Assis, Quintana, Marília, Vera Cruz, entre outras.

Figura 20: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Rancho da Tulha, vista parcial.



Fonte: Souza, 2014.

Assim os proprietários contam que atualmente a renda auferida na propriedade limita-se ao arrendamento de vinte e três alqueires de terras para o cultivo de cana-de-açúcar, do aluguel dos quiosques que para alguns frequentadores é mensal e de aluguéis de barcos. O pesqueiro se encontra instalado em uma área em torno de cinco alqueires, contando com quatorze quiosques, área de camping, de desembarque de barco, mesas de jogos, e uma pequena área de lazer para crianças.

O V pesqueiro, denominado de Rancho das Corvinas encontra-se acerca de três Km do Pesqueiro Rancho da Tulha margeando a Represa Capivari, na Fazenda São Sebastião, espólio da família Maia. A princípio, as suas rústicas instalações se restringiam em uma ilha de dois alqueires pertencente a Companhia Energética de São Paulo (CESP), por uma família oriunda de Marília/SP. Na circunstância, essa família obtia lucro por meio de aluguéis, taxa de desembarque de barcos e venda de pescados. Porém, com o passar do tempo foram aumentando a quantidade de visitantes, que pelas características físicas (Figura 21) e jurídicas do local também passaram a construir seus próprios ranchos. Presentemente, contabilizamos sessenta e um casebres, que sem nenhuma fiscalização vão se espalhando pelo local de forma desordenada.

Figura 21: Distrito de Gardênia, Pesqueiro Rancho das Corvinas, vista parcial.



Fonte: Souza, 2014.

Enfim, assim, como visto em Souza (2012) a carência de fiscalização pelo Poder Público Municipal, associada a indiferença perante a preservação do meio ambiente por parte dos usuários intensificam ainda mais os problemas no local.

É incontestável que para o desenvolvimento equilibrado de qualquer atividade econômica exige a priori um planejamento meticuloso, a fim de garantir equilíbrio e evolução nas dimensões socioespaciais onde se realiza. Não obstante, é notável que há projetos em prol do desenvolvimento socioeconômico que são precários, que em contrapartida causa uma série de adversidades que se for mensurar fica mais oneroso repará-lo do que a princípio investir em recursos técnicos para prosperar a contento.

Isto posto, buscando se adequar as mudanças do uso e apropriação do uso do território e, visando atender aos apelos de seus usuários perante os pedidos de urbanização dos loteamentos no Distrito de Gardênia, que se encontravam em áreas rurais, foram criadas algumas medidas para solucioná-los. Assim, de acordo com representantes da Secretaria de Obras e Urbanismo, o Distrito de Gardênia teve seu perímetro urbano expandido (Lei nº 032/2012, de 29 de agosto de 2012) em 2013, contemplando-se assim as áreas de condomínios e chácaras de segundas residências.

Igualmente, esse agente, destacou também que a necessidade de ampliar a urbanização esteve também relacionada com uma série de irregularidades, notadamente, na questão de

ocupação de áreas de preservação que outrora eram ocupadas por atividades agropecuárias, visto que áreas urbanizadas tem outra regulamentação em relação à área de preservação.

Essa justificativa, apesar de limitada, vem alegar que os Agentes Públicos responsáveis (Secretaria de Obras e Urbanismo, Secretaria de Planejamento), tem conhecimento da necessidade de empreender ações mitigadoras nessas áreas no Distrito de Gardênia. Porém, não devem omitir que essas iniciativas são apenas uma parcela sutil diante das necessidades manifestas.

5.2 Desdobramentos nas políticas públicas para o turismo

De acordo com Pereira (1999, p.17), até a década de 1991 as políticas públicas relacionadas ao turismo enfrentavam dificuldades devido ao seu caráter centralizado, assim como:

- A falta de integração e coordenação entre os organismos oficiais de turismo em todos os níveis, a inexistência de uma ação setorial no desenvolvimento do turismo e a acentuada modificação no processo diretivo em cada mudança de governo, acarretando descontinuidade administrativa e indefinição de prioridades políticas para o setor.

Todavia, elucida o autor, que, a partir de 1994, sob o governo do então Presidente Itamar Franco, foram iniciados os primeiros projetos de construção de diretrizes nacionais para a política de turismo no País. Nessa ocasião, foi instituído o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), consolidando-se como um mecanismo regulador para todos os segmentos do turismo, tendo como público alvo o município (PEREIRA, 1999).

Essa circunstância vem demonstrar que, diferentemente de outros setores (educação, agricultura, saúde etc.), que teve o desenvolvimento de políticas públicas consolidadas, o turismo tem seu redirecionamento recente. Nesse sentido, Sansolo e Cruz (2003) acentuam que para a implantação das políticas públicas voltadas ao turismo é essencial considerar suas interfaces com outras práticas sociais, e não como um órgão isolado.

Assim, descentralização de poder da União possibilitou que estados e municípios passassem a ter mais autonomia na implantação de projetos no âmbito do turismo que mais se adequassem às características regionais.

Dessa forma, reiteramos que a trajetória da Política Nacional do Turismo com foco territorial se iniciou com a criação em 1994 do Programa Nacional de Municipalização do

Turismo (PNMT), coordenada pelo então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, gerado com vistas a impulsionar o desenvolvimento da atividade turística na esfera municipal (BRASIL, 2013). Assim, complementa Braun (2011) que visando alcançar essas preposições esse programa:

- [...] assume o caráter de uma política com poder menos concentrado, já que diversas ações do programa deveriam ser implementadas e geridas pelos atores locais. (BRAUN, 2011, p. 27).

Posteriormente, com os avanços e com a criação do Ministério do Turismo em 2003, assegurou-se a continuidade dos programas tendo em vista “alavancar o setor do turismo no País, apoiado nos pilares de crescimento da economia enquanto atividade geradora de emprego e renda”. (BRAUN, 2011, p.28).

As primeiras iniciativas visando ao despertar do interesse do setor empresarial para o notável potencial turístico da região administrativa de Presidente Prudente iniciaram-se nos finais da década de 1990 pelo Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE) por meio do Escritório Regional de Presidente Prudente. Dessa forma, “em 1999, surgem as primeiras demandas para o SEBRAE-SP iniciar o fomento ao desenvolvimento da atividade turística em alguns municípios da região, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo - PDTR” (SEBRAE, 2010).

Essas ações ocorreram de forma particular em vários municípios até o ano de 2005, quando considerando seu processo de avanços e desenvolvimento de sua operacionalização, possibilitado pela interação com as políticas federais de turismo, o Sebrae-SP, passou a atender territórios formados por conjuntos de municípios (SEBRAE, 2010).

Assim posteriormente, emergiu o Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PNRT) em 2004, que por meio da abordagem territorial tem o intuito de desenvolver regiões turísticas por meio de roteiros estabelecidos em que o turista, ao realizá-los, possa conhecer os atrativos que a região oferece (BRAUN, 2011).

Deste modo, segundo Braun (2011) com esse cenário, o Município de Rancharia firma-se nas políticas propostas pelos planos nacionais de turismo, e tem sua participação em um programa de regionalização turística. A partir de então, foram reconhecidos dois territórios visando elaborar projetos regionais com base no turismo, cultura e artesanato. Oportunidade essa em que foram agrupados os municípios que se localizam às margens do

Rio Paraná e outros municípios nas adjacências de Presidente Prudente (Martinópolis, Rancharia, Iepê e Santo expedito).

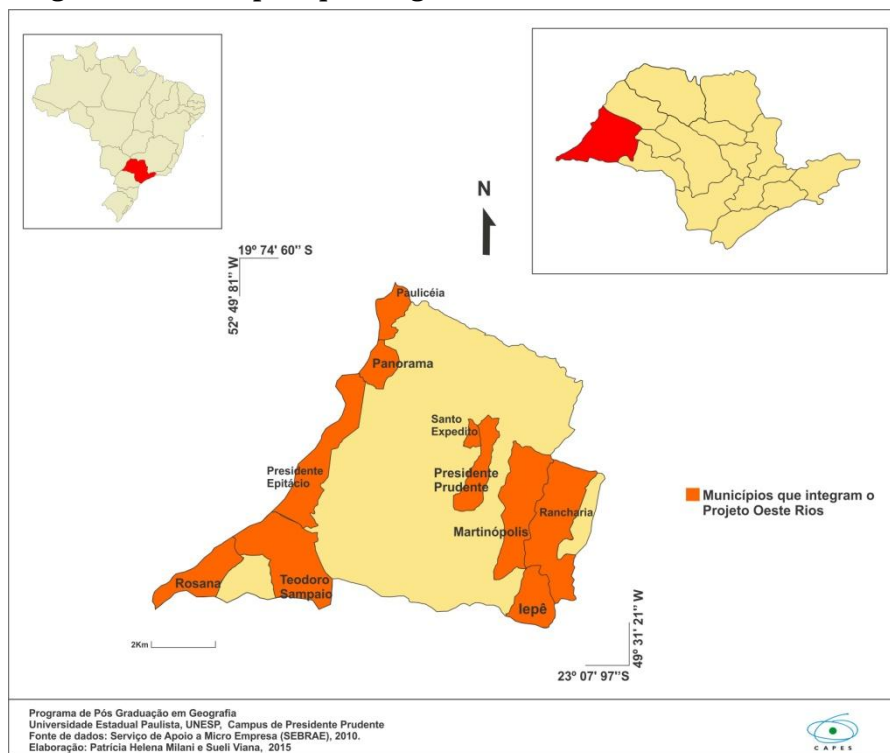
Esta junção, posteriormente resultou em um único projeto, o Circuito Turístico Oeste Rios, elegendo os seguintes enfoques:

- Formatação de produtos turísticos atrativos e complementares; sensibilização e envolvimento da comunidade; capacitação de empresários; estrutura de recepção a turistas; comercialização de produtos turísticos e gestão e qualidade da atividade turística.(SEBRAE, 2010, p.10).

Esse projeto é composto pelos municípios de Iepê, Martinópolis, Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Rosana, Santo Expedito e Teodoro Sampaio, todos localizados no Oeste paulista (Figura 22), e tem por objetivo principal:

- Desenvolver e fortalecer a região através do setor de turismo de forma sustentável, buscando o desenvolvimento regional, aumentando a competitividade do setor em nível nacional, transformando e consolidando a região como polo turístico. (SEBRAE, 2010, p. 10).

Figura 22: Municípios que integram o Circuito Turístico Oeste Rios.



Fonte: Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), 2010.

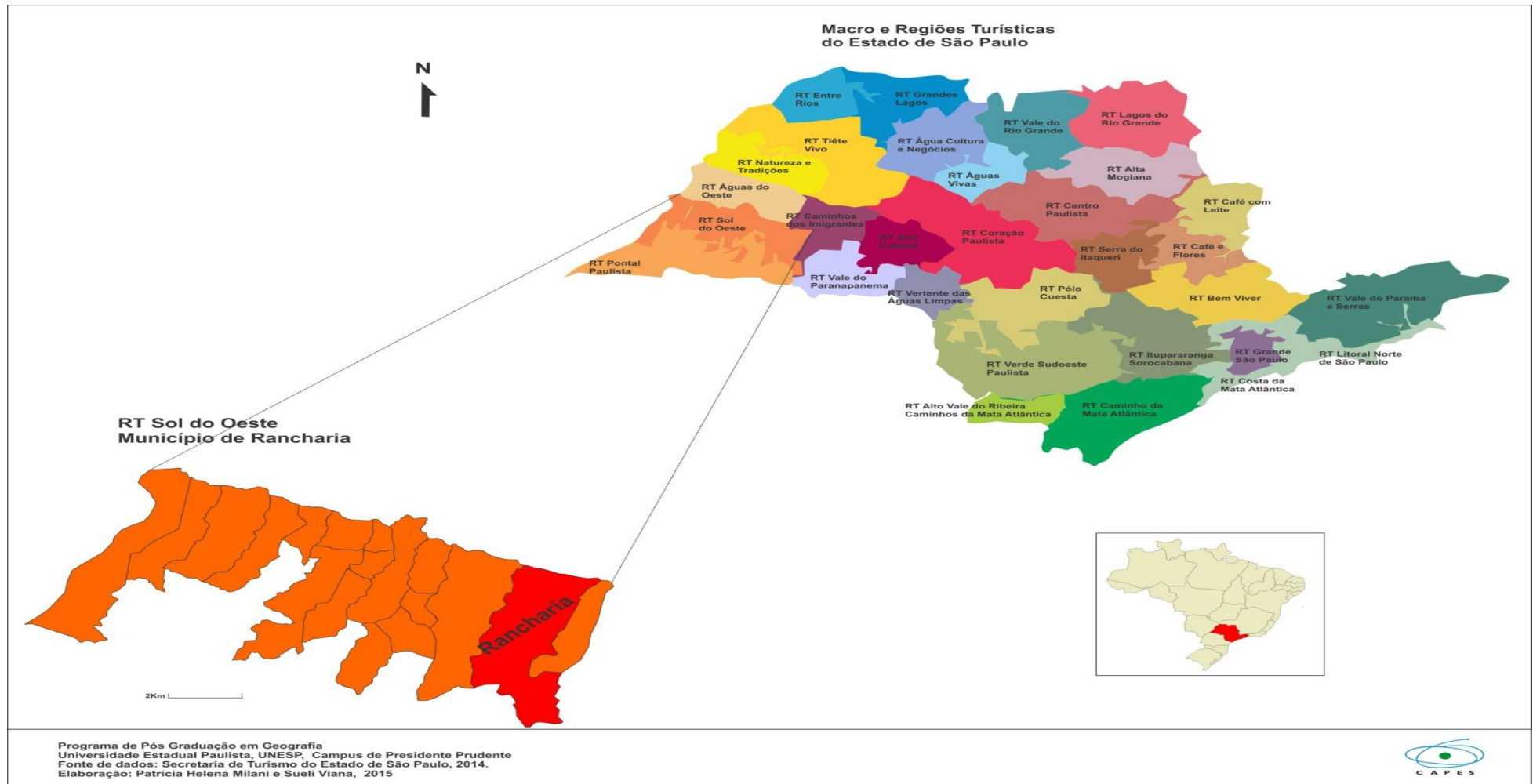
De modo geral, o Circuito Turístico Oeste Rios apresenta, por meio de um catálogo lançado em 2010, sugestões de três roteiros temáticos (Cultura e lazer, Roteiros das águas do Rio Paraná, e o Roteiro das Águas do Rio Paranapanema). Nestes, os turistas poderão desfrutar dos atrativos da região conhecida pela sua abundância e diversidade de rios, represas e balneários, além de estarem inseridos no calendário de eventos de todos os municípios inseridos (SEBRAE, 2010).

Com os constantes avanços na operacionalização do programa tornou-se mais abrangente, possibilitando:

- A compreensão de conceitos; a definição das estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, para a definição do conjunto de municípios que constituíam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas, à época, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. (BRASIL, 2013, p.17).

Esse processo resultou em uma relevante ferramenta de trabalho, consistindo em um Mapa da Regionalização do Turismo (Figura 23), com o intuito de conduzir as ações de programas e processos que envolvem o Ministério do Turismo.

Figura 23: Município de Rancharia, localização na Região RT Sol do Oeste – Regiões turísticas do Estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo, 2014. Org. Souza, 201

Assim, amparados nesses programas, iniciou-se em meados da década de 1990 os primeiros projetos no âmbito da atividade turística no Município de Rancharia, e notadamente, os primeiros empreendimentos relacionados aos segmentos da pesca (pesqueiros, ranchos) e loteamentos para a implementação de chácaras e condomínios de segundas residências no Distrito de Gardênia.

6 RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS COMO CAMPO DE POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO DISTRITO DE GARDÊNIA

Mesmo se tratando de uma pesquisa que foi suscitada de estudos a priori (SOUZA, 2012), grande parte do processo de coletas de dados permeou universos e agentes sociais antes não contemplados. Nessa lógica, faz-se coerente elucidar que por se tratar da esfera municipal alguns sujeitos, em ocupações de cargos de confiança, são substituídos de funções ao término de determinado mandato ou até mesmo durante a mesma gestão.

À vista disso, considerando os objetivos pretendidos nessa pesquisa, o contato com a Secretaria do Turismo possibilitou conhecer além de seus novos membros, os projetos empreendidos ou que estão em fase de elaboração por essa gestão. Consequentemente, veio dar maior motivação e credibilidade ao desenvolvimento da pesquisa, pois ficou evidente que a troca de informações entre os agentes e pesquisadores será imprescindível nos projetos a serem desenvolvidos no Município.

A inexperiência da Secretaria do Turismo concernente às ações de planejamento turístico (inventariação, estudo de demanda, etc.) não impediu que respondesse prontamente as entrevistas, demonstrando interesse pelos seus resultados, considerando-os essenciais como fontes de dados e por haver poucos estudos acerca dessa temática no município. Os dados levantados são consoantes aos apontamentos de Braun (2011) e Souza (2012), ilustrando que o Município de Rancharia possui potencialidades paisagísticas e culturais para a exploração turística.

Desta forma, para que se efetive de modo harmonioso e com vistas a fomentar a economia local, ainda necessita de uma série de medidas a serem tomadas, como:

- Equipe com formação especializada na área de turismo;
- Elaboração de um Plano de Turismo;
- Reformulação do Plano Diretor, haja vista, não considerou como deveria o uso e a apropriação do território para a prática do turismo, encontrando-se sem um gerenciamento efetivo, sobretudo, nas áreas de loteamentos e implementação de condomínios no Distrito;
- Considerando a relevância do planejamento turístico sustentável integrado entre as dimensões social e ambiental, a capacitação e a conscientização da comunidade local receptora são imprescindíveis para o desenvolvimento harmonioso e com menos impacto possível da atividade.

Desse modo, analisando os estudos a priori de Braun (2011) e Souza (2012), observamos que poucas ações foram realizadas no tocante ao gerenciamento e planejamento turístico no Município de Rancharia, sobretudo, com relação ao Distrito, e esse fato, contraria os requisitos para pleitear o título de Município com Interesse Turístico, conforme é pretendido.

Os contatos com a equipe gestora foram agradáveis e receptivos, em especial pelo vínculo com a unidade escolar desde a década de 2000, e por terem acompanhado e conhecido os estudos já realizados a priori (SOUZA, 2012). Logo, mesmo com a mudança da equipe pela nova gestão, não afetou a qualidade de nossas interações, já que sem hesitação esforçaram-se em responder nossos questionamentos, dar informações referentes às leis, regimentos, etc. além de serem um elo relevante de mediação entre os professores e pesquisadores.

No tocante às observações realizadas nas áreas selecionadas, como nos condomínios, pesqueiros/ranchos, e manifestações culturais, estas apresentaram alguns obstáculos como já brevemente narrados, exigindo discernimento e persistência, compreendendo o receio inicial de alguns visitantes/turistas em responder aos questionários dos formulários, julgando ser algum órgão de proteção ambiental, ou representante da prefeitura, ou simplesmente por receio em não saber responder. Não obstante, tal aspecto foi superado quando foi detalhado o intuito do estudo, ressaltando que se tratava de uma pesquisa de natureza científica que tinha como objetivo a explanação e a análise do uso e a apropriação do espaço para o turismo no Distrito, tendo como ótica a percepção dessa dinâmica no âmbito da educação.

Por fim, outros fatores dificultaram o desenvolvimento das técnicas de coletas de dados, exigindo esforço físico redobrado mesmo sob a colaboração em parte de alguns alunos e professores. Desse modo, por se tratar do curto tempo de permanência dos visitantes/turistas nas áreas de segundas residências, pesqueiros, ranchos de pescas e nas manifestações culturais, houve a necessidade de reorganizar as ações em campo para que a disponibilidade desses sujeitos fosse coerente com a quantidade de entrevistas e/ou questionários. Soma-se a esses fatores a questão da distância e dos períodos chuvosos em vista de se tratar de área estritamente rural.

Acima de tudo, é relevante salientar que acompanhar as manifestações culturais durante o calendário de eventos do Distrito veio possibilitar a avaliação das ações dos agentes municipais (Secretaria do Turismo e executivo) no tocante a subsídios, notadamente a Festa Tropeiro e o Fest Peixe, em que os representantes da Secretaria do Turismo e Gestor Municipal estavam presentes, além de estreitar os laços entre esses sujeitos e pesquisadores

foi também uma oportunidade de conhecer em profundidade as características, os aspectos organizacionais das festividades (Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Festa do Tropeiro, Fest Peixe e Festa de Nossa Senhora Aparecida), apreenderem as opiniões concernentes ao universo desses eventos e traçar um perfil desses participantes, tanto visitantes/turistas como moradores locais.

Com isso, ficou evidenciado que as festividades assumem um papel relevante no Distrito, seja as de natureza sacra que tem perpassado gerações e crises, como as que surgiram na contemporaneidade, a partir do uso e a apropriação do espaço pela prática do turismo. Portanto, são atrativos em potenciais em uma proposta de turismo cultural.

Sobretudo, considerando a relevância do sentido social da pesquisa, o compromisso com os seus objetivos coligados com a metodologia ação, haverá um frequente exercício de devolutiva de seus resultados durante e após a sua realização (THIOLLENT,1988). Para Gibbis (2009), compartilhar os resultados de uma pesquisa vem, além de informar os sujeitos sobre os seus desdobramentos, dar credibilidade à postura do pesquisador frente aos dados por eles fornecidos.

Portanto, os dados produzidos serão parcialmente apresentados e analisados posteriormente em profundidade sob a interlocução do referencial teórico explicitado.

A interconexão das diversas referências bibliográficas que embasaram o entendimento sobre a relevância da abordagem geográfica do turismo, visando contribuir na análise dos desdobramentos da prática do turismo no Distrito de Gardênia fez-se necessária.Dado que, para a sua compreensão foram imprescindíveis, além dessas referências, interagir com o objeto e seus sujeitos em órgãos municipais e no próprio contexto em que as práticas espaciais se configuravam (festividades, áreas de segundas residências e de pesca) por meio de técnicas diversas, como a observação, as conversas informais, os registros fotográficos, as entrevistas e formulários, os quais serão devidamente explicitados.

Para conhecermos e simultaneamente compreendermos quais as proposições em desenvolvimento ou que se pretendem estruturar por essa gestão que se iniciou em 2013 no tocante ao turismo no município e, sobretudo no Distrito, foi fundamental interagirmos com os representantes dos respectivos órgãos públicos: Secretaria do Planejamento, Secretaria de Obras e Urbanismo, Secretaria do turismo e Secretaria da Agricultura (Estadual e Municipal), Escola Municipal, produtores rurais, festividades e representantes da cultura local.

6.1 Entrevistas

6.1.1 Secretaria de Planejamento

Assim, o contato com o entrevistado (a, 2014) na Secretaria de Planejamento Geral foi relevante e fecundo, possibilitando conhecer qual a percepção e as preposições dessa gestão para o turismo no município e especificamente no Distrito, os programas e/ou projetos em que o município está inserido, bem como as políticas públicas, e ainda, como se dá a adesão da iniciativa privada nos programas/projetos turísticos.

Desse contexto, foi destacado que o turismo, a cada dia que passa exerce um fator excepcional de oportunidades de novos negócios nos segmentos de hospedagem, alimentação e entretenimento com abrangência forte nas áreas de lazer, cultura e negócios. Desta forma, é mais um segmento de desenvolvimento econômico para o município porque gera emprego e renda e pode divulgar Rancharia no cenário regional e nacional. Com relação específica ao Distrito de Gardênia, não é diferente, o que precisa fazer é criar projetos de desenvolvimento turístico e atrair investidores para oferecer atrativos de excelência para os turistas (E a, 2014).

Quando questionado sobre as políticas públicas, programas e/ou projetos que o município participa com o objetivo de estimular a atividade turística e a quanto tempo foi aderido, o entrevistado (a, 2014) declarou que dentre as iniciativas estão o projeto de revitalização e manutenção do Balneário Municipal¹², apoio na realização do Fest Peixe em Gardênia, etapa estadual de motocross no balneário, rodeio, além de executar um calendário anual de atividades culturais, esportivas e religiosas que aquecem os negócios ligados à alimentação, hospedagem e comércio em geral.

O município é membro da AMITUR - Associação dos Municípios de Interesse Turístico no Estado de São Paulo; Circuito Oeste Rios em parceria com o Sebrae; Atividades do CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, que tem ações no desenvolvimento econômico dos municípios filiados; UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema, que desenvolvem junto com a GEOBRASILIS e Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo os estudos e elaboração de projetos regionais e locais

¹² O Balneário Municipal de Rancharia foi criado na década de 1970 na Gestão de Manoel Severo Lins, ilustre “Mané Facão”, um dos gestores mais populares da história da política local, ao qual recebeu seu nome (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, Secretaria de Planejamento, 2014). De acordo com Braun (2011) o Balneário Municipal é um dos importantes atrativos do Município, atraindo um número considerável de turistas da região, possuindo uma área total de 229, 7442 hectares ou 2.297.442,00 m² entre área verde e represa.

para o desenvolvimento dos municípios e o turismo foi o segmento escolhido por Rancharia (E a, 2014).

Com relação à avaliação dos resultados dos projetos e programas expostos, o entrevistado declarou que:

- Os trabalhos de desenvolvimento de uma sociedade não podem jamais estacionarem... por isso são necessárias ações de modernização e de crescimento em todos os segmentos de desenvolvimento econômico e... o turismo tem muito a evoluir em nosso país e em Rancharia. Ao analisar os trabalhos no município, posso afirmar que são muito bons, precisamos criar referências e descobrir as nossas verdadeiras vocações para o turismo, em seguida criar programas de divulgação dos eventos e principalmente oferecer os atrativos para que sejamos descobertos e principalmente trazer o turista mais vezes no nosso município. (E a, 2014).

Na visão do entrevistado, todo negócio se desenvolve quando o cliente é muito bem atendido nas suas necessidades e desejos. Assim, as iniciativas privadas que apoiam os eventos culturais e turísticos no Município demonstram interesses em continuar as parcerias, e a cada ano, a Secretaria de Cultura e Turismo conquista mais parceiros e mais públicos. Destaca que os investimentos privados em qualquer segmento de negócio só ocorrem quando existem mercados a serem explorados, em Rancharia que inclui os Distritos de Ajicê e Gardênia, existem atrativos turísticos para serem ofertados, o que falta é o desenvolvimento de projetos mais efetivos, para transformá-los em negócios que gerem emprego e renda. Assim, inclui atividades que venham atrair investidores profissionais para ofertar produtos e serviços de excelência nas áreas de alimentação, entretenimento e lazer, visando atração de turistas de várias localidades da região e do país (E a, 2014). Nesse sentido, considera que o maior desafio está em disponibilizar a infraestrutura necessária para receber os turistas, hospedá-los, alimentá-los, oferecer eventos culturais, lazer e entretenimentos, além de proporcionar segurança, serviços de saúde, farmácias, supermercados e acessos através de aeroportos e rodovias.

Analisando a fala do entrevistado, observamos que tem conhecimento dos potenciais turísticos do município, assim como da pertinência da estruturação de projetos como do engajamento nos programas visando alavancar esse setor, pois a relevância da implementação da infraestrutura básica e a atração de investimentos do setor privado aspirando o desenvolvimento do turismo no município.

Essa questão vem assinalar a relevância do planejamento turístico, como expõe Beni (2007), que independente da atividade realizada (seja da natureza ou do homem), ela carece de regulamentação no contexto em que se processa. Nesse sentido, como versado, perante a reconhecida expressividade da atividade turística na modernidade, o autor reitera com solidez a necessidade de um estudo detalhado dos projetos a serem empreendidos, em especial, considerando suas relações com as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Segundo Beni (2007, p.18) “a atividade do turismo surge em razão da existência prévia do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final”.

Nesse sentido, Beni (2007) estabeleceu o conceito de teoria geral dos sistemas, em que vem consolidar uma conotação de planejamento em que “cada variável em um sistema, interage com outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados” (BENI, 2007, p. 17). Nessa concepção, o turismo como um conjunto dos elementos naturais, culturais, sociais e econômicos resulta num fenômeno complexo, exigindo-se assim exame acurado amparados em diversas ciências a fim de garantir o entendimento dessa amálgama teia de interações que não podem ser analisados por si só.

Petrocchi (2001, p.19) resume o planejamento como “a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”. Complementa o autor que são metas estabelecidas para que as ações sejam empreendidas da melhor forma possível, e que os objetivos sejam alcançados de forma mais abrangente.

Dessa maneira, o autor (2001) ressalta que há muitos aspectos que podem encaminhar o planejamento, como o tempo, a intenção, a amplitude geográfica, etc., que vão depender de cada caso e de suas características do empreendimento. Portanto, tomando por base Petrocchi (2001), dentre as tipologias e características de planejamento (estratégico, tático e operacional), consideramos que o nível estratégico é o mais pertinente, pois possibilita pensar a condução da organização em questão, visando melhor equilíbrio possível antes mesmo de seu funcionamento.

Assim, para Petrocchi (2001), o planejamento estratégico prescinde de um conjunto de estratégias “para uma eficiente disposição de recursos e dirigidas para alcançar objetivos específicos em longo prazo”. (PETROCCHI, 2001, p.28).

Desse modo, como expôs o entrevistado (a, 2014), o município tem no turismo outro setor promissor para agregar valor à economia; porém, é notória a estruturação de um planejamento estratégico no princípio da sustentabilidade e que contemple todas os elementos presentes em seu meio, como declararam Beni (2007) e Petrocchi (2001). Assim também,

como foi elucidado pelo entrevistado, a infraestrutura como integrante de um sistema turístico, mesmo que exija grande esforço para a sua real implementação, é um dos elementos essenciais para o sustento da atividade.

Assim, como afirma Petrocchi (2001), ao traçar um comparativo entre oferta, demanda e receita, o produto turístico deve ser organizado com a finalidade de atender aos anseios das pessoas (turistas). Portanto, “daí a necessidade de um perfeito conhecimento desse mercado para o estabelecimento das condições de viabilidade econômica do sistema”.

Para o autor (2001), há uma série de elementos que se interrelacionam entorno de um sistema onde aspectos econômicos, políticos, sociais, jurídicos, religiosos, culturais, trabalhistas, ambientais e tantos outros convivem entre si e que se alteram em função do tempo. Em vista disso, é nessa inconstância que o planejamento vem dar a base para que o produto ofertado (bens culturais, paisagísticos, infraestrutura) seja avaliado da melhor maneira possível.

Dessa forma, Petrocchi (2001) ressalta que na busca de identificar as preferências dos clientes (turistas) realiza-se a pesquisa de mercado; porém, ela não deve se restringir em informações apenas devido à complexidade do meio ambiente com a globalização. Por esse motivo Petrocchi reafirma que:

- É necessário mais que uma pesquisa de mercado; é preciso fazer uma análise ampla do entorno da organização, sentir o meio onde ela está inserida e como esse meio se move, para que se possam detectar oportunidades para a organização, assim como ameaças, obstáculos que se anunciam. Tal análise servirá para escolher caminhos, alternativas de trabalho. Porém, em qualquer alternativa a organização deverá usar seus recursos para executar seus movimentos, suas ações. (PETROCCHI, 2001, p. 45).

Essa perspectiva, segundo Petrocchi (2001), é interessante pois consideram-se as variáveis que compõem o meio, e conseqüentemente provoca a necessidade de alterações nas diretrizes estabelecidas no planejamento, que em vista disso exige uma postura flexível por parte dos membros responsáveis pela organização.

Por conseguinte, em consonância com Braga (2003 apud AUSHTON; GARCIA, 2008, p. 193), consideramos que o estudo da demanda é uma das ferramentas necessárias a serem empregadas no processo de planejamento da atividade turística, em especial quando é idealizado o turismo como possibilidade de dinamizar a economia local. Conjuntamente, é inegável que os constantes deslocamentos de pessoas para áreas em que o uso e a apropriação

do espaço para o turismo se realizam, requerem um olhar acurado por parte do Poder Público Municipal, tanto para a elaboração de políticas públicas adequadas com a vocação e necessidades da demanda e a oferta turística, como agente regulador da atividade em si (ASTHON; GARCIA, 2008).

Na concepção de Ruschmann (1997), o planejamento tem por finalidade:

- Ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada e evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade. (RUSCHMANN, 1997, p.9).

Contudo, Beni (1998) ressalta que, considerando a complexidade de fatores que influenciam o turismo, faz-se necessário em seu planejamento “dispor de um quadro referencial dinâmico, flexível adaptável, de leitura e compreensão simples e fácil, que integre toda essa colossal complexidade e a represente por inteiro em suas combinações” (BENI, 2007, p.18). Assim, acrescenta Beni (2001 apud ASHTON; GARCIA, 2008) que é coerente um planejamento que “se fundamenta na gestão compartilhada, na participação mútua em custos, e na definição de programas e produtos de promoção turística em conjunto”. (BENI, 2001 APUD AUSTHON; GARCIA, 2008, p. 192).

Auston e Garcia (2008) salientam que, uma vez estabelecido no município o desenvolvimento do turismo como uma das prioridades, é indispensável que seu desdobrar, que seu planejamento esteja pautado no desenvolvimento turístico sustentável. Nesse sentido, para a OMT (2005 apud AUSTHON; GARCIA, 2008), desenvolvimento sustentável do turismo é aquele que “atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, e ao mesmo tempo, protege e fomenta as oportunidades para o futuro” (OMT, 2005 apud AUSTHON; GARCIA, 2008, p.189).

Para Ruschmann (1997), considerando a condição da vulnerabilidade do meio ambiente perante o excessivo fluxo de turistas, deve contar com uma contínua avaliação para que seus efeitos negativos sejam minimizados. Esse fato, de acordo com a autora, vem ratificar a relevância de um planejamento sustentável que considere o equilíbrio entre a atividade turística e o meio ambiente.

Assim, diante da concepção exposta, compreendemos com base em Petrocchi (2001) que o planejamento mais apropriado é aquele que possibilita:

- Envolver toda a comunidade do núcleo turístico; a participação das pessoas do local é imprescindível para o desenvolvimento do turismo, pois significa a conscientização da população para a importância dessa atividade. (PETROCCHI, 2001, p.690).

Por conseguinte, o autor ratifica que, para a sobrevivência de um sistema turístico dentre os diversos elementos a serem considerados para seu desenvolvimento harmonioso, está a conscientização da população local diante de sua importância, visto que o turismo depende em todos os aspectos do contato com a comunidade local para sua prática. Sendo assim, é fundamental que o planejamento do turismo:

- Deve passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade, os empresários do turismo devem se engajar nas discussões políticas do seu município, e os estudantes e sindicatos devem ser esclarecidos sobre o turismo e o mercado de trabalho. (PETROCCHI, 2001, p.61).

Reconhecemos que a ausência de um planejamento participativo entre comunidade, agentes públicos e privados impossibilita pensar em desenvolvimento turístico. Ficou evidenciado nas informações obtidas pelo entrevistado (a, 2014) que em nenhum momento se referiu a importância do engajamento da população local nos projetos, nem mesmo no planejamento turístico. Como visto, sua preocupação maior se voltou para as dificuldades inerentes à infraestrutura turística e à permanência e a ampliação da adesão da iniciativa privada em empreender no município.

Esse fato nos faz inferir que a carência de profissionais capacitados no âmbito do turismo para mediar as ações entre outros profissionais na esfera municipal é que gera o foco restrito a alguns elementos apenas, como verificado.

Porém, como destaca Peretti (2002), essa conjuntura não pode ser negligenciada, pois o turismo como atividade econômica contemporânea vinculada à apropriação da natureza, e que mantém estreita ligação com as comunidades receptoras gera impactos diversos. Nesse âmbito, esses impactos podem estar relacionados pelo desconhecimento por parte dos turistas dos elementos inerentes aos lugares que visitam (social, cultural), seja pela própria comunidade local, o Poder Público e os agentes privados “que não conhecem as potencialidades do seu município e por isso não planejam ações conscientes e eficientes capazes de diminuir os efeitos da atividade turística” (PERETTI, 2002, p.11).

A autora (2002) salienta que a conscientização turística por meio da participação ativa de todos os agentes envolvidos (comunidade local, turistas, Poder Público, iniciativa privada) é uma das estratégias que pode garantir um turismo com qualidade de vida. Nessa ótica, Peretti (2002, p.13) ressalta que:

- [...] não só o turista terá de ser educado para proteger a natureza e os locais que visita, mas também as ações de conscientização devem estar presentes no poder público, nos “donos” dos recursos naturais, na população receptora, nos empresários, pois só assim terá a educação para o turismo.

Segundo a autora (2002), para isso, é preciso empreender ações que visam informar e sensibilizar os visitantes perante a importância da preservação do patrimônio cultural, natural e histórico do lugar visitado, bem como incentivar a interação entre os moradores locais e visitantes. Essa postura possibilita que o turista passe a ter maior responsabilidade sob os desdobramentos de suas ações, e assim contribua com atitudes menos nocivas ao ambiente que visita.

Essa estratégia, ao abranger a população local, deve envolver de maneira ampla os diversos órgãos presentes no município, como Prefeitura, organizações não governamentais, meios de comunicação, jornais, rádio, TV, escolas, promoção de palestras e oficinas, visando a compreensão de todos os elementos que embasam o uso e a apropriação do espaço para a prática do turismo (PERETTI, 2002).

Assim, em consonância com Petrocchi e Peretti, consideramos que esse estudo com o intuito de levar a temática do turismo para o âmbito da educação no Distrito de Gardênia, visando contribuir na conscientização da relevância de se adotar práticas educativas voltadas para a realidade do aluno, contribuirá sobremedida numa formação que garantirá apreender as diversas dinâmicas que ocorrem em seu próprio lugar, como analisar os rebatimentos da prática do turismo nas dimensões socioespaciais.

6.1.2 A secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)

Na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), anterior Secretaria de Cultura Turismo Esporte e Lazer (SECTEL), a entrevistada (b, 2014) nos informou sobre o funcionamento do turismo no Distrito, a sua gestão, as ações desenvolvidas ou almejadas para fomentar a atividade, a sua percepção sobre as manifestações culturais, bem como outras potencialidades turísticas, além de sua opinião sobre as mesmas como possíveis atrativos

dentro de uma proposta de implementação turística; quais os subsídios para a manutenção das manifestações culturais, se o Município possui algum título turístico, e se os mesmos são integrantes de quais programas, além dos já aderidos (Circuito Oeste Rios); e por fim quais as dificuldades encontradas nas ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no Município, como do Distrito em especial.

Inicialmente, ficou atestado que a forma de admissão foi a indicação, também conhecido como cargo comissionado, comum em grande parte dos departamentos municipais, como relata a entrevistada:

- [...] sou formada em ciências contábeis, mas há quinze anos trabalho no ramo de administração hoteleira...essa parte...e fiz pós-graduação não na área de turismo mas em auditoria e controladoria. (Entrevistada b, setembro de 2014).

A entrevistada (Eb, 2014) declarou que a gestão se dá com a mediação das diversas secretarias, e que tem, na medida do possível se esforçado na elaboração de um projeto que venha dar subsídios na fomentação do turismo no Município. Complementou que algumas ações estão sendo desenvolvidas, como reposição de placas de sinalização, manutenção da iluminação pública, restauração de órgãos públicos, como rodoviária, pontos de ônibus circular, recapeamento das vias públicas, já pensadas visando atender ao bem estar social, bem como se adequar às diversas exigências para se pleitear o título de Município de Interesse turístico.

Demonstrou ser consciente da necessidade de um Plano Municipal de Turismo, em especial quando se tem o propósito de pleitear o título de Município com Interesse Turístico; no entanto, esclarece que há uma série de ações a serem empreendidas, dentre elas, o inventário das potencialidades paisagísticas e culturais de todo o município, reformulação do plano diretor visando à inclusão do turismo entre outros.

Informou ainda que tem pouco conhecimento das potencialidades culturais e naturais do Distrito de Gardênia, frisando que os projetos de levantamentos dos atrativos turísticos realizados por outras gestões se perderam, em virtude de não ter sido devidamente catalogado. Em vista disso, tem procurado participar dos eventos para interagir e vivenciar a cultura do município como do Distrito. (E b, 2014).

Elucidou que o município está inserido na Proposta de Municipalização do Turismo, assim como já tem participado desde o fim década de 1999 de outros projetos como o Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo (PDTR, estando atualmente inserido no

Circuito Turístico Oeste Rios (Eb, 2014), e membro do Consócio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP¹³) que tem como meta as idealizações das estratégias do Plano de Desenvolvimento Econômico e Local do Vale do Paranapanema (PDEVP), por meio da exploração das potencialidades das cadeias produtivas de cada município visando seu desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, foi montado um Conselho Municipal de Turismo, sendo constituído de pessoas da comunidade e do próprio poder público municipal. Assim, de acordo com a entrevistada, o município possui calendário de eventos; todavia, muitas das informações que tem disponível referem-se a dados levantados na elaboração do Catálogo do Circuito Turístico Oeste Rios de Turismo, estando dessa forma desatualizados. Em vista disso, tem iniciado um trabalho de atualização do calendário, entrando em contato com os organizadores dos eventos no município e no Distrito especificamente (Eb, 2014).

As atuações empreendidas para fomentar e garantir que as festas se realizem no Distrito nessa gestão, concentram-se em torno de disponibilização de máquina para a manutenção da estrada de acesso, banheiros químicos, equipe de segurança (policiais, enfermeiros e corpo de bombeiros) e de som, contrato de banda, tendas e arquibancadas. Ressaltou a entrevistada (b, 2014) que esses subsídios tem progressivamente se ampliado, pois muitos dos organizadores ainda guardam costumes de outras gestões, vindo pedir dinheiro para o custeio das despesas, necessitando-se assim, de um dispendioso processo de conscientização sobre as mudanças ocorridas com relação a subsídios para a realização de eventos devido à Lei de responsabilidade Fiscal, bem como a relevância de se organizarem em equipes para a realização dos eventos e na solicitação de recursos (Eb, 2014).

Com relação ao controle e acompanhamento do número de visitantes que frequentam o Distrito, bem como as festividades em específico a entrevistada (b, 2014) narrou que não há ainda nenhuma forma de registro, e que o Município não possui título turístico, mas que futuramente poderá ter. Enfim, a entrevistada arrematou que propõe-se fomentar o turismo no município por meio do envolvimento da equipe da secretaria diretamente nos eventos tradicionais, como criar eventos visando à divulgação das potencialidades naturais e culturais, como o Festival de Inverno, o Ecotur, realizados no Balneário Municipal.

Na opinião da entrevistada, uma das maiores dificuldades é a falta de um turismólogo para auxiliar na estruturação dos projetos a serem realizados (inventariação, catalogação, etc.)

¹³ O Consócio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) é composto por 22 municípios, se localiza no médio Paranapanema, reunindo num total de 315.370 habitantes, representando 4,28% do território paulista. Sua principal aspiração é ultrapassar o atual índice de participação do seu PIB total estadual de 0,54% em 2011. Plano de Desenvolvimento Econômico Regional e Local do Vale do Paranapanema (PDEVP).

já que na gestão passada foi realizado concurso, porém, em vista da morosidade na convocação a candidata desistiu por ter sido convocada para outro na cidade onde residia. Desse modo, pelo impedimento legal da realização de outro concurso (ano eleitoral em 2012), a secretaria carece desse profissional. Complementou a entrevistada que, diante dessa realidade, tem entrado em contado com algumas instituições na busca de parcerias visando desenvolver todos os trâmites exigidos num processo de inventariação turística no Município, para contribuir com dados para a elaboração do Plano Municipal de Turismo, bem como para a reformulação do Plano Diretor. (E b, 2014).

Enfim, tem a percepção de que é necessário o envolvimento, o trabalho em conjunto entre a secretaria e a comunidade, pois muitos querem o resultado imediato, não compreendendo que investimento nesse setor requer prazo. Há também a questão das desavenças, as pessoas têm dificuldades em superar as diferenças, de trabalharem em grupo, além de que muitos não reconhecem a potencialidade que tem em seu município (E b, 2014).

6.1.3 Escola Municipal: Gestores e professores

Consideramos, tomando por base Peretti (2002), Fonseca Filho (2007), que a abertura do currículo através da parte diversificada ao qual está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB)9.394/96, é uma forma relevante de se introduzir temas contemporâneos, como o turismo, sobretudo em lugares que tem em sua realidade local mudanças no uso e na apropriação do espaço por essa atividade. Nesse sentido, Fonseca Filho (2007) esclarece que para que haja de fato um ensino voltado para a produção do saber turístico, é necessário o envolvimento de todos os atores nessa tarefa. O autor também evidencia a relevância do papel do educador, “pois é ele que tem a visão ampla do acontecer cotidiano do processo educativo [...]”.

Nesse sentido, Moesch (2002) certifica que, sobretudo com o crescente avanço do turismo na contemporaneidade, tem-se também ampliado estudos e pesquisas nos mais diversos âmbitos (órgãos oficiais, setores produtivos e academias) deixando de ser uma inquietação teórica secundária apenas. Assim, Lonatti (1986 apud MOESCH, 2002, p.9) afirma que o turismo se tornou “um direito do homem moderno, passando de um *status* de objeto percebido a objeto de conhecimento”.

Porém, Moesch (2002) declara que, apesar de sua crescente importância socioeconômica, a produção do saber turístico no âmbito brasileiro ainda tem majoritariamente se concentrado no setor privado/empresarial, em contrapartida a academia,

seja privada ou pública. Desse modo, esse saber turístico mercadológico tem-se limitado a informações e regularização acerca do setor produtivo (MOESCH, 2002).

Essa circunstância exige uma conduta que garanta que o saber turístico se principie em outros âmbitos, como a educação básica, e que progressivamente vá galgando outros níveis de ensino. Essa assertiva torna-se substancial pelo caráter complexo do fenômeno turismo, que tem como epicentro a dimensão social. Nesse sentido:

- Basta que se pense nas séries importantes de inter-relações humanas que derivam do comportamento consumidor – turista com os grupos de habitantes do local visitado, enfim, todo o complicado processo de identificação do turista com o grupo ideal ou efetivo que determina a escolha da localidade de destino (MOESCH, 2002, p.13).

Em tal caso, admitimos com base na autora que essa perspectiva mercadológica contrasta com a perspectiva interdisciplinar do turismo, que aspira uma construção do conhecimento crítico, carecendo de mudança do saber-fazer habitual para o fazer-saber que é coerente a um saber turístico. Desse modo, tomando por base Moesch (2002), para o desenvolvimento do saber-fazer turístico que garanta o desenvolvimento de um fazer-saber exige-se por parte da academia, uma análise dos conhecimentos perpassados por seus currículos, como:

- Quais as categorias, o eixo norteador, as temáticas expressas pelas concepções teóricas que sustentam o ato de ensinar? Quais os métodos de abordagens utilizados? É possível uma análise interdisciplinar? Quais as questões norteadas para romper o reduzível discurso publicitário, demasiadamente otimista, que avança e prolifera na prática turística? Qual objetivo de ensinar nos meios acadêmicos: formar competências ou ideias? (MOESCH, 2002, p.17).

Essa reflexão acerca da necessidade de superação do viés mercadológico do saber turístico, apesar de se referir ao âmbito da academia e empresas destinadas à capacitação de mão de obra, também é cabível a outros níveis de ensino, como a educação básica. Assim, considerando nossa perspectiva (turismo/educação), buscaremos identificar com relação às manifestações culturais e eventos criados para o turismo, se os mesmos estão inseridos no Projeto Político Pedagógico (PPP), nos planos de aula, e quais atividades são especificamente desenvolvidas durante a semana que se realiza tais manifestações.

Portanto, as entrevistas realizadas no contexto da escola municipal do Distrito envolveram dois grupos: os gestores e os professores do segundo ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Para o primeiro grupo, tivemos o intuito de identificar se são realizadas orientações sobre a inclusão de temas contemporâneos que estão diretamente imersos na realidade do aluno, como o uso e a apropriação do território pela prática do turismo, bem como a questão de seus atrativos , culturais e naturais. Além disso, verificar qual a sua concepção acerca da relevância de se trabalhar a cultura local no contexto escolar, bem como a opinião sobre um currículo adaptado aos desafios do mundo globalizado, e notadamente a realidade do aluno.

Assim, foi constatado no que se refere às manifestações culturais, na Festa do Tropeiro em específico, há o envolvimento da equipe escolar pela participação dos alunos no desfile através da fanfarra, que é tradição (E c 2014). Os ensaios são realizados na própria escola, em período inverso ao letivo e sob a coordenação atual de um ex - aluno voluntário. Este ano (2014) a escola apresentou um carro alegórico cuja temática se referiu à potencialidade produtiva do Distrito intitulada de “Frutos da terra”. Tema este, segundo a entrevistada, debatido em reunião de pais, em que foram identificados pela comunidade como sendo a agricultura (cana de açúcar, soja/milho), a pecuária de leite e a pescaria.

No entanto, a fala da entrevistada deixa transparecer que os moradores locais não percebem a atividade da pesca como um potencial turístico, assim como as manifestações culturais:

- [...]...este ano só vai trabalhar isso por causa do desfile... mas eu sinto que tem uma falta de valorizar mais a festa... de colocar a Festa do Tropeiro até...até no plano...no...bimestre...não porque nós desvalorizamos né...mas acaba parecendo que é uma coisa tão habitual...do dia a dia das pessoas e a gente acaba deixando um pouco...é...essa manifestação cultural de lado ao invés de de..colocar ela de forma mais relevante (E c, 2014)

Com relação às atividades desenvolvidas a entrevistada (E c, 2014) relatou que não há uma orientação sistematizada, cada professor desenvolve atividades autonomamente de acordo com suas disciplinas. Mas que, de modo geral, restringem-se a expressões sobre a percepção do aluno sobre a festa e suas contribuições para o Distrito.

Sua concepção sobre a relevância de se trabalhar as manifestações presentes no Distrito para o contexto escolar vem demonstrar que considera a escola um ambiente favorável à transmissão de conhecimento assim como formadora de conhecimento, do saber conhecer seu próprio

lugar e de todos os elementos que fazem parte dele e, sobretudo, de se reconhecerem como parte de sua própria história.

Nesse âmbito, esclarece que quanto ao currículo e ao Projeto Político Pedagógico:

- Bem...eu penso que ...o currículo né...o Projeto Político Pedagógico, quando ele é elaborado tem que estar atento a essas realidades aí do Distrito, da comunidade local. Ele tem que ter...o currículo né...que são de base nacional...e dá....tem abertura para modificar esse currículo...então agora no próximo currículo que vai ser refeito em 2015, já tem isso aí como meta para colocar no currículo no Projeto Político Pedagógico.

A respeito do currículo, cabe proferir que a escola em questão, ainda que municipalizada em 2002, adota o Currículo Oficial do estado de São Paulo como princípio norteador de suas práticas.

Nesse âmbito, Saul e Silva (2009), ao avaliar o histórico da estruturação curricular, constatou que tem um caminho regido sob a ótica do regime técnico, e com um conjunto de medidas a serem seguidas pelos professores; como corolário, esta padronização imposta frequentemente acabava desvinculando-se da realidade em sala de aula. Não obstante, os autores explicitam que houve, desde o fim da década de 1989, um processo de reordenamento curricular.

Esse feito foi possível segundo Saul e Silva (2009), na gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal da Educação de São Paulo de 1989 a 1992, que seguindo seus ideais reestruturou o currículo pactuando-se na construção de uma educação voltada para a democratização do ensino. Assim, foram propostos quatro eixos balizadores para a reestruturação curricular:

- a) a construção coletiva, caracterizada por um amplo processo participativo nas decisões e ações sobre o currículo; b) o respeito ao princípio pela autonomia da escola, permitindo o resgate de práticas valiosas, ao mesmo tempo criando e recriando experiências curriculares que favoreçam a diversidade na unidade; c) valorização da unidade teórico prática refletida no movimento de “ação-reflexão-ação” sobre experiências curriculares (acrescentou-se aqui o entendimento de que a construção de novas práticas pudessem ocorrer inicialmente em situações pontuais antecedendo a ampliação gradativa do novo processo de construção curricular para todas as escolas da rede) e, d) a formação permanente dos profissionais de ensino, desenvolvida necessariamente a partir de uma

análise crítica do currículo em ação, ou seja, do que efetivamente acontece na escola, buscando-se, pela consciência de acertos e desacertos, localizar os pontos críticos que requerem fundamentação, revisão e superação de práticas. (SAUL; SILVA, 2009, p. 226 – 227).

Em síntese, desde então, esse novo reordenamento curricular da Rede Municipal de São Paulo, demonstrou a possibilidade de se propor aos educadores a relevância de prosseguir com esse trabalho, considerando que a educação é um processo que se faz e refaz continuamente, e simultaneamente, apostou-se na chance de se estender esse propósito a outras esferas educacionais.

Em vista disso, a partir de 1992, diversos estados e municípios (Rio de Janeiro, Porto Alegre, etc.), propuseram-se a construir políticas curriculares com os postulados freireanos, visando superar a estrutura tradicional vigente. Nesse propósito, “a organização do ensino em ciclos impõe-se, então, como necessário a uma escola que se queria menos seletiva, menos excludente e menos autoritário”. (ARELARO, 1999 apud MOREIRA, 2000, p.120).

Nessa conjuntura, o ensino passou a ser estruturado em ciclos de formação a fim de assegurar o respeito ao tempo e a vivência de cada aluno¹⁴, “assim como às possibilidades de organização coletiva e interdisciplinar da escola”. (MOREIRA, 2000, p.121).

Assim, como fruto dos contínuos processos de aperfeiçoamento, o currículo foi estruturado oficialmente a partir de desafios de uma concepção de educação mais democrática, e em acordo com “uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo”. (SÃO PAULO, 2011, p.7).

Nesse sentido, esse documento formado pela junção de vários aportes teórico/metodológicos também vem dar subsídios à elaboração do Projeto Político Pedagógico que visa atender e organizar as práticas pedagógicas de acordo com as singularidades de cada escola, de cada lugar. (SÃO PAULO, 2011).

Assim, com a democratização do ensino, a educação deixou de se centrar no que seria ensinado ao aluno para se focar na aprendizagem, no direito de aprender, surgindo-se assim uma fundamentação no desenvolvimento de competências. Nesse entendimento, a educação

¹⁴ Atualmente, com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos (LEI nº Lei no 11.274/2006) e com a mudança na progressão continuada, os ciclos se encontram divididos em três etapas : 1º ao 3º, do 4º ao 6º ano, e do 7º ao 9º ano, passando a reter os alunos em cada etapa final de cada ciclo (SÃO PAULO, Secretaria Estadual da Educação). Ensino Fundamental terá três ciclos em 2014 com novo formato de progressão continuada. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2014.

direcionada para o desenvolvimento de competências está apropriada para a ampliação de sua popularização, pois se pretende que ao final de cada processo cada indivíduo, de acordo com suas singularidades, avance em seus conhecimentos.

Consequentemente, essa questão vem assinalar que:

- Pensar o currículo hoje é viver uma transição na qual, como em toda transição, traços do velho e do novo se mesclam nas práticas cotidianas. É comum que o professor, ao formular seu plano de trabalho, indique o que vai ensinar, e não o que o aluno vai aprender. (SÃO PAULO, 2011, p.13).

Portanto, tomando por base essas premissas, compete à comunidade escolar como um todo (professores, gestores) fazer das reflexões coletivas um exercício contínuo, a fim de que todos se apropriem dessas mudanças. Do mesmo modo, essa reflexão vem ratificar que também é cabível às instâncias responsáveis pela política educacional em suas diversas esferas (estaduais, municipais) estruturar a partir desse documento referencial propostas curriculares, propostas pedagógicas e planos de trabalhos próprios e específicos à realidade a que está inerente.

Com relação ao segundo grupo referido, tomando como preceitos a relevância da análise das decisões coletivas para a reflexão das ações e decisões no processo de ensino/aprendizagem na escola, foram realizadas sete entrevistas com os professores do segundo ciclo do ensino fundamental. Essas entrevistas procuraram conhecer as opiniões desses professores a respeito da relevância de se trabalhar as manifestações culturais presentes no Distrito, no contexto escolar (na ocasião a Festa do Tropeiro em específico) e se consideram suficientes a forma como é abordado essas questões no Currículo, no PPG, nos Planos de Aulas e nas práticas em si.

Desse modo, seguindo a ordem em que foram lançadas as perguntas, a entrevistada (d, 2014), que tem como formação pedagogia, mas que substituem em carga suplementar todas as disciplinas que compõe o segundo ciclo¹⁵ que se fizerem necessárias na ocasião, respondeu que acredita que a Festa seja um atrativo turístico e, também, uma maneira de cultivar as tradições. Acrescentou que considera muito importante trabalhar com as manifestações culturais, pois é significativo para o aluno, faz parte da realidade deles e esse fato torna a aprendizagem mais prazerosa e real.

¹⁵ Devido a escassez de professores especialistas para ministrar aulas em caráter eventuais os professores efetivos do primeiro ciclo do ensino fundamental tem a opção por carga suplementar em período diverso ao seu cargo.

Reconhece ainda que, analisando suas práticas, ser relevante a introdução de temas que abordam o contexto do aluno, porém precisa ser melhor enfatizado, em especial, por se tratar de sua realidade.

Para a entrevistada (e, 2014) (também pedagoga e efetiva do primeiro ciclo) a relevância de inserir temas inerentes às manifestações como a Festa do Tropeiro se resume em três, como o resgate das tradições, a manutenção da cultura local e o incentivo ao turismo.

Assim, contemplar a realidade e o interesse dos alunos torna a aprendizagem mais significativa. Sua opinião no tocante à importância e abrangência que os documentos pedagógicos (PPP, Currículo e Planos de aulas) dão à questão das manifestações culturais locais são superficiais, já que não há ainda projetos específicos envolvendo essas questões (E e, 2014).

A entrevistada (f, 2014), especialista (formada em letras), acredita que a Festa do Tropeiro, assim como as demais manifestações, é relevante para a população do Distrito de Gardênia, além de resgatar a sua tradição atraem turistas e contribui para torná-la mais conhecida. Essa Festa é a bagagem cultural dos próprios alunos, que foi passada de geração em geração sendo uma relevante ferramenta de ensino/aprendizagem. (E f, 2014). Esclareceu que no PPP não é abordado as temáticas locais como as festas tradicionais.

Quanto a entrevistada (g, 2014), também pedagoga, contratada para ministrar aulas no primeiro ciclo, e que na circunstância estava presente no horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) em que foram realizadas as entrevistas, relatou que trabalhar com assuntos como Festa do Tropeiro contribui por resgatar a cultura local mantendo-se assim a tradição, além de tornar a aprendizagem mais significativa. Todavia, a entrevistada reconhece que tem deixado a desejar essas temáticas tanto nos documentos referencias como em suas práticas, já que não são sistematizadas.

A entrevistada (h, 2014), especialista formada em educação física estando na condição de contratada informou que a Festa do Tropeiro tornou-se tradição do local, sendo muito importante assim como as demais manifestações, atraindo para o Distrito um grande número de pessoas, capaz de fomentar o turismo. Acrescentou a entrevistada que contemplar manifestações da comunidade no contexto escolar é muito relevante para todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem. Mas, segundo a entrevistada, nenhum documento, e nem mesmo nos planos de aula são consideradas essas questões, é apenas trabalhado de forma espontânea por cada professor somente naquele período que acontece a festa.

Há ainda a percepção de que a Festa do Tropeiro, assim como as demais manifestações, além de valorizar a tradição e a cultura local, colabora também por alavancar a

economia. Todavia, ainda que uma festa folclórica (festa do Tropeiro) relevante, manifestada pela própria comunidade por meio das representações artísticas (dança, cavalgada, rodeio, fanfarra) os documentos que foram estruturados pela escola até o momento não as contemplam (E h, 2014).

Do mesmo modo, os dados fornecidos pela entrevistada (i, 2014), denotam que percebe a Festa do Tropeiro como as demais manifestações culturais presentes no Distrito (Festa de Nossa Senhora, de São Sebastião e de Nossa Senhora Aparecida) como reflexo da cultura local, sendo a escola um meio relevante de envolvimento e conscientização dos alunos perante sua própria cultura. Do mesmo modo, demonstra que ainda não é abordado nos documentos e planos de aulas nenhuma atividade especialmente destinada às manifestações presentes no Distrito (Ei, 2014).

Para a entrevistada (j, 2014) a Festa do Tropeiro é uma manifestação cultural típica do interior em que atrai por suas características visitantes de diversas cidades da região, sendo assim uma ocasião de ponto de encontro de diversas gerações, lazer, economia. Assim, sua importância no âmbito escolar justifica-se por assegurar o resgate e a preservação da cultura local, além da conscientização dos alunos de que são sujeitos ativos da sua própria história e construtor dela (Ej, 2014).

Conforme exposto, os projetos que estão inseridos nos documentos (PPP e Planos de Aulas) estão relacionados à Festa Junina e Meio ambiente apenas, mas que com a atualização do PPP previsto em 2015 terá uma oportunidade de introduzir todas as manifestações presentes no Distrito (Ej, 2014).

Enfim, diante desses argumentos, podemos verificar que as ações por parte desses atores sociais no tocante a inserção de temas contemporâneos como o turismo em suas práticas pedagógicas são ainda superficiais. Pois conforme elucidado a forma como retratam essa dinâmica não contribui efetivamente para a apreensão de fato da espacialização desse fenômeno no território em que o aluno está inserido.

6.1.4 Os proprietários rurais

Como exposto, as mudanças ocorridas em vista da política da modernização da agricultura implicou transformações significativas em todo contexto brasileiro, introduzindo técnicas e insumos modernos visando à maximização da produtividade. Assim, em síntese, essa nova dinâmica no Distrito impulsionou o êxodo rural e simultaneamente a decadência da agricultura de base familiar e rudimentar.

Conforme explicitado por Souza (2012), simultaneamente na busca de agregar valor, alguns produtores rurais no Distrito passaram a adequar seus empreendimentos para o turismo de pesca e de segundas residências (Figura 24).

Figura 24: Distrito de Gardênia, meio rural, casa de segunda residência.



Fonte: Souza, 2014.

Nesse âmbito, reiterando nossa proposta de conscientização da comunidade escolar da relevância da introdução de temas relacionados às dinâmicas que ocorrem no contexto dos alunos, especialmente o atual uso e a apropriação do espaço pela prática do turismo no Distrito, lançamos a proposta de envolver alunos e professores como colaboradores nas técnicas de entrevistas

Essas técnicas (entrevistas) foram realizadas com dois proprietários no Distrito que tem o uso de suas terras diversificadas e distintas entre si: a primeira (E k, 2014) tem majoritariamente partes arrendadas para o cultivo de cana - de - açúcar, e uma pequena parcela que margeia o lago da Represa Capivara utiliza para o aluguel de ranchos de pesca e área de camping; o outro (E l, 2014) loteou parte de suas terras e vendeu para a construção de casas de segundas residências, e a parte restante utiliza para pastagem de suas vacas leiteiras. Esse proprietário entrega para os laticínios localizados no Distrito a média de cinquenta litros de leite diários.

Dessa maneira, as questões foram dirigidas com o intuito de apreender a forma como adquiriu a propriedade, a extensão da propriedade, que atividades eram desenvolvidas antes de se pensar em novos usos e a exploração da mesma para o turismo, quais as motivações, dificuldades que levaram a abandonar as atividades antes desenvolvidas; se faz uso de alguma linha de crédito relacionado ao turismo, e qual a opinião sobre o desenvolvimento do turismo e sua importância para o Distrito.

Portanto, a entrevistada (k, 2014) relatou que a propriedade é fruto de herança de seu esposo, e que sua extensão é de vinte quatro alqueires. Quanto às motivações que levaram a construir ranchos na intenção de receber os visitantes/turistas em sua propriedade, deve-se ao fato da gradativa procura por parte de grupos de pescadores, em especial, com a formação do lago da represa a datar dos fins da década de 1970. Do mesmo modo, com o aumento da procura aumentou o número de quiosques (num total de doze), e passou a cobrar mensalmente e diário, dependendo do desejo do visitante, com o objetivo de auxiliar nas despesas com energia e na manutenção da área.

Observamos que as instalações são rústicas, e que como expõe a proprietária entrevistada vem atender o público inerente ao turismo de pesca:

- [...] chega ser até vergonhoso...(risos) mas eles gostam (risos)..eles falam assim...nós não queremos luxo não...assim muito conforto...nóisqué é a natureza. Ali olha, aqueles ranchinhos feio...um grudadinho no outro [...] (E, k, 2014).

Em diálogos com os visitantes/turistas inclinados à atividade de pesca, percebemos que exigem pouca infraestrutura do lugar em que frequentam.

Assim, verificamos que há ainda, como destacado por Milton Santos, que esses novos elementos (ranchos de pesca) se mesclam com outros elementos na infraestrutura contida da propriedade, resquícios de outros ciclos econômicos que declinaram (Figura 25).

Figura 25: Distrito de Gardênia, meio rural, resquício de curral utilizado na criação de gado.



Fonte: Souza, 2014.

Dessa maneira, a entrevistada (k, 2014) elucidou que, no que concerne aos elementos presentes em sua propriedade, como currais, implementos agrícolas e silos, é que outrora tinham como atividade econômica a pecuária leiteira e de cria, versus a policultura (soja, milho, trigo, arroz, café) e que, como já explicitado, devido às dificuldades desse setor (agricultura) e às exigências trabalhistas fizeram com que abandonassem a atividade no final da década de 1980. A entrevistada acrescentou que tinha a pretensão de utilizar as áreas não agricultáveis para pastagem, mas as exigências ambientais não permitiram.

No que se refere às exigências das leis ambientais, segundo a entrevistada (k, 2014), o problema da água está mais relacionado com o mau uso por parte das grandes corporações, empresas, muitas vezes do próprio governo, citando como exemplo os diversos impactos causados no meio ambiente com a construção do lago da Usina Capivara em 1977 no Distrito, aos quais também foram expostos por Souza (2012). Para (k, 2014), por ter sido multada na tentativa de construir um pequeno empreendimento voltado à hospedagem às margens do lago, destaca que os pequenos proprietários têm pagado por erros que, se forem analisados em profundidade não são cabíveis, reiterando indignada que tem consciência de que estava em conformidade com a lei (Figura 26).

Figura26: Distrito de Gardênia, meio rural, construção embargada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).



Fonte: Souza, 2014.

Retomando a questão das atividades econômicas desenvolvidas outrora, como a agricultura, a entrevistada (k, 2014) acrescentou que havia muitas dificuldades, como:

- [...] filha a gente comia e bebia, mas tudo que a gente comprova era a preço de ouro, os maquinários que ficavam velhos eram vendidos a preço de ferro velho! **(comoção)** ...você entendem agora porque até hoje não tenho uma casa que preste!!! Desde que eu casei eu estou nisso aqui...há cinquenta anos...[...] mil vezes ser um empregado do que um patrão! Principalmente no sítio [...] (E, k, 2014).

A entrevistada (k, 2014) não faz uso do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por não ser cliente atualmente do banco do Brasil; porém, utiliza-se de outros tipos de empréstimos quando necessita para a construção e manutenção dos novos empreendimentos e da rede elétrica que é particular. Enfim, considera que o turismo de pesca no Distrito tem os requisitos naturais apropriados para ser desenvolvido com êxito; entretanto, carece de ações que visem minimizar a questão do uso desmedido da Represa Capivara para o suprimento de outros reservatórios. Avalia que a partir do momento que passou a receber os visitantes/turistas, sente-se mais feliz, principalmente por possibilitar a interação com diversas pessoas, condição difícil no meio rural atual que ficou desabitado com o êxodo rural.

O entrevistado (l, 2014) declarou que sua propriedade foi adquirida em parceria com seus dois irmãos em 1971, totalizando uma área de sete alqueires, sendo um alqueire apropriado pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) para a construção do lago da Represa Capivara. Acrescentou que, posteriormente, adquiriu mais um alqueire, ao qual dividiu em onze lotes para a construção de casas de segundas residências.

Segundo o entrevistado, até meados da década de 1970, cultivaram arroz e milho em sua propriedade, depois passou a cultivar algodão até 1990, estando até os dias atuais com a pecuária de leite. De acordo com l (2014), uma das maiores dificuldades da atividade agrícola refere-se ao preço de mercado, suas oscilações e a ausência de políticas apropriadas para esse setor, que como destaca, não garante estabilidade:

- [...] a agricultura sempre enfrentou problema com os preços...é como diz o ditado, quando Deus dá a farinha o diabo carrega o saco...quando produz né...o preço cai...quannndo o preço tá bão é porque deu poço...é toda vida a lavoura é isso aí....(E l, 2014).

No que tange às motivações, o entrevistado (l, 2014) afirmou que o incentivo de amigos o levou a lotear a parte que margeia a Represa, a qual havia comprado anteriormente, como expôs. Destaca que não houve necessidade de atravessadores ou de imobiliária, pois os

compradores vieram negociar diretamente com ele, assim também tem consciência da necessidade de legalizar os loteamentos para a obtenção do desmembramento da escritura que ainda é comum.

O entrevistado faz uso do PRONAF, ao qual utilizou para a melhoria do seu rebanho leiteiro e para a manutenção da própria propriedade. Quanto ao desenvolvimento do turismo no Distrito, houve a necessidade de relatar quais as atividades que se relacionam ao turismo, visto que o entrevistado, apesar de ter parte de suas terras pelo uso e a apropriação por segundas residências, não tinha conhecimento sistematizado sobre essas novas dinâmicas.

Consequentemente, uma vez esclarecido, o entrevistado (I, 2014) afirmou que é a realidade do Distrito atualmente, lembrando que tem conhecimento desses novos empreendimentos em outras áreas, atribuindo essa procura em vista da Represa que, em contrapartida, está sendo utilizada estritamente como reservatório, deixando os turistas e os moradores locais descontentes, principalmente os que adquiriram propriedade.

Diante do descrito, a atividade foi avaliada por todos como positiva, posto que possibilitou além do envolvimento dos sujeitos (professores, alunos, pesquisadores e entrevistados), a apreensão das vivências desses produtores no decorrer do tempo, como suas opiniões no tocante ao uso e à apropriação do espaço para a prática do turismo, bem como a observação direta desses novos e velhos elementos e seus rebatimentos nas dimensões socioespaciais. Além disso, contribuiu para a sensibilização da relevância da prática de estudo de campo no próprio Distrito, tendo em vista que essa atividade tem sido a inaugural, já que têm prevalecido outros contextos em detrimento do que ocorre no próprio lugar do aluno.

6.1.5 Representantes da cultura local – festeiros e ex festeiros

Conforme já exibido, as informações obtidas com os membros da cultura local, representados pelos grupos de festeiros e ex-festeiros, totalizando dez entrevistados teve o propósito fundamental de identificar alguns elementos inerentes as festividades como: as motivações em realizar a festa, se conhecem o histórico do surgimento da festa, se há incentivo por parte da gestão pública, as dificuldades enfrentadas pelo grupo entre outros. Portanto, de modo geral e sucinto, os organizadores das festividades foram unânimes em exprimir que as motivações em realizar a festa se concentram em torno de manter a tradição, que todos têm conhecimento do histórico do surgimento da festa, e que, em sua maioria consideram que, mesmo com os o aumento dos subsídios por parte do Poder Público

municipal presentemente os colaboradores mais relevantes para a realização das festas são a comunidade.

Quanto as dificuldades assinaladas pelo grupo na realização das festividades, embora reconhecerem as facilidades de mobilidade na contemporaneidade com a evolução das tecnologias e dos meios de transportes, convergem a insuficiência na disposição de recursos por parte do Poder Público Municipal, a dificuldade de conciliar trabalho com as obrigações das festividades, o desinteresse por parte dos mais jovens que dificulta o envolvimento e a colaboração, e no caso específico da Festa de São Sebastião que é realizada precisamente no meio rural, a necessidade do empréstimo de propriedades por parte de familiares e/ou amigos para a promoção da festa, sobretudo em razão do êxodo rural que assim como em outras partes do país foi acentuado. Com relação a opinião sobre a monta da festa para o Distrito, os organizadores foram categóricos em exprimir que conquanto ser um momento de preservar a tradição e cultivar a fé, as festividades possibilitam maior conhecimento do Distrito e de seus atrativos.

Igualmente, declararam em concordância que as festividades são um atrativo turístico em potencial relevante, no contexto atual, tendo em conta o número expressivo de participantes.

6.2 Festividades

6.2.1 A Festa de São Sebastião

Em suma, conforme demonstrou Souza (2012), tomando como recorte temporal a década de 1950, o Distrito de Gardênia indubitavelmente teve suas dinâmicas socioespaciais alteradas, sobretudo, com a política de modernização da agricultura. Esse contexto nos instiga a desvelar quais os elementos que contribuem para que as festas populares perpetuem mesmo num cenário de mudanças nos diversos âmbitos, como já explicitado.

Consideramos que essas manifestações merecem atenção especial, pois além de ser parte da cultura de uma comunidade e um atrativo turístico em áreas com esse potencial, necessitam de estudos, que, sobretudo, servirão de instrumento-base para o próprio planejamento municipal. Nesse âmbito, acrescenta Ribeiro (2004) que essas festividades estão estritamente em conformidade com os símbolos e a identidade do lugar, é expressão de uma comunidade que se reúne por interesses comuns pela fé, ou apenas para celebrar.

Nesse sentido, observamos que essas manifestações culturais tradicionais presentes no Distrito simultaneamente, dividem espaço com os novos eventos erigidos para o turismo, caracterizando-o como um relevante destino turístico em vista desse conjunto de fatores (naturais, culturais), como será detalhado. Devido a esse fator, em consonância com Peretti (2002), reiteramos a relevância de criar estratégias articuladas entre educação e cultura que possibilite os sujeitos locais a perceberem as potencialidades de seu território, além de se reconhecerem como integrantes de sua própria cultura, e assim zelar pela sua preservação numa proposta de turismo cultural.

Assim, constatamos as festas tradicionais religiosas do Distrito seguem o calendário religioso, além de fazer parte do calendário festivo do Município; assim, são realizadas de acordo com a data comemorativa de cada personagem sacro, tendo, respectivamente: Festa de São Sebastião em janeiro, Festa de São Benedito em maio e Festa de Nossa Senhora Aparecida em outubro. Observamos também que são eventos importantes no contexto atual de uso e a apropriação do território pela prática do turismo, sendo aguardadas com ansiedade pelos visitantes/turistas, atraindo-se assim grande público.

Enfatizamos que, dentre os propósitos da pesquisa, um deles é identificar quem são os sujeitos (alunos e professores) e quais seus posicionamentos perante os diversos elementos presentes em seu território (naturais/culturais). Essa questão se fundamenta precipuamente pelo contexto atual de uso e a apropriação do território no Distrito por atividades ligadas ao turismo.

Retomamos que, como foi verificado, ainda não há nenhum trabalho sistematizado que considere as mudanças no uso e a apropriação do espaço no Distrito em Gardênia pela prática do turismo, e muito menos no que diz respeito a cultura local. Assim, a pesquisa-ação foi adotada como metodologia que vem permitir, por meio do envolvimento dos sujeitos como colaboradores na aplicação de entrevistas e questionários em dois momentos específicos, (Festa de São Sebastião e Festa do Tropeiro) a percepção dos recursos presentes em seu lugar como atrativos turísticos em potenciais, e assim contribuir com mudanças nas ações educativas.

Nesse sentido, reconhecemos que, para uma proposta da conscientização da introdução de temas contemporâneos como o turismo no âmbito da educação, exige-se um projeto muito bem preparado e integrado entre os agentes públicos municipais, comunidade e educação. Desse modo, é conveniente frisar que nesse trabalho, por ser propositivo e inédito, restringir-se-á em conversas, envolvimento e devolutivas de alguns dados levantados com os alunos

apenas, denotando que haverá necessidade da continuidade de outros estudos mais aprofundados posteriormente.

Isto posto, reiteramos que elegemos a entrevista semi-estruturada e análise de discurso por considerá-las técnica mais apropriada, por permitir o envolvimento dos alunos de maneira mais dinâmica e significativa. Além de que essa técnica, por proporcionar acesso às informações sobre a memória dos descendentes de precursores de duas festas (Festa de São Sebastião e Festa do Tropeiro), escolhidos previamente por serem mais idosos (82 e 74, respectivamente), no tocante ao conhecimento do histórico do surgimento da festa, da sua experiência como festeiro, e as opiniões sobre as festas no contexto atual. Assim, com expõe Colognese e Mélo (1998), a história oral, por não necessitar de um roteiro rígido de questões, possibilita por meio de relatos que o entrevistado fale livremente de algo que vivenciou outrora em seu contexto.

Desse modo, os alunos foram orientados, a priori, sobre a definição de história oral, os seus objetivos e, acima de tudo, a posição e postura de cada um nos momentos de entrevistas. Nessa oportunidade, por se tratar de uma personagem com limitações de movimentos, alunos e professores se deslocaram até a casa da entrevistada para a realização da entrevista, após permissão de sua família.

A Festa de São Sebastião (Figura 27), baseando-nos em Souza (2012) e fontes orais, é a mais tradicional, datando aproximadamente da década de 1918.

Figura 27: Distrito de Gardênia, Festa de São Sebastião, procissão (1960).



**Fonte: Arquivo pessoal da família
Silva, 2014.**

O contexto de sua celebração está relacionado, segundo a entrevistada (m, 2014), descendente dos precursores, ao cumprimento de uma promessa a São Sebastião, que entendemos ser importante transcrever sua fala na íntegra:

- [...] essa festa começou com meu avô...lá em 1918... ele era dono de grande parte de terras...que se estendia por todas aquelas banda do Mário Pontes...era dono de tudo lá...ele era estudado...estudou uns quatro ano pra padre...depois conheceu minha avó, uma portuguesona muito bonita, daí ele largô de ser padre pra, pra se caçar quela...eles se conheceram no navio vindo de Portugá pra cá pro Brasil ainda pequenos...[...]. Daí, depois que eles se casaro, minha mãe conta que eles prantaram mais ou menos uns cinquenta arques de mio, e colocou gente pra, pra, abrir as matas aqui, você sabe que naquela época aqui era só mato [...] daí então veio gente de todo lado pra trabalhá... de Campos Novos Paulista e de Palmital para trabalha com ele... fizeram vários ranchos de pau -a -pique aqui.Só veio homem, mulher não veio não...e meu avô plantou aquela roçaria...mas o dinheiro também era pouco...mas ele foi comprando um pedacinho de terra aqui, outro lá e, a roça dele foi ficando grande[...] aconteceu que o tempo foi ficando seco...como está agora...não chovia nada...e o pior era que o mio estava começando penduar...daí minha mãe contou que meu avô foi ficando nervoso, nervoso, ia e vortava olhar a roça..e comentava com minha vó sobre o que eles iam fazê pois ia perder tudo...passou uns dias e a roça muchando...até que meu avô no desespero ajoelhou no chão quente e pediu a São Sebastião que mandasse chuva na terra pra que ele nem ninguém perdesse a plantação.Ele prometeu que se chovesse ele fazia uma reza em agradecimento...era reza mesmo sabe...não é como agora que nem gosto mais dessa festa..ela não é mais do jeito que a gente foi acostumada não. Então como ia te dizendo, ele falou que faria essa reza a São Sebastião...aí então eles diz que com três dias veio muita chuva, chuva, chuva...aí diz que ele falô pra minha vó....a minha mãe tinha sete anos...aí ele vortô lá na roça e veio todo alegre porque tava tudo verde...aí ele falou pra minha vó...agora Maria nos vamos fazer uma reza pra agradece a São Sebastião...dia de São Sebastião é dia vinte...aí ela mulher muito disposta disse assim, nós vamos fazer sim. Aí eles tinham de tudo...galinha, porco, arrois [...] aí reuniram todo mundo e fizeram a reza. No outro dia que a reza passou ele chamou o Bastião Veríssimo, que é irmão do Verissinho...não sei se você conheceu..ah, acho que não é do seu tempo...aí os dois que eram cumpradre de meu avô se mudaram para o Matusalém¹⁶ ... aí meu avô que tinha combinado com ele de fazer a festa no outro ano...recebeu

¹⁶ Matusalém, a que a entrevistada se refere, é um bairro rural, localizado no Município de Maracá, ao qual faz divisa com o território do Distrito de Gardênia.

ele aqui pensando que ele vinha aqui fazer a festa, mas só que ele disse que ia fazer lá...porque tinha mudado né...aí ele perguntou pro meu avô se ele não ia ficar com réiva...aí...meu avô disse que não ia ficar não magina né? Então eles combinaram assim, meu avô ia fazer dia dezenove aqui mesmo e ele ia fazer dia vinte no Matuzalém. Aí a partir desse dia as festas acontecem assim. Aí no próximo ano um tio meu foi sorteado festeiro com uma fazendeira que não gostava de pobre...se sabe, desde antigamente tinha essas coisas **(preconceito)** [...] enquanto isso meu avô fez a festa três anos encarriado...pra festa não morrer não...aconteceu que no meio disso [...] um tio meu foi sorteado de servir o governo jovi ainda **(jovens recrutados para a guerra)**... eram os soldados que vieram buscar ele...eles chegavam em sua casa e levavam seus cavalos também...iam revesando os animais pelos caminhos, pegando de outros até chegar lá em Bauru...pra depois pegar navio e ir embora...a minha vó ficou doida...chorava dia e noite por falta daquele fio que ela achava que ia morrer memo...dáí ela a fez a promessa de que se esse fio vortasse...se não acontecesse nada com ele...essa festa ia entrar em sorteio pra nunca acabar.Aí minha fia Helena fala...mãe...como tinha gente tonto...e a portuguesona era ativa...(risos)daí eu falei pra ele óia pro se vê hein...então dali uns, uns dois meis meu tio apareceu...dáí ela chegou no meu vô e disse...(pausa) a partir de agora não vai ser esse negócio de escolher fulano ou sicrano não...é porque punhava qualquer pessoa não casal não...foi onde ela fez se né? Daí meu avô estipulo sorteio...colocava dez festeiros, dez casais que moravam nos sítios aqui nas bandas da Gardênia e, um deles era o premiado...o festero...ia tirando os outros paper que estava escrito branco...que não era premiado! [...] nós saímos no derradeiro demorou dez anos pra a gente ser festeiro **(a entrevistada e o marido dela)** só que era bonito... era aquele tropei de festejo..era rojão...[...].antes de eu se festeira meus fios falavam quando a gente ia pra festa que, era pra eu preparar a cabeça pra trazer a coroinha dos festeiros [...] tinha aquele momento de coroar....de passar a coroa pro próximo festeiro [...] só que essa festa não podia atravessa o rio...tinha que ficar só no sítio...pras bandas de cá do rio **(a entrevistada se refere ao lado oeste do Rio Capivari)**. E, não podia atravessa pra lado da floresta **(porque já é território do Distrito de Agissê)**. [...] os amigos nossos...o João Bueno queriam que nós vortasse lá pro outro sítio mais longe de Gardênia pra fazer a festa...porque como se sabe nós compramo esse sítio aqui perto...então o povo falava que fazer a festa perto da Gardênia ia ser duro pois o povo, a criançada ia invadir tudo, ia derrubar até as mesas [...] mas nós fizemos aqui memo e deu tudo certo...menina foi uma festa tão bonita [...] menina não sumiu um prato...nós fizemos com fé [...] a nossa festa no fim foi a primeira que foi feita desse lado de cá do Rio Capivari [...] demoro pra modi a gente ser sortiadu...nem creditei quando aconteceu...(pensativa)... foi em janeiro de 1981 [...]. (E,m, 2014).

No tocante à opinião da entrevistada (m, 2014) sobre a festa atualmente, relatou que pelo viés mercadológico poderia não ser realizada mais. Essa condição atual, segundo a entrevistada, vem desfavorecer as camadas desfavorecidas socioeconomicamente, pois o comércio informal (Figura 28), diferentemente de outros que não existiam, torna o consumo diferenciado (E, m, 2014), como podemos apreciar em sua fala:

- [...] antigamente os pobres tudo podia está nessa festa...as crianças bebia, as crianças comia...(pausa) agora chega lá é sorvete, é argodão doce, refrigerante, brinquedo...quem pode bebe, quem não pode não...aí não pode nem leva criança quem não pode né **(quem não tem dinheiro)**...eu mesma vi isso e até me ripiô de vê[...] as outras festas...de São Benedito, de Nossa Senhora eu até concordo...mas a de São Sebastião não era pra ser assim...era tudo de graça [...] agora é esse diabo daquele negócio de por na vara...Cuma é mesmo? Aah, argodão doce...tem pra lá...tem pra cá [...] cadê a devoção, cadê? [...] agora é a reza do dinheiro [...] essa festa eu vô fala pro cê é festa do dinheiro...sobra lá seus vinte, trinta mil...[...] só farta vendê ovo cozido, cuzinha ovo e por pra vendê também [...].

Figura 28: Distrito de Gardênia, Festa de São Sebastião, comércio informal I.



Fonte: Souza, 2014.

Em conformidade com o narrado, é visível na fala da entrevistada a insatisfação quanto a progressiva perda das características originais da festa, sobretudo a inclusão de novos elementos, como o comércio ambulante. Além do mais, a crítica se estendeu, sobre a mercantilização da festa, ou seja, a venda de alimentos e bebidas diversos durante os nove dias que antecede a culminância da festa com o intuito de obter renda.

Nesse âmbito, compreendemos que pensar a cultura, as identidades na contemporaneidade exige um olhar que considere a dinamicidade dessas duas dimensões. Por isso, Almeida; Vargas e Mendes (2011, p. 26), expõe que, “é nesse contínuo movimento de fazer-se que os territórios, as paisagens, os lugares e suas representações são constantemente rasurados, reinterpretados e reescritos”.

Por outro lado, nos faz conjecturar que é visto que a Festa de São Sebastião não possui os mesmos aspectos que foram narrado pela entrevistada, mas não deixa de expressar uma identidade que se (re) construiu em meio ao movimento socio-histórico.

A entrevistada (m, 2014) acrescentou que até mesmo os cânticos que eram entoados na festa, muitos deles sob a autoria de seu próprio avô perderam seu sentido, pois não há mais aquele significado genuíno de comunidade, de igualdade como era o propósito. Mencionou ainda que o agronegócio é outro tipo de diferenciação social, já que também é diverso da agricultura familiar, que havia melhor distribuição de renda entre as pessoas, há muito nas mãos de poucos (E, m, 2014):

- [...] que nem tem aquela reza, que eles reza(**durante os dias de novena a São Sebastião**) vai vê nem reza mais... (pensativa) ah...Santa Maria mãe bendita tenha dó dos inocentes...que inocente? Pra quê? Se tem um mio verde e uma criança pega uma espiga na roça hoje é perigoso ser morto [...] então pra que reza? [...].

Diante do exposto, analisamos que as manifestações culturais, assim como outros elementos do espaço onde o turismo está sendo implantado e apropriado, podem resistir à influência de diversas ordens (econômicas, sociais); porém, podem correr o risco de descaracterizar-se visando atender a outros interesses, como o mercadológico. Condição esta, apontada por Ribeiro, em que as manifestações culturais se consolidam com o intuito de “redefinir realidades sociais criando expectativas com base em imagens projetadas e adaptando as localidades a estas expectativas” (RIBEIRO, 2004, p.48).

Dessa forma, reiteramos que, através da perspectiva do turismo cultural, articulado à educação, buscamos ainda entender como a interação dos sujeitos (alunos/professores) com a temática de forma direcionada possibilitará o conhecimento, a compreensão e a percepção das manifestações culturais locais, especialmente a Festa de São Sebastião e a Festa do Tropeiro, como fruto da cultura de sua comunidade, além de se conhecer seus aspectos organizacionais, os perfis, opiniões dos visitantes/turistas e comunidade local referentes à infraestrutura básica e turísticas; consideram-se as respectivas festas como um atrativo turístico em potencial, a

frequência, e as motivações que levam os participantes a procurarem a Festa, etc., que serão apresentadas em gráficos, além da conscientização dos mesmos, da relevância da preservação da cultura local dentro de uma proposta de turismo cultural.

Desse modo, tomando por base as afirmações de Batista (2005), há uma estreita relação entre turismo e cultura. Esse fato se justifica, segundo o autor, pelo turismo se apropriar dos elementos inseridos no próprio espaço, como por exemplo, da paisagem, dos artefatos culturais, etc.

Essa condição pode contribuir por estimular manifestações culturais de um determinado local, atrair visitantes, além de alavancar a economia, desde que os projetos sejam pautados nos princípios da sustentabilidade, e na participação dos sujeitos ali inseridos. Pois, o turismo cultural como atrativo:

- É um dos fenômenos mais importantes dos últimos tempos, pois propicia o contato entre diferentes culturas, a experiências de diferentes situações, e passa por diferentes ambientes, e a observação de diferentes paisagens. Isto possibilita a globalização da cultura. (SANTOS & ANTONINI, 2003, p.101 apud BATISTA, 2005, p.31)

Nesse âmbito, o turismo atualmente tem se apresentado como uma proposta que:

- Fornece elementos que possibilita a percepção do espaço cultural pela população, tornando-se um dos subsídios para o turismo cultural, ao mesmo tempo em que se constitui numa ação estratégica para que possa contribuir para a valorização da cultura local, desenvolvimento social, e de boa receptividade (SILVEIRA; MARTINS; VIEIRA, 2008, p.3).

Diante disso, expõe Ribeiro que:

- O interesse de exploração turística de determinada manifestação cultural se deve a fatores como o potencial, a originalidade do evento, e de uma divulgação consistente da mesma através da imagem que se queira projetar. No caso das festas religiosas a sua concepção está centrada nos devotos e grupos de atores sociais que permeiam o universo sacro e ao mesmo tempo profano de tais manifestações (2004, p.48).

Assim, por meio da verificação e da análise da percepção, das tramas, motivações, papéis assumidos, etc., pelos participantes nas manifestações culturais, poderemos identificar em especial, os elementos que subsidiarão uma proposta de turismo cultural.

Verificamos também que nesse ano de 2014 foi realizada a 96ª edição da Festa de São Sebastião (Figura 29), constituindo-se como uma das manifestações culturais mais antigas e de maior atratividade. Sob os aspectos organizacionais da festa, Souza (2012, p. 82) destaca que:

- O que torna essa festa diferenciada das outras é que parte das prendas angariadas [sic] é revertida em alimentação gratuita para o povo sendo que outras festas tudo que é arrecadado é vendido, para fins de custeio da capela e da paróquia. O papel do padre é de mediador, pois a maioria das decisões, como iniciativa sob a variedade de alimentos e a arrecadação de prendas, fica sob o encargo da família responsável pela festa [...].

Essa autonomia no desfecho da festa vem proporcionar maior participação à população, e assim atrair grande contingente de pessoas do local e das diversas regiões do Estado de São Paulo e de outros estados, como será apresentado.

A Festa de São Sebastião, considerando as definições de Ribeiro (2004) e as observações *in loco*, caracteriza-se como uma manifestação profana religiosa organizada por pessoas da comunidade, sob mediação da igreja, em que se realiza uma homenagem sacra a São Sebastião com missas, procissão, bênçãos e quermesses.

Figura 29: Distrito de Gardênia, convite da Festa de São Sebastião (2014).



Fonte: Arquivo da família Rodrigues (2014)

Conforme verificado por Souza (2012) nas investigações, desde sua criação, a festa se realiza exclusivamente no meio rural, tem duração de nove dias, aos quais é acompanhada por novena ao padroeiro e quermesses, a fim de angariar renda para o custeio das despesas para a sua realização. A culminância da Festa tem ocorrido, ininterruptamente, no dia 19 de janeiro, independente do dia da semana em que os fiéis em procissão (Figura 30), proferindo as orações e cânticos costumeiros, transladam a imagem de São Sebastião da propriedade rural mais próxima onde será realizada a Festa, e ali realizam a cerimônia de entrega do santo e rito de coroação do casal de “festeiros” que farão a próxima Festa. Observamos que durante os ritos religiosos como a novena, um dos cânticos que é entoado com fervor pelos fiéis é o cântico em homenagem a São Sebastião, como demonstra esse trecho:

- Glorioso mártir, São Sebastião, dai aos seus devotos firme proteção [...]da peste o flagelo, a fome e a guerra, por sua bondade afastai da terra [...] (trecho da ladainha cantada pelos fiéis. Fonte: Família Rodrigues, 1920)

Figura 30: Festa de São Sebastião, fiéis em procissão.



Fonte: Souza, 2014.

Por isso, durante os meses que antecedem a Festa, o “festeiro” responsável visita toda a comunidade, rural e urbana, além dos Distritos e outros bairros próximos, localizados no Município de Maracaí, a fim de angariar “prendas” que serão revertidas em alimentação gratuita para todos os participantes, e em leilões para custear gastos da Festa. Conforme

observamos, além da ajuda com “prendas”, a comunidade se reúne para preparar os alimentos que foram servidos, demonstrando que além da fé, o espírito de cooperação e amizade se efetiva, apesar das singularidades (Figura 31).

Figura 31: Festa de São Sebastião, comunidade preparando assados.



Fonte: Souza, 2014.

Foi verificado também que em conversas com alguns ex-festeiros e o festeiro desta edição (2014), dentre as dificuldades para a realização dessa festa na atualidade, estão a falta de interesse por parte da juventude (mesmo integrante da família que tem na festa a tradição), a dificuldade na distribuição do tempo na dedicação da festa, notadamente por durar nove dias consecutivos, considerando que a maioria das pessoas têm empregos e moram fora do contexto rural, como funcionários públicos, de empresas, e/ou comércio, e até mesmo com relação a um local apropriado para a realização da festa. Este último ponto, devido à maior parte dos moradores do Distrito concentrarem-se no meio urbano¹⁷ e a festa ser realizada impreterivelmente no meio rural, necessitando muitas vezes do empréstimo de alguma propriedade por parte de amigos e/ou parentes. Outro apontamento por esses personagens refere-se à ausência do Poder Público Municipal, que não se envolveu, nem prestigiou a manifestação, e nem mesmo deu os subsídios necessários (materiais), restringindo-se à terraplanagem das estradas de acesso apenas. Condição esta que podemos verificar durante os nove dias de Festas, mas que em interações com os agentes públicos municipais foi elucidado que, especialmente nessa festa, o desconhecimento de sua organização pelo início da gestão

¹⁷ Como foi apresentado no senso de 2010, o Distrito possui uma população total de 811 habitantes, distribuídos em 587 no meio urbano e 224 no meio rural. (IBGE, 2010 apud SOUZA, 2012).

foi uma das motivações da escassez de subsídios, fato que prometeram ser retificado nos próximos eventos.

Os dados obtidos com a aplicação de oitenta questionários durante os nove dias da Festa de São Sebastião (divididos entre visitantes/turistas e moradores locais) resultaram em um banco de dados muito relevante, e foram possíveis com o envolvimento dos alunos e alguns professores do Segundo Ciclo do Ensino fundamental, como colaboradores (Figura 32).

Figura 32: Festa e São Sebastião, comunidade escolar, momentos de entrevistas



Fonte: Souza, 2014.

Verificamos que a experiência de envolver os alunos e professores como colaboradores, mesmo que de forma breve e de caráter experimental, restrita a duas manifestações culturais (Festa de São Sebastião e Festa do Tropeiro) e com seus dois personagens representantes, foi de extrema relevância, apesar de desafiador. Isso porque, na devolutiva da tabulação dos questionários ficou evidenciado o breve interesse dos alunos pela temática que se dispersaram aos quais para participar do debate demandou constantes intervenções.

Esse episódio, também nos faz inferir ser característico das alterações sociais no mundo moderno, que sob a mediação de um conjunto de aparato midiático passa a fazer parte da vida dos alunos. Outrossim, como atestamos, a maneira breve como é retratado esses elementos no âmbito escolar não garante uma formação que assegure o reconhecimento do educando como sujeito de sua própria cultura.

Esse fato vem indicar ainda, nas observações das práticas e documentos (planos de aulas) que há outros elementos trabalhados no contexto escolar em detrimento dos elementos e dinâmicas do próprio cotidiano do aluno. Com isso, analisamos também que há uma série de proposições que são necessárias e eclodem, mesmo que preliminares, com o desenvolvimento

desse trabalho. Para a pesquisa que se propõe a partir da festa, observou-se a necessidade de traçar outros estudos com os sujeitos em questão (alunos/professores) acerca da perspectiva do turismo pedagógico, envolvendo outros elementos inerentes ao Distrito, com a técnica da história oral, e identificar quais as proposições do poder público municipal no que diz respeito às manifestações culturais e turísticas.

Portanto, reiteramos que consideramos esse trabalho relevante, pois também contribuirá na reflexão e servirá como subsídio para os projetos de turismo a serem implementados, conforme se pretende no município, levando os agentes responsáveis a compreender que, para haver uma sinergia positiva entre cultura e turismo, é necessário considerar o contexto e a participação dos atores sociais locais, a fim de garantir sua preservação e originalidade.

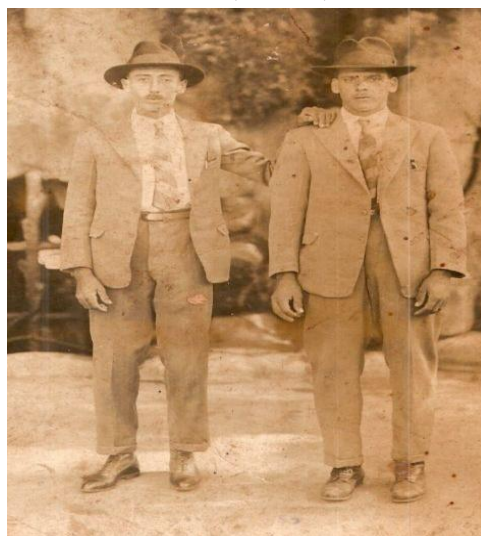
6.2.2 A Festa de São Benedito

Ao descrevermos as características e os aspectos organizacionais da Festa de São Benedito, consideramos coerente, a priori, reportar ao contexto da fundação do Distrito de Gardênia. Isso porque, de acordo com fontes orais, há duas datações acerca da chegada de seus pioneiros.

Assim convém retomar que, considerando as afirmações de Monbeig (1984) e relatos de descendentes dos pioneiros, desde o término do século XVIII e limiar do século XIX, o Distrito já estava sendo colonizado pelos projetos das frentes pioneiras. Contexto este em que se iniciou o povoamento do Distrito do lado leste do Rio Capivari e ao qual se originou a primeira festa religiosa (Festa de Sebastião), em 1918, pela família Rodrigues. Porém, há também a datação da segunda frente pioneira que se deslocou do atual Distrito de Agissê para se fixarem no então povoado de Capivari (atual Gardênia), mais precisamente no lado oeste do Rio Capivari.

Em síntese, o fato de São Benedito ser o padroeiro do Distrito deve-se ao fato de o compadre do responsável pela segunda frente de colonização ser devoto de São Benedito (Figura 33).

Figura 33: Distrito de Gardênia, Pioneiros da segunda frente de fundação, João Francisco Grillo e Pedro Abel (194[...]).



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust (2011) apud SOUZA (2012).

Desse modo, esse mesmo pioneiro doou uma gleba de terra para ser construída uma capela, e em procissão em carros de bois conduziram um crucifixo de madeira que mesmo confeccionou em sua fazenda, e ali fixou marcando o início da Festa de São Benedito em 193 [...] aproximadamente (SOUZA, 2012). Conforme afirma a autora (2012), desde sua criação até os dias atuais a festa teve fins lucrativos, justificados na época para a construção e manutenção de uma capela de alvenaria, fato consolidado nos fins da década de 1950.

Souza (2012), ao questionar o motivo da Festa ser comemorada impreterivelmente no mês de maio, uma sobrinha do pioneiro declarou que o mês oficial de comemoração é cinco de outubro, mas em vista de ser negro e representar os escravos é aceito a sua comemoração em maio, mês que também é celebrada a abolição dos escravos.

Desse modo, “a Festa de São Benedito se efetivou, transpôs gerações, modificou-se em sua forma, - pois não se faz o sorteio como antigamente, mas não perdeu o sentido para a população”. (SOUZA, 2012, p.83). Sendo um evento de grande atratividade e faz parte do calendário municipal de eventos (Figura 34).

Figura 34: Distrito de Gardênia, Festa de São Benedito, procissão.



Fonte: Souza, 2014.

Um dos aspectos semelhantes entre as festas é que ocorrem durante o fim de semana, e o sábado é reservado para a quermesse dançante, e no domingo, para a missa e procissão em louvor ao santo homenageado, com leilões de animais e prendas.

6.2.3 A Festa de Nossa Senhora Aparecida

Souza (2012), apoiando-se em fontes orais, constatou que a Festa em homenagem à Nossa Senhora Aparecida (Figura 35) se iniciou no final da década de 1970, sob a iniciativa de um grupo de jovens da comunidade local devotos da Santa. Assim, a festa teve até meados da década de 1985 a juventude local como principal grupo responsável por sua realização, mas sob a orientação dos ministros e pároco da capela.

Figura 35: Distrito de Gardênia, Festa de Nossa Senhora Aparecida, devotos em procissão.



Fonte: Souza, 2014.

A festa, que faz parte se realiza no mês que se comemora o dia da aparição de Nossa Senhora Aparecida, mas não necessariamente dia doze, pois é privilegiado o fim de semana, onde são realizadas quermesse dançante com a venda de bebidas, assados e aperitivos. Mesmo as prendas sendo angariadas e preparadas com a ajuda da comunidade (Figura 36), todas são revertidas em alimentos que são vendidos com o objetivo de custeio e manutenção do salão paroquial e da capela.

Figura 36: Distrito de Gardênia, Festa de Nossa Senhora Aparecida, comunidade preparando os alimentos



Fonte: Souza, 2014.

Constatamos que a comunidade considera relevante a festa de Nossa Senhora assim como os demais eventos terem fins recreativos e lucrativos, pois ressaltou a relevância de verbas para a conservação da capela e do salão paroquial. Acrescentaram ainda, que em vista da burocracia e morosidade na obtenção de recursos por parte do Poder Público Municipal, é relevante a comunidade ter em parte uma reserva financeira.

Como visto, essa festa perdeu algumas características originais, mas não deixou ser relevante para a comunidade, sendo um momento impar de devoção e interação social, atraindo a região, e tornando-a conhecida.

Nesse sentido, conforme observou Souza (2012), a juventude veio progressivamente perdendo o interesse pela sua realização, estando atualmente sob responsabilidade de um casal membro da direção da capela.

A autora (2012) atribui esse episódio a dois fatores: por um lado, pelas mudanças sociais ocorridas com o processo de modernização; por outro, pela contínua perda da população jovem (Tabela 4), que se deslocaram para outros municípios e/ou estados em busca de empregos, onde a faixa predominante apontada no último censo (2010) se localiza em torno de sessenta a sessenta e nove anos, com 12,8%.

Tabela 4: Distrito de Gardênia, dados percentuais de longevidade.

Faixa Etária	Censo 2000		Censo 2010	
	População	%	População	%
0 á 4	65	7,1%	38	4,7%
5 á 9	74	8,1%	53	6,5%
10 á 14	70	7,6%	62	7,7%
15 á 19	89	9,7%	62	7,7%
20 á 29	144	15,7%	98	12,1%
30 á 39	150	16,4%	113	13,9%
40 á 49	94	10,3%	126	15,5%
50 á 59	121	13,2%	95	11,7%
60 á 69	72	7,9%	104	12,8%
70 á 79	30	3,3%	50	6,2%
80 ou +	6	0,7%	10	1,2%
Total	915	100%	811	100%

Fonte: IBGE, Sensos Demográficos de 2000 e 2010 apud SOUZA, 2012.

Desse modo, analisamos que essa perda da população jovem reflete nas dimensões sociais, notadamente, nas manifestações culturais que correm o risco de perecerem pela escassez de representantes, além de indicar ao Poder Público Municipal que ações visando reverter o quadro de envelhecimento populacional são fundamentais.

6.2.4 A Festa do Tropeiro

A Festa do Tropeiro comemorou nesse ano de 2014 sua 18ª edição, e, segundo Souza (2012,p. 87-88):

- Também é um evento de grande repercussão na região e que atrai um público diversificado, tem em suas raízes a lida com a pecuária. Essa festa teve início oficialmente em setembro de 1996 por iniciativa de um tradicional morador do distrito, que motivado a reviver e a resgatar sua extinta profissão de tropeiro, realiza esse evento anualmente no mês de setembro (2012, p.87-88).

Nesse sentido, o entrevistado (n, 2014) ressaltou que a festa se oficializou em 1996; entretanto, desde 1994 realizava pequenos rodeios com os amigos e alguns membros da comunidade local apesar de ter encontrado diversas barreiras por não haver na época uma propriedade que fosse própria. Todavia, esses percalços foram superados em vista de tamanha admiração pela tradição tropeira, como elucida:

- Desde os cinco anos de idade eu já lidava com o gado...foi isso que meu pai ensinou...antes de constituir família ele tinha sido tropeiro...ele me ensinou o trabalho desde cedo...fugi da escola aos doze anos para trabalhar...meu sonho era sair na estrada para tocar boiada...ficava na beira do estradão esperando as grandes comitivas passar...aqui tinha dois pousos de boiada...um na beira do Rio Capivari e outro na fazenda a frente...hoje tomada pela cana-de-açúcar...um dia desci na beira do rio só pra pergunta ao cozinheiro e para os peões sobre o que eu precisava para montar uma comitiva...eles me explicaram...e guardo até hoje...disseram que o mais importante era eu ter um cargueiro...mas como eu não tinha condições de comprar...tive que cair no estradão a trabalho para os outros e não por conta própria...eu tive paixão por essa vida...fiquei nesse ramo por três anos...daí veio o progresso e começou a atrapalhar...os caminhões...as estradas...começaram a substituir a nossa função [...] então me frustrai...resolvi ir embora pro Mato Grosso de vez...combinei com alguns amigos do local e da região que eu faria uma festa de despedida...isso em 1996...eu queria além de me despedir...homenagear todas as pessoas que gostavam dessa vida. Pois aqui era a principal atividade da época...a festa foi um sucesso, me surpreendi...achei que viria somente meus amigos...daí me lembro...deu um público de um pouco mais de cem pessoas...foi emocionante...cheguei a ir para Mato Grosso depois...como não deu certo a comitiva, mudei de ramo, passei a comprar tropa para vender tropa para os frigoríficos King Mit e Rei do Gado do estado do Paraná que exportava carne de cavalos. Com o tempo os frigoríficos fecharam...minha saúde não era a das melhores...então resolvi voltar...e uma forma de representar e cultivar tradição é através da festa como vocês poderão comprovar agora dia sete próximo...me emociono e me sinto realizado [...]. (SOUZA, 2012, p.88).

Conforme relatou o entrevistado, a culminância da Festa se dá em sete de setembro, (Figura 37) data em que se comemora a independência do Brasil; assim, devido a um acordo assumido, tem a participação da escola, o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal de Rancharia. É costume ainda na véspera, a realização de quermesse, com vendas de bebidas, aperitivos, bailes e coroação da Rainha da Festa.

Figura 37: Distrito de Gardênia, cartaz da Festa do Tropeiro.



Fonte: Família Danelon, 2014.

Além do tradicional desfile cívico com a apresentação da fanfarra e a cavalgada, no dia sete de setembro também é servido um almoço com cardápio típico, com tutu de feijão e arroz tropeiro para toda a comunidade, realizados a partir da arrecadação de prendas doadas.

Assim, o entrevistado (n,2014) corrobora que uma das principais motivações em realizar a festa foi o gosto pela lida com o gado, o incentivo de amigos que também tiveram essa experiência e se reúnem em prol do mesmo objetivo, que é resgatar a tradição e assim tentar preservá-la por meio da representatividade. Seu maior ícone foi seu pai que teve como profissão a lida com o gado, o que fez com que seguisse o ofício de tropeiro desde a mais tenra idade (13 anos), na posição de culatreiro¹⁸. Porém, o entrevistado pondera que, apesar do gosto pelo ofício de tropeiro, era muito desgastante em vista de ficar exposto a chuva e o sol, além das longas distâncias percorridas, que chegavam até treze dias de viagens, situação em que adoeceu e teve que retornar para a casa de seus pais no Distrito de Gardênia para um intensivo tratamento de saúde (E, n, 2014).

¹⁸ Em uma comitiva de tropeiros, o culatreiro segundo o entrevistado (n, 2014) assumia a função de retaguarda, de tocar o gado e de cuidar para que não retorne a boiada.

As comitivas que participava tinham o objetivo de comercializar gado entre os Estados de São Paulo e Paraná, que variavam de quinhentos a mil animais, só retornando quando a missão estava cumprida (E,n, 2014). Como demonstrou Monbeig (1984), o Distrito de Gardênia foi uma das importantes rotas de boiadas que seguiam para Mato Grosso e Paraná para a comercialização e para a engorda nos campos nativos dessas regiões. As características de uma comitiva também são explicitadas por esse autor com muita autenticidade:

- [...] Um espetáculo comum é o encontro de uma boiada de várias centenas de animais, mil no máximo, guiados por uma escolta imutavelmente constituída. O chefe, também chamado capataz ou comissário, decide as etapas e negocia o rebanho, seja por conta própria ou por conta de terceiros. Ele precede cortejo, acompanhado por um sinaleiro, o ponteiro que ao som de uma trompa, avisa os camaradas sobre as paradas ou as travessias dos ribeirões. Os guias, cujo número depende do tamanho do rebanho, colocam-se a frente ou dos lados e o chave fica na “retaguarda”. Vem que tem a seu cargo os bezerros, às vezes nascidos durante a viagem e incapazes de acompanhar a tropa. Um personagem muito importante, o cozinheiro, fica dispensado do trabalho e, partindo sozinho à frente vai preparando o acampamento para seus camaradas [...] o capataz fixa a marcha para o dia seguinte, de acordo com o estado do gado, seu conhecimento dos pousos e as informações recebidas sobre as situações dos pastos [...] (MONBEIG, 1984, p. 306 apud SOUZA, 2012, p.89).

O entrevistado destaca que havia muita resistência por parte de alguns amigos que possuíam propriedade rural, em consentir que se realizassem rodeios, pois consideravam uma atividade de grande risco. Situação essa exposta com emoção pelo entrevistado:

- [...] eu trabalhava pro seu Dito Elias (**patrão do entrevistado**) e ele levava nós por aí pras brincadeiras de montaria...nóis era todos mulecote...chegava todos estrupados, arrebetados (pausa) e ela ficava brava hein com nós...aí um dia eu falei, sei Dito dexa a gente fazê uma arena aqui no sítio do senhor...ele dexô, mas a Dona Duvina esposa dele não dexô de jeito nenhum...[...] aí eu falei assim [...] Dona Duvina, um dia Deus vai me dar um pedaço de terra e daí eu quero fazê uma arena pra eu monta nos meus bois e cavalos [...] e ninguém me encher o saco...(pausa) e graças a Deus Deus deu memo né?[...] aí eu comecei a laçar...laço comprido, porque é aquela lida do dia a dia que a gente aprendeu...a laçar o gado no campo para dar remédio, curar...enfim, que hoje em dia é uma modalidade de prova, como você vê aqui [...] aí nessa época fiquei na solidão memo (choro), a família não aceitou que eu lidasse com isso

(rodeios e provas) até falava que pião é vagabundo...[...] (E, k, 2014).

Descreveu que a interlocução da Festa do Tropeiro, desde sua oficialização em 1996 com a comemoração da independência do Brasil em sete de setembro, foi muito importante, pois veio contribuir para consolidar a festa e, assim, envolver a comunidade escolar com a cultura local (Figura 38).

Figura 38: Festa do Tropeiro, desfile representativo II.



Fonte: Souza, 2014.

Como relatou a equipe gestora da escola, o desfile nesse ano teve o diferencial de representar, por meio de carros alegóricos (Figuras 38 e 39) os atrativos presentes no Distrito, como a pesca e a agricultura. Esse feito veio contribuir para maior envolvimento da comunidade escolar com a temática, pois desde meados da década de 1990, a participação dos alunos e professores limitavam-se à fanfarra, e na apreciação da cavalgada. Houve ainda como diferencial a participação das demais escolas municipais localizadas na sede do município.

Figura 38: Festa do Tropeiro, desfile temático I.



Fonte: Souza, 2014.

Figura 39: Festa do Tropeiro, desfile temático.



Fonte: Souza, 2014.

A realização de entrevista de história oral no contexto escolar (Figura 40) possibilitou que alunos e professores conhecessem a história de vida do idealizador da festa (E, n, 2014) enquanto tropeiro, e simultaneamente após sua explanação, esclareceu dúvidas e curiosidades a respeito desse ofício, assim como expôs alguns objetos e registros fotográficos de seu arquivo pessoal. De modo geral, a experiência foi avaliada como positiva, dinâmica e enriquecedora por todas as partes envolvidas (entrevistado, professores e alunos), sobretudo por ter sido inédita.

Figura40: Distrito de Gardênia, entrevista de história oral no âmbito escolar.



Fonte: Souza, 2014.

O entrevistado (n, 2014), além de narrar sua experiência, ressaltou com emoção a importância do resgate dessa tradição no âmbito escolar, especialmente por estarmos num contexto moderno em que há o predomínio da mídia em detrimento das manifestações culturais. Quando interrogado pelos alunos sobre a continuidade da festa, este destacou que enquanto viver ela será realizada, mas teme que seus descendentes não deem continuidade.

Desse modo, em consonância com Souza (2012), averiguamos que com a efemeridade dos ciclos produtivos em que o espaço é continuamente requalificado, as festas tradicionais vêm contribuir por preservar a cultura popular, e simultaneamente por meio de suas manifestações representativas (desfiles, rezas, cânticos, etc.) garantir que outras gerações a vivenciem.

Constatamos ainda, que o desfile é aguardado com euforia para ser apreciado pela comunidade e visitantes, que vem prestigiar familiares e amigos que dele participam. Nesse sentido, em acordo com Souza (2012), atestamos em fontes orais, que alguns participantes que outrora teve como ofício a lida com o gado consideram que o progresso contribuiu com a decadência de tradições como o tropeirismo; porém, reconhecem ser um processo natural da modernização. Ademais para esses participantes a festa é um momento especial de relembrar e transmitir as tradições para seus descendentes, mesmo que representativa.

Assim, Souza (2012) apreende que as festas que são realizadas no Distrito também vêm contribuir com a economia local, pois os participantes, de modo geral, recorrem ao comércio local para satisfazer suas necessidades de consumo. Essa conjuntura assinala a relevância da realização de capacitações com a comunidade local no Distrito por parte dos órgãos competentes (SEBRAE em parceria com a prefeitura), considerando o contexto atual de uso e a apropriação do espaço pelo turismo.

6.2.5 O Fest Peixe

O Fest Peixe foi um evento criado a partir de 2003, com a iniciativa da Prefeitura Municipal de Rancharia e um grupo formado por aproximadamente dez moradores locais do Distrito de Gardênia, cujo interesse era desenvolver atividades relacionadas ao contexto da pesca (SOUZA, 2012). Assim, devido à ausência de um local apropriado e com infraestrutura adequada, as primeiras cinco edições se realizaram em um pesqueiro próximo à área urbana do Distrito (Pesqueiro Sivuca), pertencente a um dos membros da comissão organizadora (SOUZA, 2012).

Desse modo, conforme verificou Souza (2012), o evento foi avaliado positivamente pela comunidade, envolvendo além de seus organizadores, toda a comunidade escolar, que além de realizar concursos de redações acerca do Distrito, expõem registros fotográficos e de desenhos realizados pelos alunos dos diversos níveis de ensino da Escola Municipal. Simultaneamente, a autora (2012) constatou, por meio de fontes orais, que os organizadores consideraram a Festa como um evento relevante para o Distrito devido à significativa quantidade de visitantes oriundos de diversas cidades da região e de outros estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná, que vem apreciar o evento e/ou participarem da competição. Na ocasião, alguns dos organizadores mencionaram com empolgação sobre a conquista de um terreno municipal que havia sido cedido à comunidade para a realização das demais edições da festa (SOUZA, 2012).

Assim, a partir de 2008, o Fest Peixe é realizado em um espaço cedido pelo Poder Público Municipal como prometido, celebrando nesse ano de 2014 sua 9ª edição (Figura 41).

Figura 41: Distrito de Gardênia, Fest Peixe cartaz ilustrativo.



Fonte: Souza, 2014.

Como relatou Souza (2012), seus aspectos organizacionais consistem em um torneio de pesca, em que os participantes inscritos (duplas ou mais integrantes), a partir de uma indicação de largada (Figura 40), com tempo pré-estabelecido (saída às 08h:00min e chegada às 18:00h), lançam-se à Represa Capivara com o objetivo de pescar o maior peixe do torneio.

Figura 40: Distrito de Gardênia, Fest 'Peixe, largada do torneio, 2013.



Fonte: Souza, 2013.

Nessa 9ª edição foram realizadas cinquenta e seis inscrições, sendo quatro participantes da modalidade pesca de barranco, oriundos de cidades do estado de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A Festa, no ano de 2014, contou com a diferencial realização da Associação dos Piscicultores de Rancharia, com apoio da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Câmara Municipal e Prefeitura de Rancharia por meio da SECULT, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAM). Por isso, possibilitou durante o dia todo a realização de apresentação de banda musical, a distribuição de mudas de árvores diversas buscando a conscientização dos participantes da importância do reflorestamento.

A parceria com a UNOESTE (Figura 42), que por meio da participação dos professores e alunos dos cursos de veterinária, zootecnia, jornalismo, agronomia e gastronomia, realizaram a degustação de peixe grelhado com molho de maracujá ou de ervas, doce de leite, licor de pêssego e figo. Houve também praça de alimentação com petiscos e porções, e brinquedos infantis.

Figura 42: Distrito de Gardênia, Fest Peixe, equipe de gastronomia.



Fonte: Souza, 2014.

Observamos que houve nesse evento a participação efetiva do Poder Público Municipal através de subsídios materiais, como toldos, tendas, palco, banheiros químicos, além de equipe especializada, como corpo de bombeiros, enfermagem e guardas municipais (Figura 43).

Figura 43: Distrito de Gardênia, Fest Peixe, Guardas Municipais.



Fonte: Souza, 2014.

Nessa edição foram premiadas, conforme anunciado, as três maiores espécies pescadas, em que respectivamente, o primeiro lugar foi o Peixe Barbado, com 1, 320 kg pela equipe de Assis/SP; o segundo lugar o Peixe Tucunaré, com 1,225 kg pela equipe do Distrito de Gardênia; e o terceiro lugar também com o Tucunaré pela equipe de Maracaí/SP.

Tomando por base os estudos a priori (SOUZA, 2012), analisamos que apesar da maior participação do Poder Público Municipal, por parte de subsídios materiais e do aumento de parcerias diversas, da conquista de um local específico para a realização do evento, almejado pela comunidade local, as cinco primeiras edições do evento tiveram maior participação e envolvimento da comunidade local. Essa observação nos faz inferir que é necessário que os Agentes Públicos municipais deem maior autonomia para que a própria comunidade se organize, de modo a também se responsabilizarem pela festa, e que não se restrinjam apenas na venda de alimentos e bebidas. Avaliamos que a perda da identidade, das características organizacionais próprias vem desmotivar a população local.

Outra adversidade que notamos ter se acentuado no tocante a esse evento, que tem vínculo estrito com a água, são as oscilações no nível da Represa Capivari (Figura 44) nos últimos sete anos, agravado pela estiagem e o uso para o abastecimento de áreas com déficit hídrico, considerando que a Represa é utilizada como reservatório pela Usina Capivara¹⁹. Quanto a isso, foi nos esclarecido por responsável técnico da usina que em geral os níveis dos reservatórios tem diminuído em razão de recorrentes períodos de estiagem, exigindo desse modo que os reservatórios suprem as demandas de outros reservatórios que abrangem essa empresa.

¹⁹Conforme expôs Souza (2012), com a apropriação e represamento do Rio Capivari concretizado em 1977 pela Duke Energy Internacional como parte do processo de construção da Usina Hidrelétrica Capivara em Porecatú no Estado do Paraná, uma das maiores do Rio Parapanema. Desde então a Represa do Capivari passou a constituir reservatório desse empreendimento.

Figura 44: Distrito de Gardênia, Represa do Capivari, vista parcial.



Fonte: Souza, 2014.

Constatamos que esse fato tem causado descontentamento tanto a comunidade local do Distrito que por um lado a utiliza para a pesca de subsistência e, por outro lado, como um atrativo turístico relevante capaz de dinamizar a economia local; e para os turistas que investiram adquirindo propriedade tendo a represa como principal atrativo para a prática da pesca. Nesse contexto, foi verificado que duas edições do Fest Peixe foram canceladas em virtude da escassez de água na Represa, e na tentativa de garantir a realização do evento, foi comemorado esse ano de 2014 no mês de setembro, diferentemente das edições anteriores que eram comemoradas entre os meses de abril ou maio.

Ademais, alguns membros da comunidade tem buscado amparo junto ao Poder Público Municipal para interceder junto ao Ministério da Pesca na tentativa de elaborar projeto que possa resultar numa possível construção de uma muro de contenção na Represa. Esse feito, na perspectiva desses sujeitos minimizaria os problemas decorridos do uso das águas da Represa, já que passará a ter um limite de sua capacidade de abastecimento. No momento não há devolutivas concretas sobre esse feito, mas a comunidade está confiante na conscientização dos agentes públicos diante desse fato.

6.3 Resultados e análises das informações obtidas nas festividades realizadas no Distrito de Gardênia

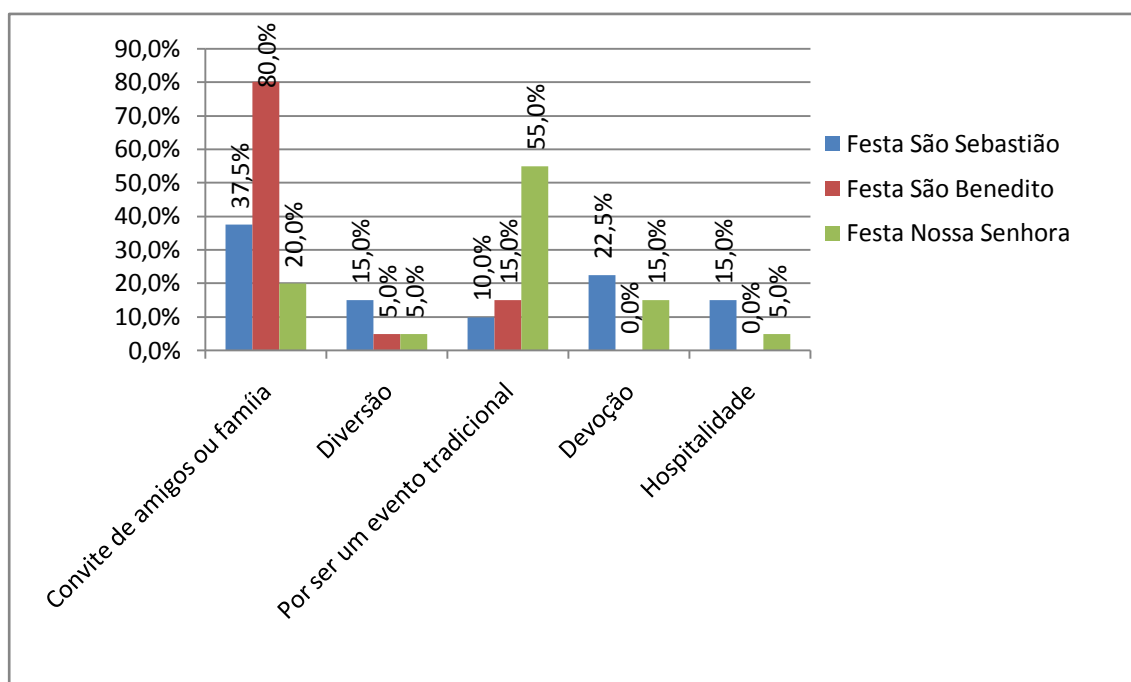
6.3.1 Visitantes/Turistas

A aplicação de questionários nos eventos existentes no Distrito abrangeu os visitantes/turistas e os moradores locais e teve o intuito de averiguar o perfil e as opiniões com relação aos atrativos culturais visitados, como já explicitados, a Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Festa do Tropeiro, Fest Peixe e Festa de Nossa Senhora. Para o primeiro grupo (visitantes/turistas), as questões foram embasadas nas motivações em participar, as opiniões sobre a infraestrutura básica e turística existente no evento e no Distrito, a sua frequência no Distrito, qual a ocupação, o nível de escolaridade, se possui propriedade no Distrito, se visita outro atrativo turístico além do evento que prestigia, e o meio de transporte utilizado quando vem ao Distrito de Gardênia.

Dessa maneira, essa técnica associada às observações *in loco* possibilitaram a construção de um banco de dados com informações valiosas, que servirão de base para as ações pretendidas pelo Poder Público Municipal e também pela comunidade escolar. Assim, de modo mais preciso, para esses primeiros agentes (Poder Público Municipal), por terem a iminente pretensão da elaboração de um Plano Municipal de Turismo, e para o segundo, o intuito de acrescentar nos planos de aula e Projeto Político Pedagógico temas relacionados às dinâmicas que ocorrem no contexto do aluno. Porém, ressaltamos que, por ter reunido um conjunto considerável de informações, haverá posteriormente no desenvolvimento da pesquisa a explanação da hierarquização das sugestões indicadas por esses visitantes.

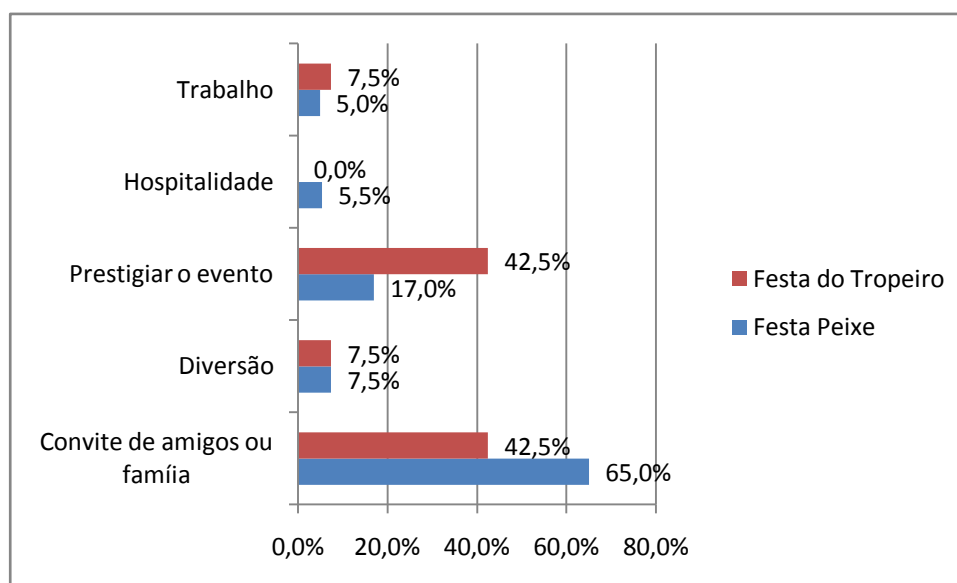
Dessa maneira, ilustramos as informações dividindo-as de acordo com suas regularidades, como as festas de cunho religioso, e posteriormente outros eventos desvinculados do contexto sacro, como Festa do Tropeiro e Fest Peixe.

Portanto, analisando o Gráfico 1, constatamos que as motivações que levam os visitantes/turistas a frequentarem as festas tradicionais religiosas, seguindo as ordens que foram citadas, concentram-se em torno do convite, da divulgação por parte dos amigos/parentes que já haviam participado. Segue também as motivações relacionadas por ser um evento diferente, tradicional, e outras motivações.

Gráfico1: Festividades religiosas, visitantes/turistas, motivações em participar.

Fonte: Souza, 2014.

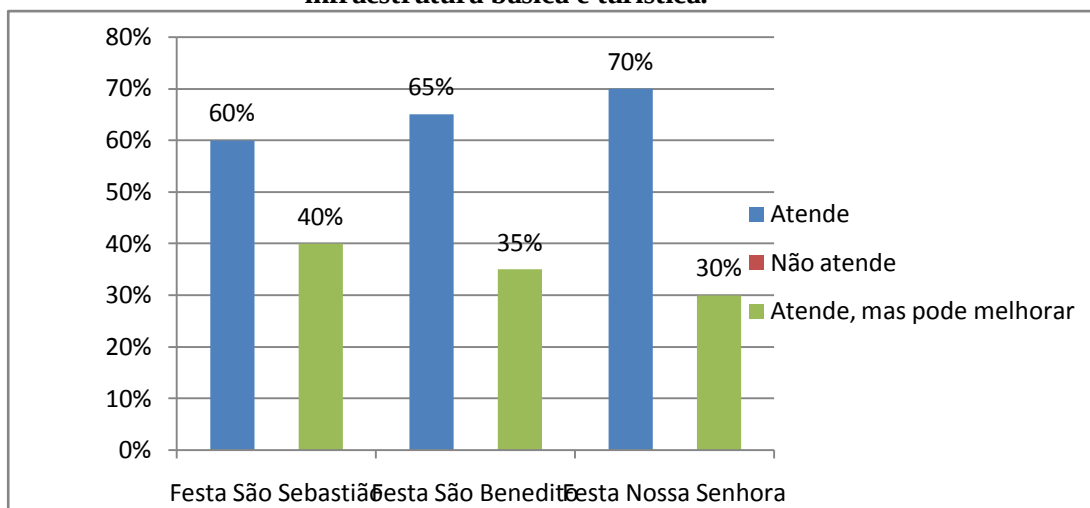
Com relação aos eventos desvinculados do universo sacro, os dados apresentados no Gráfico 2 evidenciam o destaque das motivações associadas ao convite de amigos e famílias, além do desejo de prestigiar o evento, o trabalho e a diversão.

Gráfico2: Festividades desvinculada do universo sacro, visitantes/turistas, motivações.

Fonte: Souza, 2014.

As opiniões a respeito dos aspectos organizacionais, especialmente da infraestrutura básica e turística existente no Distrito e no local do evento, são expressas no Gráfico 3. Assim, sua análise aponta que no contexto das festividades tradicionais religiosas, as opiniões sobre a infraestrutura básica e turística no local do evento e no Distrito redundou num relevante, diverso e vasto conjunto de informações.

Gráfico 3: Distrito de Gardênia, festividades religiosas, visitantes/turistas, opinião sobre infraestrutura básica e turística.



Fonte: Souza, 2014.

Assim, de modo geral, conforme exposto, majoritariamente os visitantes turistas consideram que a infraestrutura básica e turística atendem suas necessidades, esse quesito foi avaliado pelos participantes como positivo pois, todos os recursos materiais existentes nos locais dessas festividades, como, sanitários, mesas, recepção, atendimento entre outros estavam de acordo com suas necessidades.

Todavia, os apontamentos de que as infraestrutura atendem em parte as necessidades dos visitantes precisam serem avaliados tanto pelos organizadores, bem como pelos Agentes Públicos responsáveis. Pois conforme se pode corroborar incluem: aumento no número de cadeiras, mesas e utensílios (pratos, talheres); fixação de placas indicativas do evento; melhoria nas estradas de acesso, como recapitamento e manutenção das estradas rurais; manutenção de limpeza de sanitários durante os eventos; disponibilizadade de tendas maiores; aumentar o número de ventiladores; de pontos de vendas de tickets de refeições, assim como dos balcões para a retirada dos alimentos pelo público evitando-se assim habituais filas; dispor de máquinas de cartão de créditos entre outros. Como explicitado no gráfico nota-se

que nenhum dos participantes responderam não atende, demonstrando que, que de alguma forma a infraestrutura atende as necessidades deles.

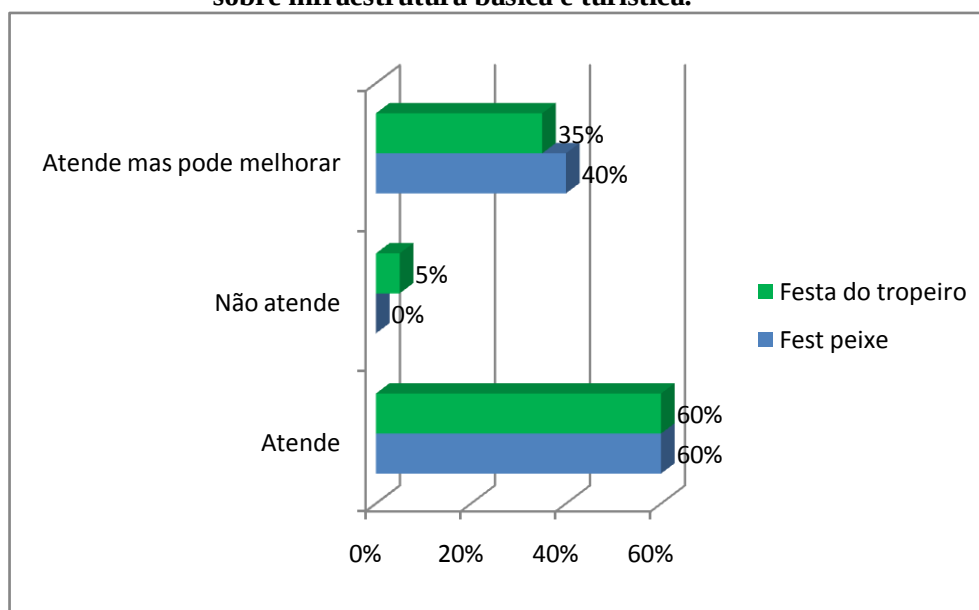
Nesse sentido, Ansarah (2000) ressalta a relevância de se conhecer as características e anseios dos consumidores (visitantes/turistas) para empreender ações que venham melhor atendê-los.

Do mesmo modo, acrescenta a autora (2000) que essas apreensões auxiliam na identificação da segmentação, que é outra técnica dentro da pesquisa de mercado que auxiliará de modo mais amplo na identificação de elementos, que também coordenarão os planos de desenvolvimento turístico.

Com relação aos outros dois eventos (Festa do Tropeiro e Fest Peixe), o Gráfico 4 vem apresentar que as opiniões sobre a infraestrutura são unânimes no quesito atende às necessidades de seus participantes; Assim, como as apontadas nas festividades religiosas, somam-se a disponibilidade de profissionais, como bombeiros, enfermeiros e policiais essenciais para a garantia da segurança do público, além de palcos que possibilita a apreciação dos artistas.

A respeito das indicações que de as infraestrutura básica e turísticas atendem as necessidades dos visitantes mas podem ser melhoradas, observamos que são as mesmas apontadas nas festividades religiosas.

Gráfico4: Distrito de Gardênia, festividades desvinculada do sacro, visitantes/turistas, opinião sobre infraestrutura básica e turística.



Fonte: Souza, 2014.

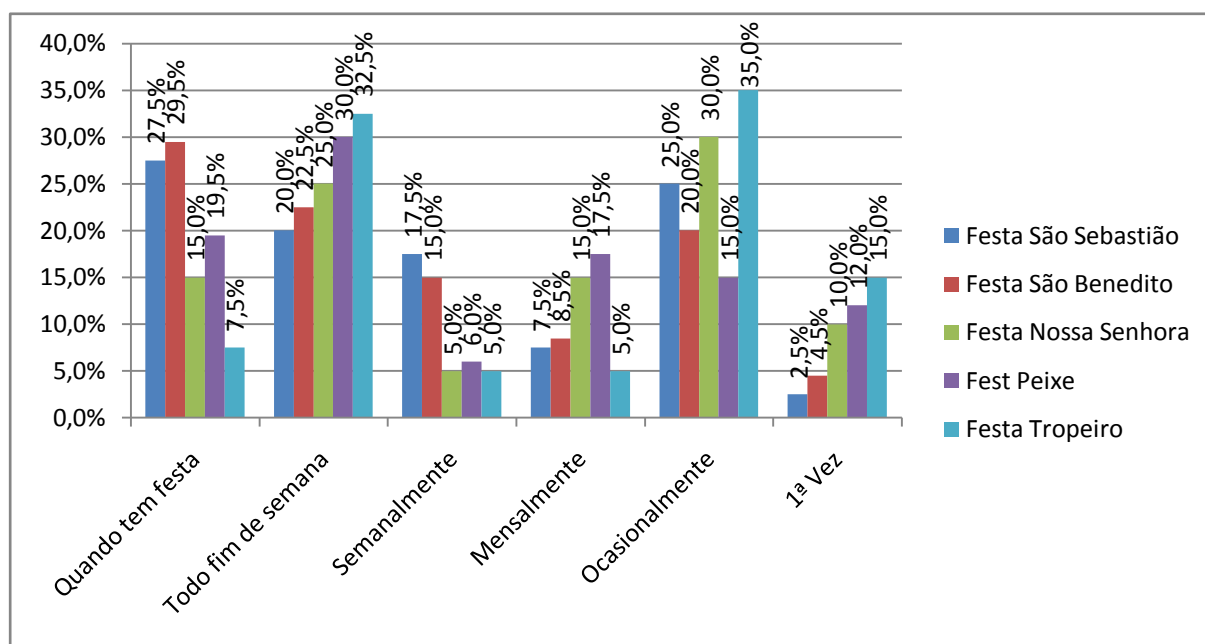
Entretanto, como pode-se verificar, uma pequena parcela de visitantes consideram que a infraestrutura básica e turística não atende as necessidades básicas dos participantes, embora não quisessem exemplificar. Isto posto, mesmo que os dados sobre o quesito infraestrutura básica e turística serem apresentadas separadamente por festividades (religiosas e não religiosas) compilando os dados da mesmas tem-se conforme o quadro 1 um relevante banco de informações que poderão ser utilizados pelos agentes públicos municipais nos projetos turísticos que se pretende empreender.

Quadro 1: festividades, visitantes/ turistas, categorização das opiniões sobre infraestrutura básica e turística

Aspectos a melhorar	Festa de São Sebastião	Festa de São Benedito	Fest Peixe	Festa do Tropeiro	Festa de Nossa Sra. Aparecida
Transporte coletivo	X				
Sinalização: Estrada/local do evento	X	x	x	x	X
Assentos/cadeiras	X	x	x	x	X
Manutenção-praça pública	X	x	x	x	X
Banheiro público		x	x	x	X
Estacionamento				x	
Ampliar o salão		x			X
Balcões de atendimento		x	x	x	X
Local de eventos	X			x	
Recapilar o local e estradas de acesso	X		x	x	
Água potável	X	x	x	x	X
Rampa pública para desembarque	X	x	x	x	X
Quiosque/hotel	X		x	x	
Pavimentação asfáltica (Distrito/local do evento)	X	x	x	x	X
Placas indicativas	X	x	x	x	X
Estacionamento	X			x	
Cadeiras e mesas	X	x	x	x	X
Pavimentação no Distrito e/ou local do evento	X	x	x	x	X
Banheiro químico	X		x	x	
Ventilação		x			X
Máquina de cartão magnético	X	x			X
Coleta de lixo	x	x	x	x	X

Fonte: Souza, 2014.

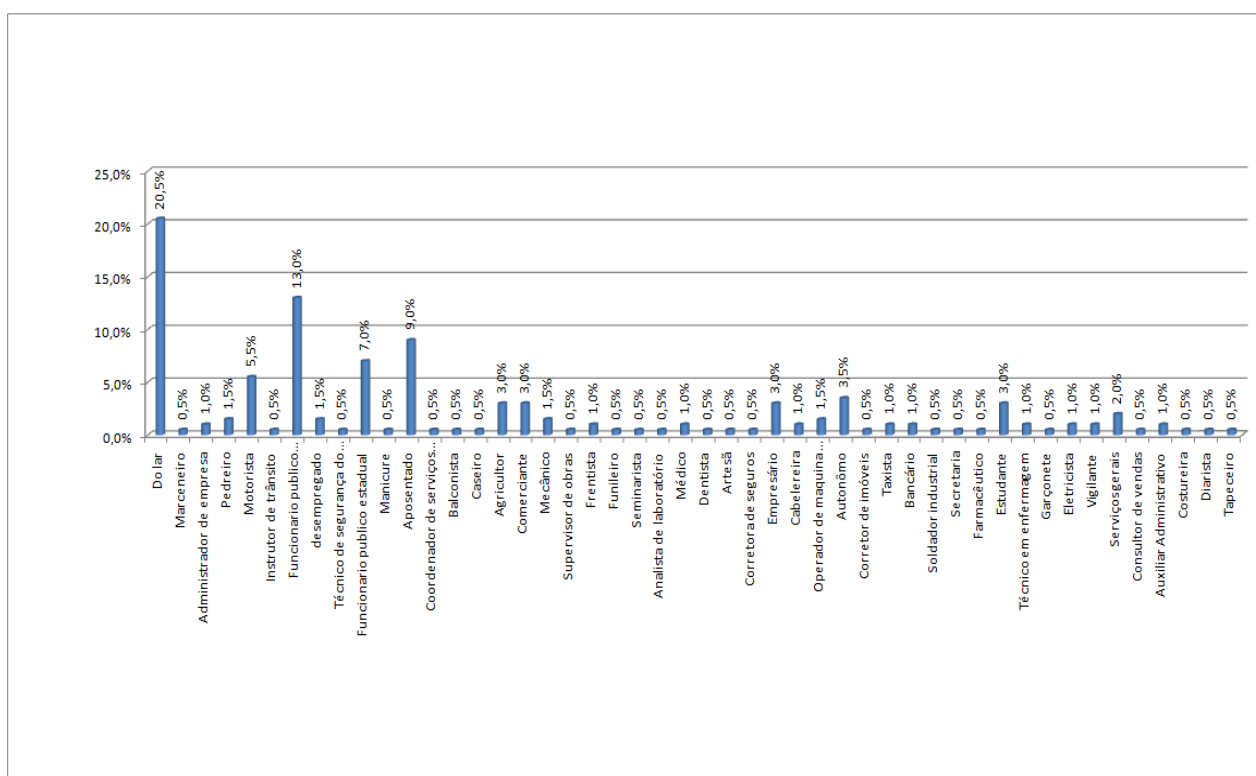
No tocante à frequência dos visitantes/turistas presentes nas festividades no Distrito (Gráfico 5), há um diverso índice de percentual, expressadas entre quando tem festa, todo fim de semana, semanalmente, ocasionalmente e pela primeira vez.

Gráfico5: Distrito de Gardênia, Festividades, visitantes/turistas, frequência no Distrito.

Fonte: Souza, 2014.

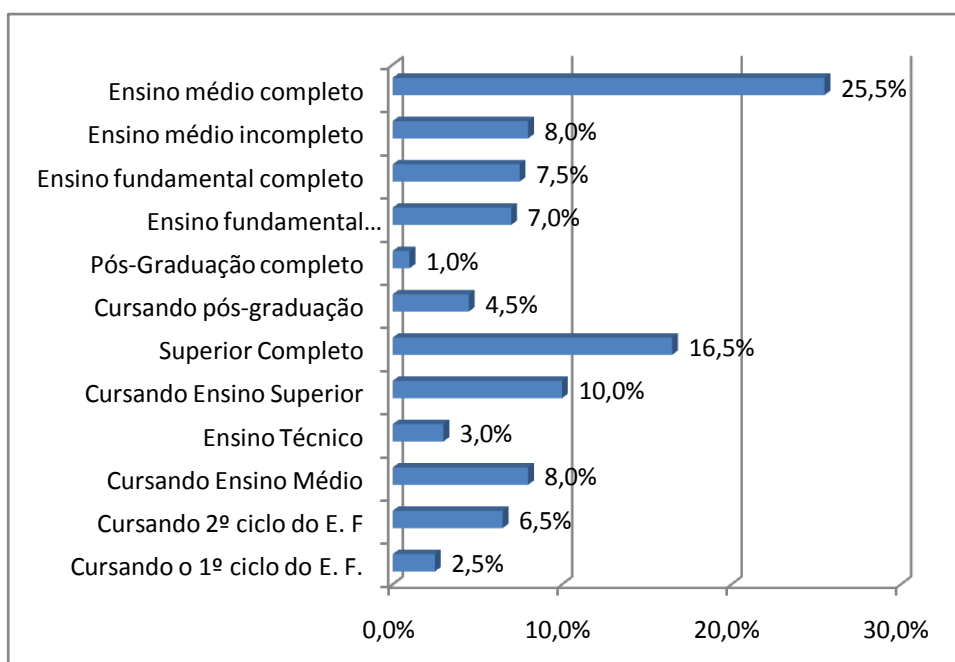
Esses aspectos vêm assinalar que, enquanto uma grande maioria visita o Distrito ocasionalmente, há também aqueles que visitam todo fim de semana, equilibrando os dados. Quanto às ocupações dos visitantes/turistas (Gráfico 6) presentes nos eventos no Distrito, constatamos que são diversas, mas, considerando a três maiores proporções, majoritariamente compõem-se do lar, de funcionários públicos municipais e aposentados. Esses elementos indicam que há perfis variados de visitantes, e que o interesse por apreciar, conhecer e reviver tradições abrange todas as classes sociais.

Gráfico 6: Distrito de Gardênia, festividades, Visitantes/turistas – ocupações.



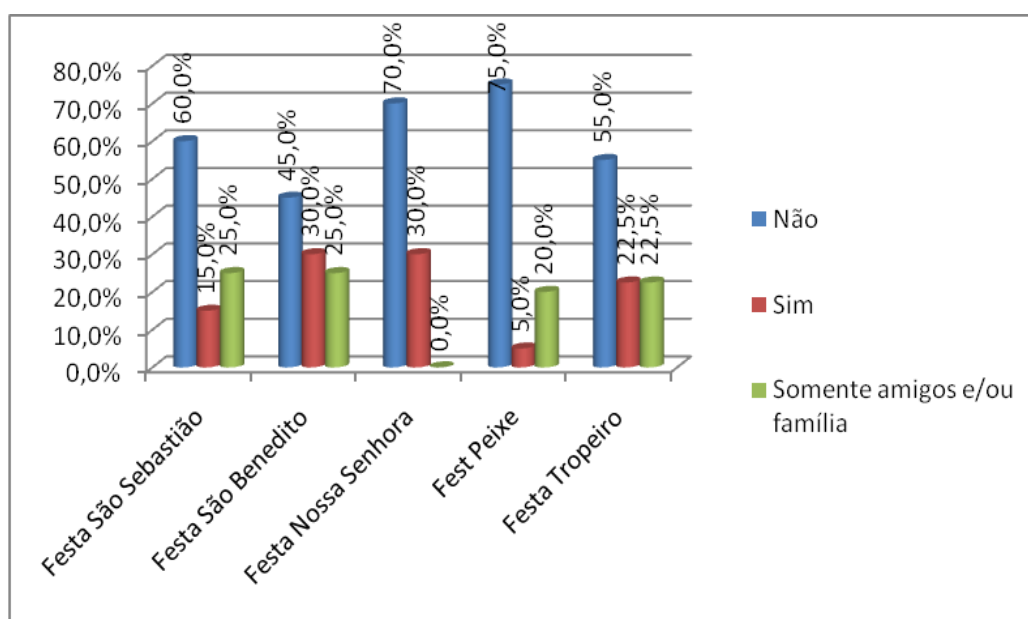
Fonte: Souza, 2014.

No que concerne ao nível de escolaridade dos visitantes/turistas, podemos verificar no Gráfico 7 que são de escolaridades diversificadas, mas predomina o ensino médio completo, acompanhado por superior completo e cursando o ensino superior, atestando um público de perfil heterogêneo.

Gráfico 7: Festividades, visitantes/turistas, nível de escolaridade.

Fonte: Souza, 2014.

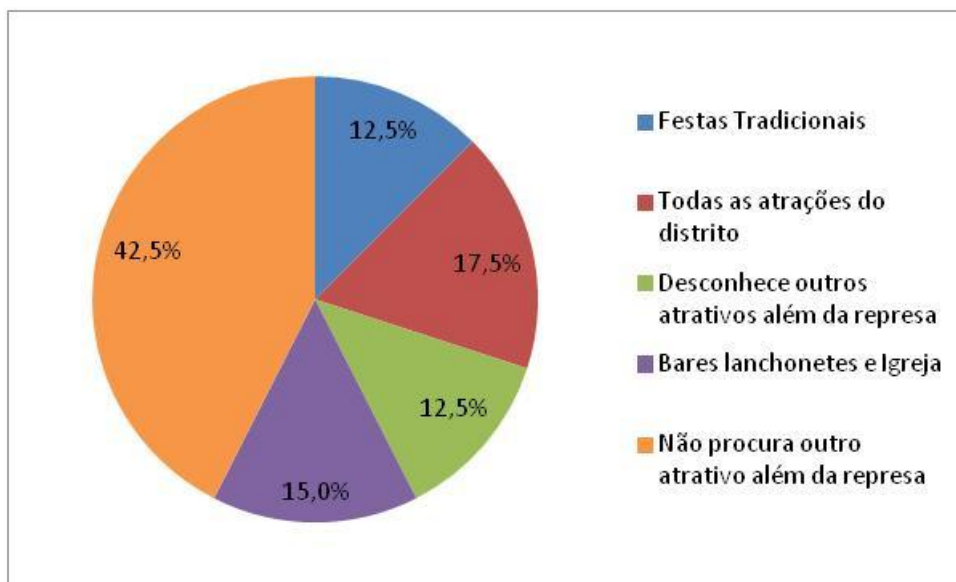
O Gráfico 8 mostra que majoritariamente (73%) dos visitantes/turistas que participaram das festividades no Distrito, não possuem propriedade, mas conforme exposto há aqueles que possuem e ou que tem membros da família ou amigos que possuem.

Gráfico8 : Distrito de Gardênia, festividades, possuem propriedade no Distrito.

Fonte: Souza, 2014.

O Gráfico 9 atesta que os atrativos turísticos visitados pelos participantes das festividades limitam-se em torno dos próprios eventos; contudo, há uma parcela que indicou às vezes procurar outros atrativos, e outra parte afirmou que os busca, como bares, lanchonetes, igreja e a Represa Capivara.

Gráfico9: Distrito de Gardênia, festividades, atrativos turísticos visitados.



Fonte: Souza, 2014.

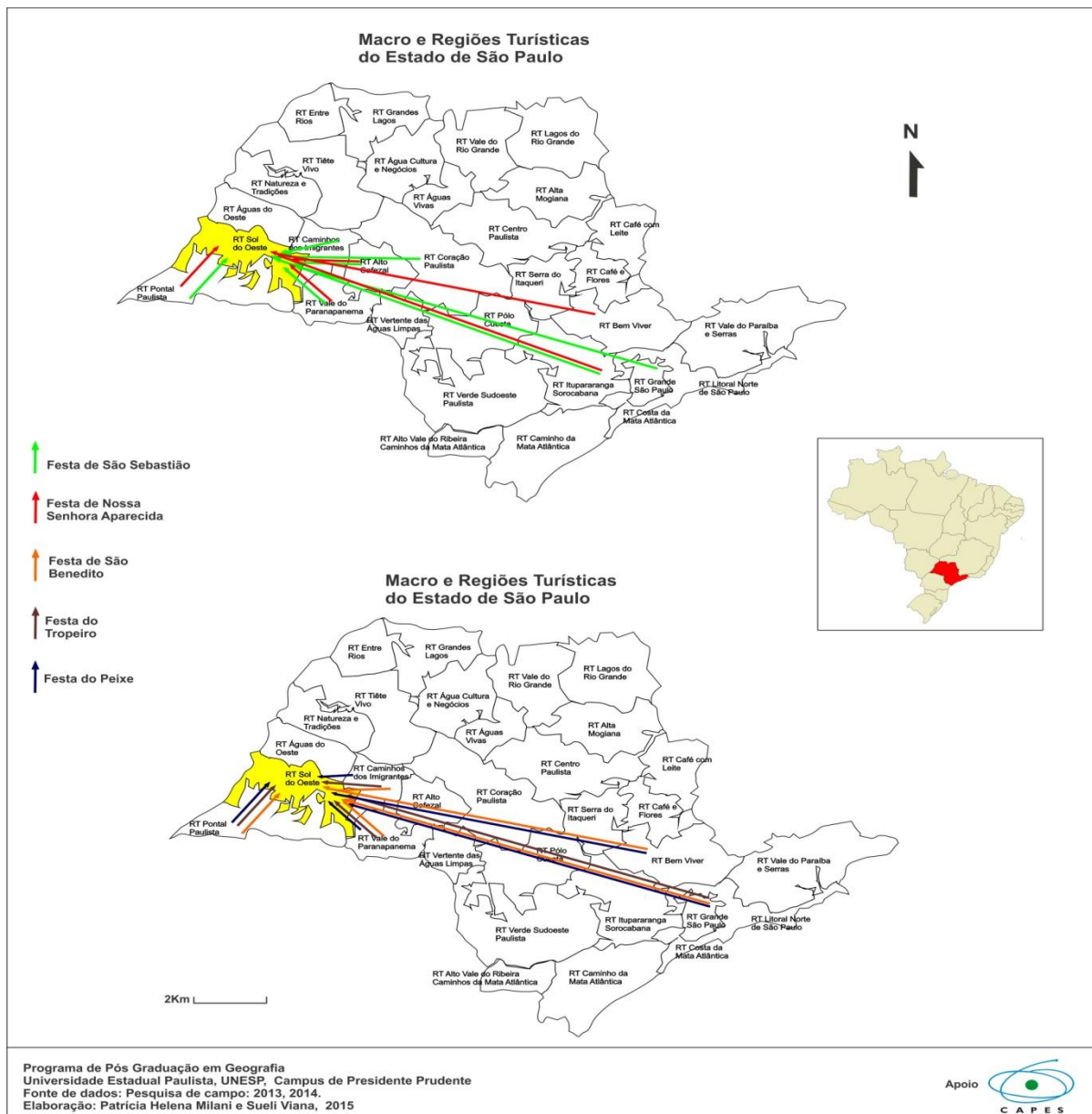
Esses elementos demonstram um perfil heterogêneo dos visitantes/turistas, mas de outro modo, evidencia a relevância dos atrativos contidos no Distrito, levando em conta, notadamente, o uso e a apropriação do espaço pela prática do turismo. Para Rodrigues (1997), os recursos presentes no lugar são muito valiosos, pois suas singularidades locais vão alimentar o turismo. Por conseguinte, pontua o autor que “o turismo vive das especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura, de um *lugar* – caracterizado pela sua força identitária” (RODRIGUES, 1997, p.12).

Nesse sentido, inclui refletir que ações estão sendo realizadas ou que sejam necessárias realizar, com o propósito de garantir que esses atrativos sejam preservados, conservando sua originalidade e que, simultaneamente, venham a ser apreciados pelos diferentes públicos.

Para expressar o lugar de origem dos visitantes/turistas (Figura 10), foram utilizados como referência o mapa do PNMT, em que divide os municípios em Roteiros Turísticos de acordo com seus potenciais turísticos, os quais foram identificados duzentos e dezenove regiões turísticas, agregando-se assim três mil e trezentos e dezenove municípios paulistas.

Portanto, as análises das informações demonstram que a origem dos visitantes/turistas abrange os municípios do entorno do Município de Rancharia, além de outros municípios mais distantes do estado de São Paulo e outros estados, como de Minas Gerais (Araguari) e Maranhão (Imperatriz).

Figura 44: Distrito de Gardênia, fluxo dos visitantes/turistas nas festividades.



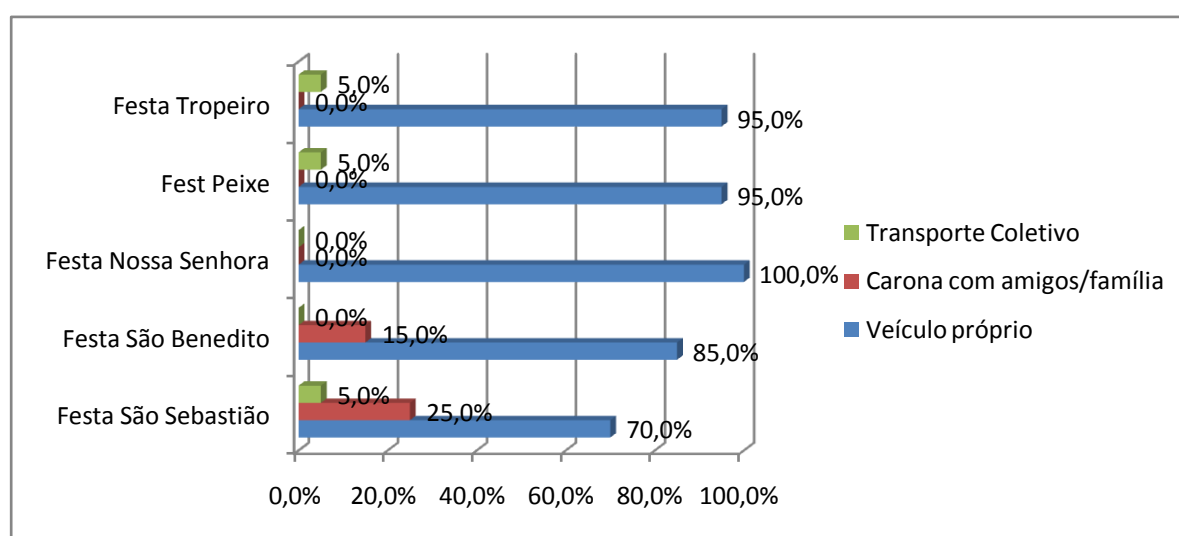
Fonte: Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo (2013). Org.: Autora, 2014.

Assim, verificamos que os maiores fluxos de visitantes/turistas são oriundos de regiões próximas ao Distrito; todavia, há também visitantes de outras regiões mais distantes, inferindo

que mesmo com a implantação de roteiros turísticos as pessoas buscam por lugares que satisfaçam seus anseios e que se identifiquem. Assim, como expôs Souza (2012), a localização do Distrito a eixos rodoviários diversos e próximos a uma rodovia com segmentação relevante (Rodovia Raposo Tavares) propicia o fluxo de visitantes/turistas.

No tocante ao meio de transporte utilizado pelos visitantes/turistas que estavam presentes nas festividades do Distrito, o Gráfico (10) demonstra que predomina o uso do carro próprio, seguido por carona de amigos e/ou família, e uma menor proporção que utiliza o transporte coletivo.

Gráfico 10: Distrito de Gardênia, festividades, visitantes/turistas, meio de transporte utilizado.



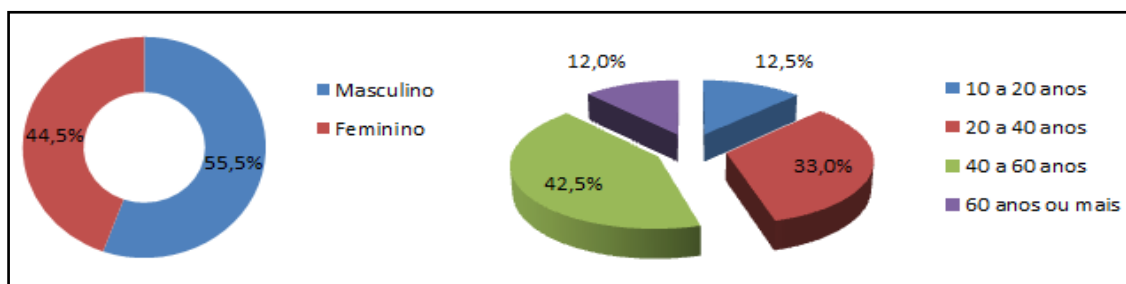
Fonte: Souza, 2014.

Desse modo, observamos que conforme expresso por Rodrigues (1997), as facilidades em vista do desenvolvimento tecnológico associado às conquistas trabalhistas possibilitaram às pessoas se deslocarem para diferentes lugares que desejarem. Entretanto, como constatou Souza (2012), considerando os escassos meios de transportes coletivos oferecidos à população e visitantes/turistas no Distrito, há um indicativo de diferenciação na qualidade e na dimensão da mobilidade e das interações espaciais, necessitando-se, assim, de serem avaliadas pelos Agentes Públicos Municipais, posto que nem todos dispõem de meio de transporte próprio.

6.3.2 Moradores locais

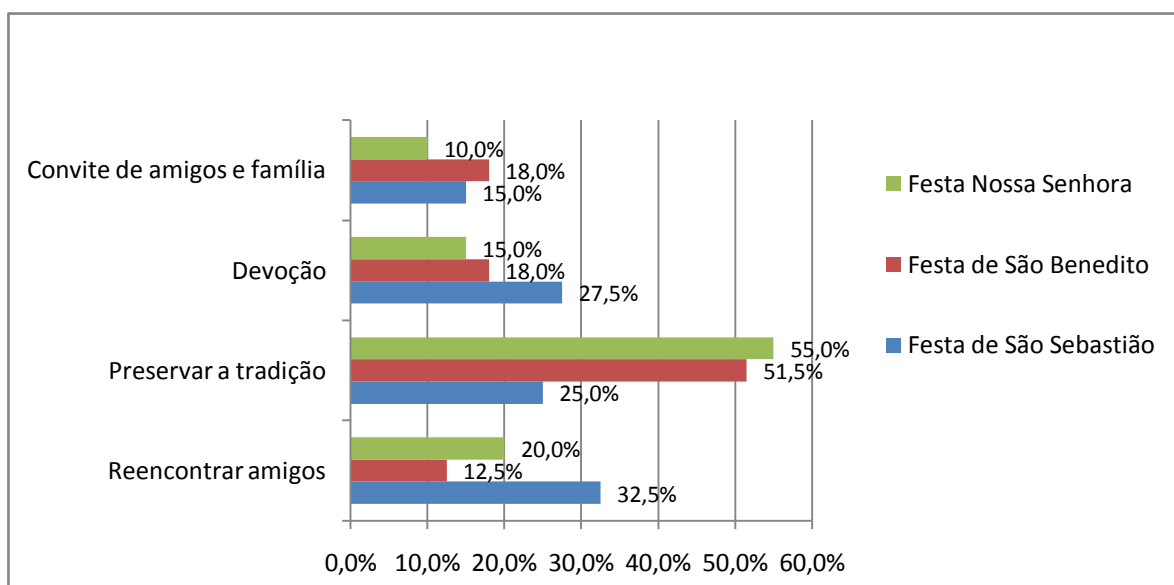
Para os moradores locais que estavam participando das festividades (Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Festa do Tropeiro, Fest Peixe e Festa de Nossa Senhora Aparecida) realizadas no Distrito, os duzentos questionários aplicados abarcaram questões relativas ao gênero, a faixa etária, às motivações em prestigiar as respectivas festas, se conhecem o histórico do surgimento da festa, a opinião sobre a infraestrutura básica e turística existente no evento e no Distrito, a opinião sobre a importância do evento para o Distrito, se considera o evento um atrativo turístico, o nível de escolaridade e a ocupação. Desse modo, observamos que, quanto a faixa etária e de gênero, o número total de entrevistados nas festividades (Festa de São Sebastião, Festa de São Benedito, Fest Peixe, Festa do Topreiro e Festa de Nossa Senhora Aparecida) demonstraram respectivamente o predomínio do sexo masculino (55%) com idade de 40 a 60 anos (42,5%) e, de 20 a 40 anos (33,0%) (Gráfico 11).

Gráfico 11: Distrito de Gardênia, perfis dos moradores locais, do número total de entrevistados nas festividades.



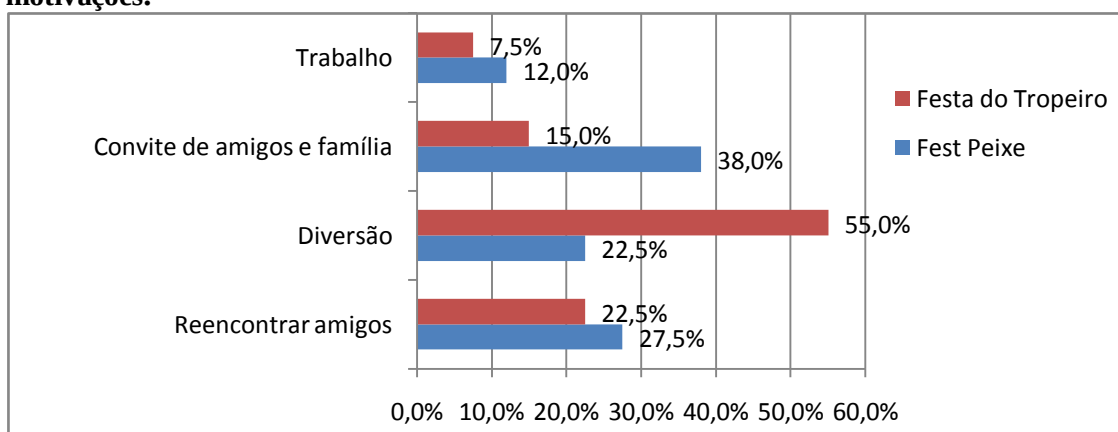
Fonte: Souza, 2014.

Podemos verificar também (Gráfico 12) que no contexto das festas de natureza religiosa, tomando como referência o maior índice percentual, os moradores locais têm como motivação a preservação da tradição, o reencontro de amigos, a devoção e o convite de amigos e/ou família.

Gráfico 12: Distrito de Gardênia, festividades religiosas, moradores locais, motivações.

Fonte: Souza, 2014.

No que se refere ao contexto dos eventos desvinculados da natureza religiosa, as motivações (Gráfico 13) concentram-se em torno da diversão, do convite de amigos e/ou família que já participaram, o reencontro de amigos/família e o trabalho. As pessoas que indicaram ter por motivação o trabalho estavam na ocasião das festas exercendo funções relacionadas ao funcionalismo público, como enfermeiros, bombeiros, guardas municipais, e/ou tinham comércio ambulante.

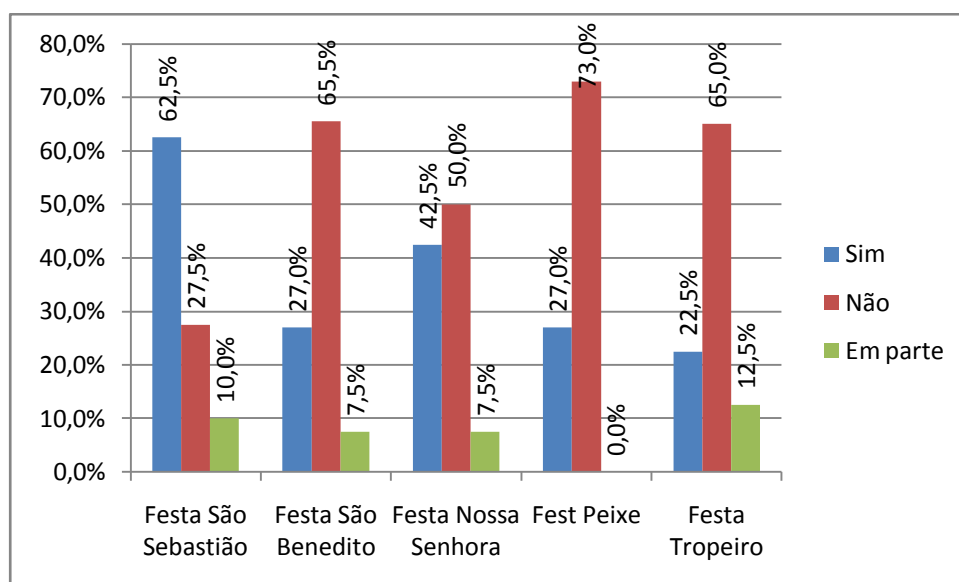
Gráfico 13: Distrito de Gardênia, festividades desvinculada do sacro, moradores locais, motivações.

Fonte: Souza, 2014.

Com relação ao conhecimento do histórico do surgimento das festas (Gráfico 14), podemos dizer que os moradores locais participam das festividades; no entanto, exceto a Festa de São

Sebastião, desconhecem o histórico de seu surgimento. Diante desse fato, reiteramos que há outros interesses em participar das festividades, além da preservação da tradição.

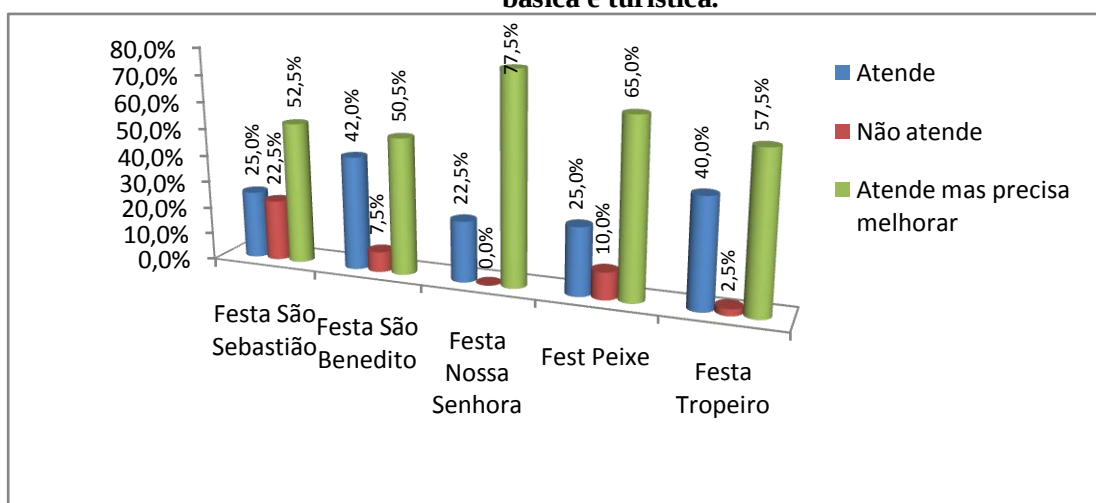
Gráfico 14: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, conhecimento do histórico da festa.



Fonte: Souza, 2014.

Os dados sobre a opinião da infraestrutura básica e turística existentes no local do evento e no Distrito estão expressos no gráfico (Gráfico 15), ilustrando que, diferentemente do que foi declarado pelos visitantes/turistas, os moradores locais majoritariamente consideram que atende às necessidades básicas dos participantes das festividades.

Gráfico 15: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, opiniões sobre a infraestrutura básica e turística.



Fonte: Souza, 2014.

Porém, mesmo que em menor proporção as opiniões vem exibir, que há um percentual considerável de participantes que identificam que essas questões (infraestrutura básica e turística)carecem de melhorias, as quais se referem a iluminação, as vias de acesso (pavimentação), a ventilação, ao aumento no número cadeiras e mesas, utensílios, talheres, entre outros(Quadro 2).

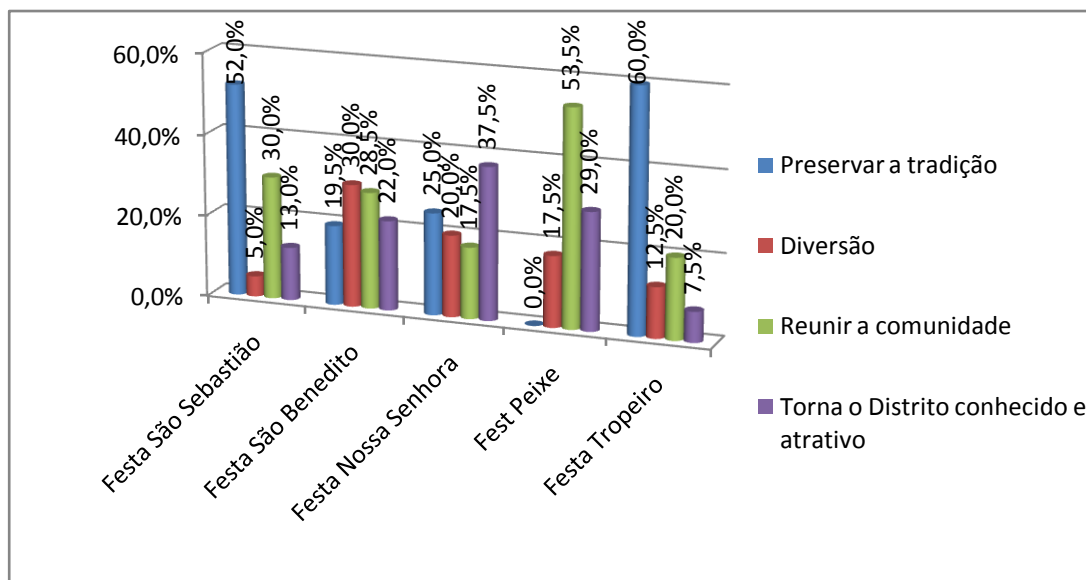
Quadro 2:Festividades, moradores locais categorização das opinioes sobre infraestrutura básica e turística.

Aspectos a melhorar	Festa de São Sebastião	Festa de São Benedito	Fest Peixe	Festa do Tropeiro	Festa de Nossa Sra. Aparecida
Sinalização	x	x		x	X
Transporte coletivo	x				
Parque infantil		x			X
Iluminação	x	x		x	X
Banheiro público/manutenção		x		x	X
Banheiro químico	x			x	
Praça pública		x			X
Recapilar estradas rurais	x	x		x	X
Cascalhar e/ou pavimentar o local				x	
Arborização				x	
Unidade de pronto atendimento	x	x		x	X
Iluminação pública	x	x		x	X
Limpeza no local	x	x		x	X
Balcões de atendimento	x	x			X
Hotéis, restaurantes e pousadas	x	x		x	X
Água potável	x	x		x	X
Lixeiras	x	x		x	X
Praça de alimentação-ampliar				x	

Fonte: Souza, 2014.

Conforme mostra o Gráfico 16, 59% dos moradores locais consideram que as festividades no Distrito são relevantes, visto que contribuem na preservação da tradição da cultura local, uma oportunidade de reunir a comunidade, de diversão, além de tornar o Distrito conhecido e atrativo.

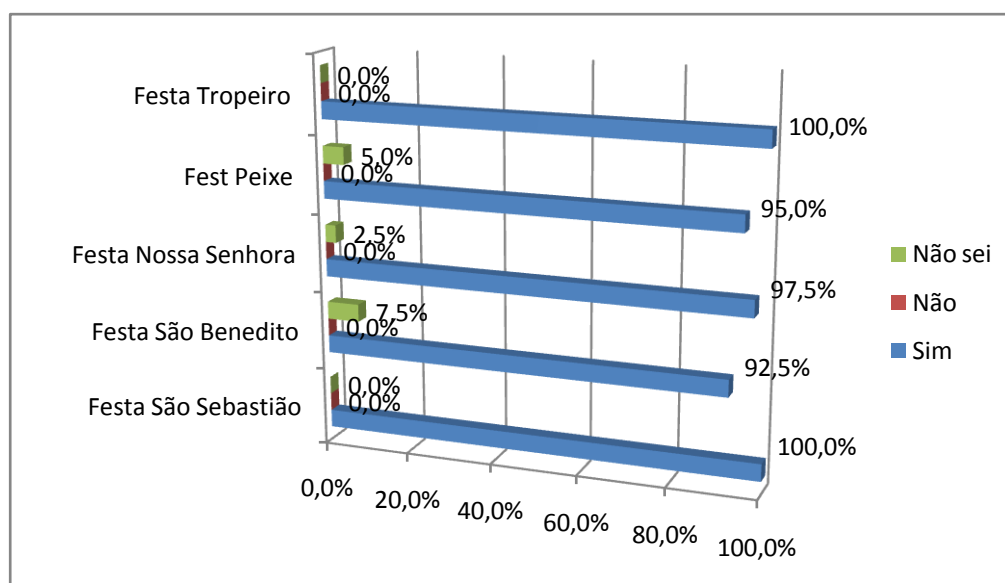
Gráfico 16: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, opinião sobre o evento.



Fonte: Souza, 2014.

Desse modo, esses sujeitos (moradores locais) também percebem esses eventos como atrativos turísticos em potenciais (Gráfico 17) numa proposta de turismo cultural, sobretudo, considerando o uso e a apropriação do espaço atualmente no Distrito pela prática do turismo.

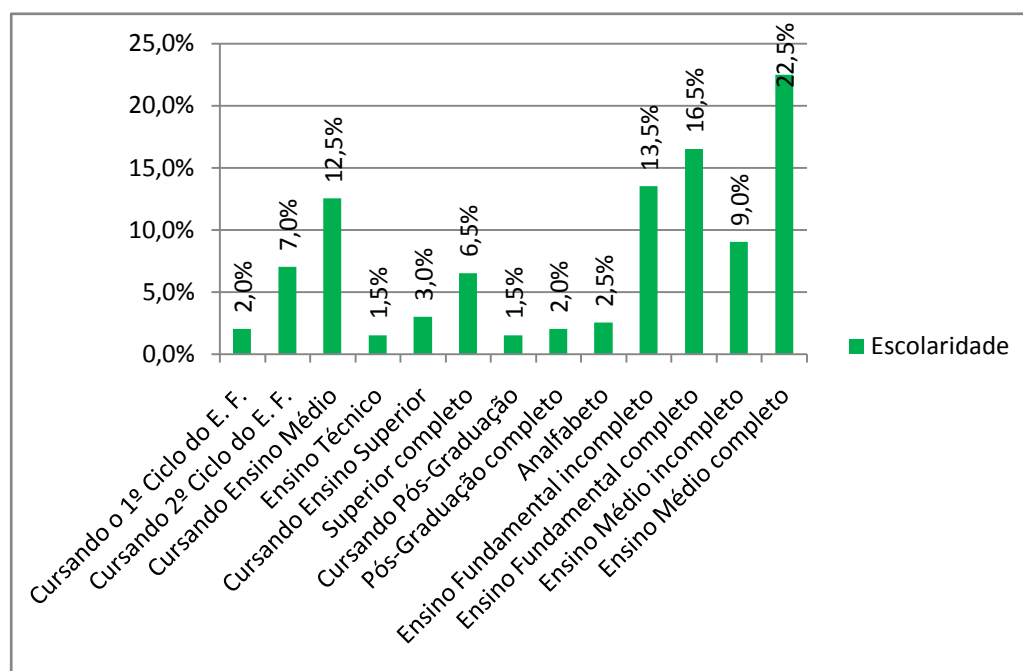
Gráfico 17: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, se consideram o evento um atrativo turístico.



Fonte: Souza, 2014.

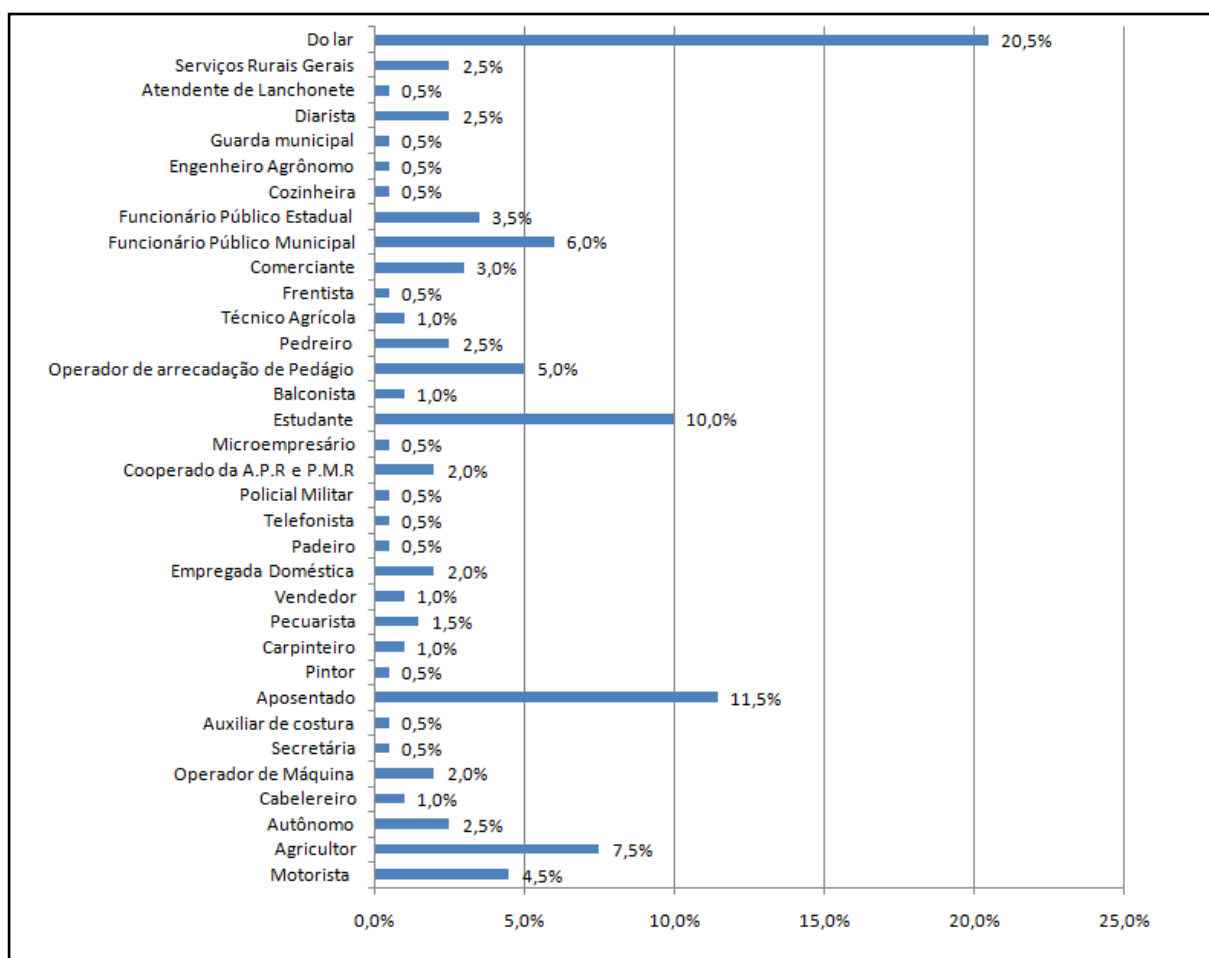
Não obstante, os dados também revelam que há moradores locais que não consideram as festividades um atrativo turístico (Gráfico 17), e alguns não souberam opinar.

O nível de escolaridade dos moradores locais avaliados nas festividades é diversificado, conforme demonstra o Gráfico 18, predominando o ensino médio completo, o ensino fundamental completo (II ciclo) e o ensino fundamental incompleto.

Gráfico 18: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, nível de escolaridade.

Fonte: Souza, 2014.

O perfil desses moradores locais, presente nas festividades, revelou (Gráfico 19) diferentes profissões ou ocupações, com o predomínio de a do lar, aposentado, estudante, agricultor e funcionário público municipal. Essa circunstância vem certificar que, como constatado por Souza (2012), a oferta de emprego no Distrito se tornou escassa, convergindo-se no funcionalismo público (estadual e municipal), e na população aposentada.

Gráfico 19: Distrito de Gardênia, festividades, moradores locais, profissões.

Fonte: Souza, 2014.

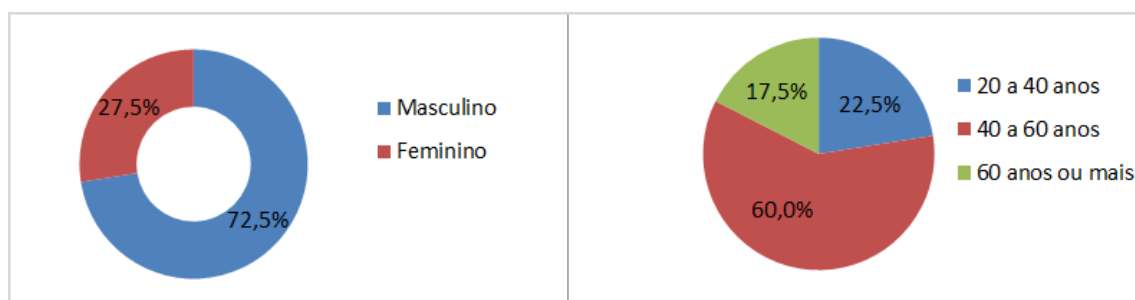
Essas informações, apesar de limitarem-se em amostragem fundamentadas na proporção aproximada no número de participante das festividades, vêm converter-se num relevante banco de dados, que poderá colaborar no desenvolvimento de futuras ações por parte do Poder Público Municipal.

6.3.3 Áreas de segundas residências – visitantes/turistas

Como brevemente exposto, também foram realizados quarenta questionários com os visitantes/turistas frequentadores das segundas residências no Distrito com o intuito de identificar o perfil desse público, a motivação em frequentar, o tempo que frequenta, se é proprietário, com que frequência visita, qual o meio de transporte utilizado, qual atrativo visita e qual a opinião sobre a infraestrutura básica e turística.

Desse modo, como a infraestrutura básica e podemos apreciar nos gráficos 19 e 20, majoritariamente os frequentadores são do sexo masculino, e a idade que prevalece é de quarenta a sessenta anos.

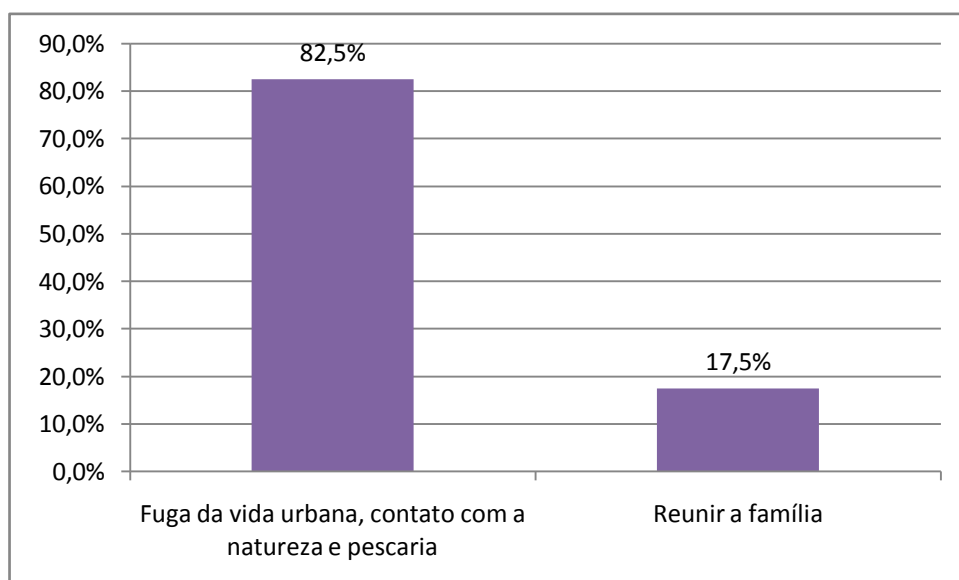
Gráficos 20 e 21: Distrito de Gardênia, visitantes/turistas – segundas residências.



Fonte: Souza, 2014.

No que diz respeito as motivações em frequentar o Distrito, predomina a fuga do cotidiano urbano, o contato com a natureza e a atividade de pesca (Gráfico 22), seguido por ser uma oportunidade para reunir a família.

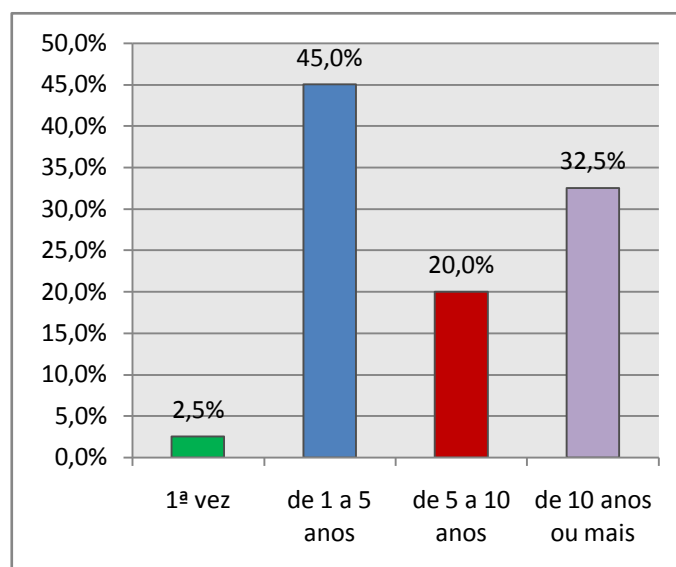
Gráfico 22: Áreas de segundas residências, motivações em frequentar o Distrito de Gardênia.



Fonte: Souza, 2014.

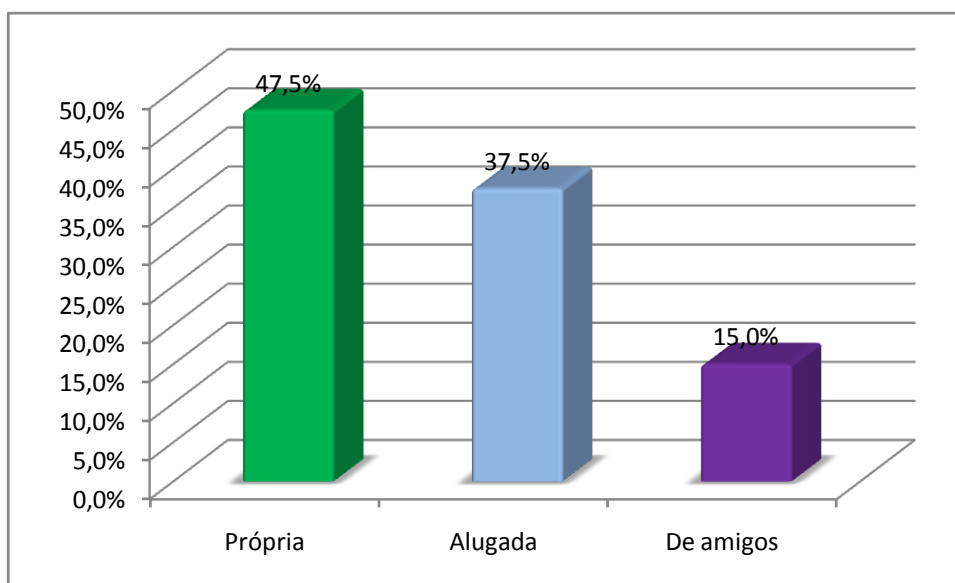
Com relação ao tempo que frequenta, Gráfico 23, o Distrito os visitantes/turistas declaram, considerando o maior índice percentual, que se concentram em torno de um a cinco anos, posterior a de dez anos ou mais. A frequência desse público no Distrito varia

Gráfico 23: Distrito de Gardênia, visitantes/turistas – tempo que freqüentam.



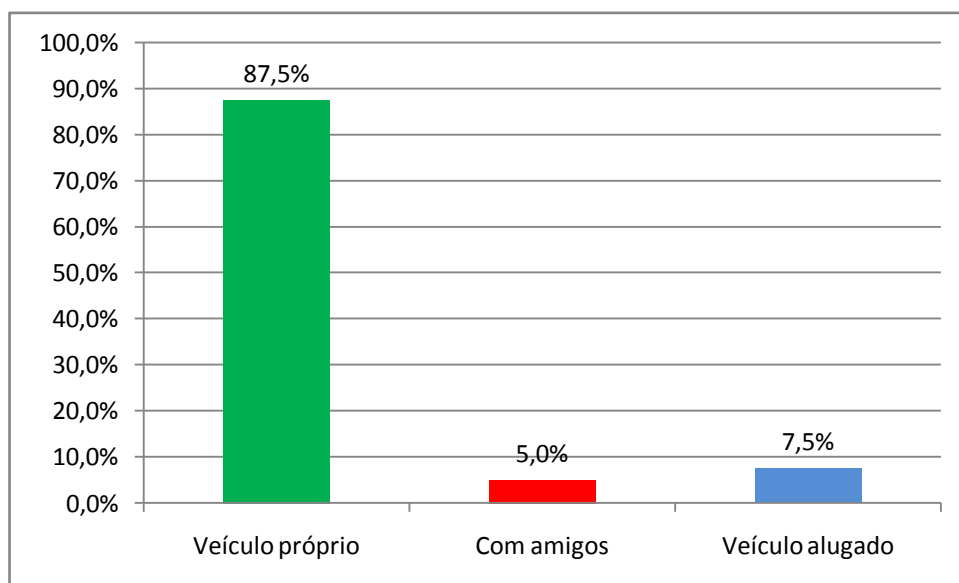
Fonte: Souza, 2014.

Quanto a condição da propriedade ocupada, observamos no Gráfico 24, que se destaca a residência própria, em detrimento da alugada e de amigos.

Gráfico 24: Distrito de Gardênia, Condição da propriedade que ocupa.

Fonte: Souza, 2014.

A respeito dos meios de transporte utilizados pelos visitantes/turistas (Gráfico 25), estes utilizam do veículo próprio, do alugado e o de amigos/parentes.

Gráfico 25: Distrito de Gardênia, Visitantes/turistas, meio de transporte.

Fonte: Souza, 2014.

Quanto aos atrativos visitados por esses sujeitos (visitantes/turistas), temos os seguintes dados: bares e lanchonetes, 15,22%, festas tradicionais, 13,04%, todos os atrativos

(festas, represa, bares e lanchonetes) que tem e que vier a ter na ocasião, 26,09%. No entanto, nesse âmbito, 34,78% não procuram nenhum atrativo além da represa, se restringindo apenas no local em que estão hospedados e/ou em que tem sua residência, e, 10,87% desconhecem outros atrativos além da represa.

A opinião sobre a infraestrutura básica e turística veio constatar que 69% dos frequentadores disseram que necessitam melhorar, considerando a importância da atividade turística para o Distrito atualmente (quadro 3).

Quadro 3: Áreas de segundas residências, opinião sobre infraestrutura básica e turística.

Aspectos a melhorar	Áreas de segundas residências e condomínios
Estacionamento	
Saneamento básico	
Abastecimento de água	
Iluminação	
Sinalização	
Equipe de fiscalização	
Torre de transmissão	
Barreira de contenção da água da represa	
Água potável nas áreas de camping	
Pavimentação e/ou recapiamento das estradas de acesso	
Rampa municipal	
Quiosque público	
Manutenção de banheiros e praça pública	
Pista de caminhada	
Parque infantil	
Atendimento médico 24 horas	
Açougue, lanchonetes, supermercado	
Serviços especializados (manicure, cabeleireiro entre outros)	
Coleta de lixo	

Fonte: Souza, 2014.

Nesse sentido, apontaram também que devem ter mais atrativos culturais além das festas tradicionais que acontecem somente em datas específicas, como bailes ou shows ao vivo nos fins de semana, evitando que tanto os moradores como os visitantes saiam para outros locais; verificar em órgãos competentes o porquê que em certas épocas do ano, sobretudo, quando é liberada a pesca (março a novembro), as águas da Represa Capivara baixam significativamente prejudicando a prática da pesca e, conseqüentemente o próprio Distrito, que deixa de lucrar; construir parques infantis e pista de caminhada entre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dedicou-se em analisar o desenvolvimento do turismo no Distrito de Gardênia, buscado-se assim, por intermédio da abordagem geográfica, compreender e averiguar a territorialização dessa atividade nesse contexto, bem como a potencialidades de seus atrativos turísticos naturais e culturais.

Os resultados desse processo investigativo revelaram questões importantes que proporcionaram compreender a relevância desse fenômeno que se encontra na contemporaneidade em ascensão. Em contrapartida, tanto os estudos como as ações que envolvem seu desenvolvimento em alguns casos, não tem acompanhado o seu compasso e necessitam ser clarificadas.

A questão inicial abarca pontualmente o caráter econômico e re (o) rganizador do território presente nessa atividade aos quais exige um planejamento acurado e que necessariamente integra o social e o natural. Nesse sentido, como visto nas informações prestadas nos órgãos públicos (Secretaria do Planejamento, Secretaria de obras e Urbanismo e Secretaria do Turismo) de modo geral as ações empreendidas são propostas que estão parte em andamento e parte como proposições.

Assim de modo mais específico, os dados obtidos na Secretaria do Planejamento evidenciam a clara percepção de seu representante sobre a relevância econômica do turismo presentemente. Nesse âmbito, juntamente admite o fortalecimento da atividade turística por meio da integração dos diversos seguimentos (pesca, artesanato entre outros) que o município dispõe como viabilidade de desenvolvimento. Além disso, para esse agente, o turismo é um segmento moderno auspicioso capaz de gerar emprego, possibilitar desenvolvimento econômico para o município e torná-lo conhecido no cenário regional e nacional.

Para tanto, nota-se a preocupação eminente de iniciativas que buscam identificar a demanda real e assim traçar ações que garantam o atendimento das necessidades e interesses

do público. Assim, constatou-se a carência de projetos efetivos acerca do turismo no município, e sobretudo no Distrito de Gardênia, como a implementação de toda a infraestrutura necessária a atividade. Como parte dessas iniciativas recentemente o Poder Público Municipal por meio de seus respectivos representantes promoveram reuniões públicas com a intenção de envolver a comunidade sobre as medidas mais coerentes a serem tomadas acerca de várias temáticas relativas ao município. Dentre as quais, o parcelamento do solo, a questão das políticas de preservação ambiental, a ampliação de áreas urbanas etc., que mesmo não se referindo especificamente ao turismo estão a ele condicionadas.

Com os relatos da Secretária do turismo, podemos mensurar que mesmo com a ausência de um profissional habilitado (turismólogo) os agentes tem procurado por meio do diálogo com outros setores (planejamento, cultura etc.) discutir estratégias que visem culminar na construção de projetos e ações voltadas ao bom desenvolvimento do turismo no município. Nesse sentido, mesmo com a composição de um conselho de turismo por diversos membros da sociedade, ainda carece prementemente de um Plano Municipal de Turismo. Portanto, assim como descrito pela Secretária, consideramos que a elaboração desse documento viria dar maior consistência e constância as ações voltadas a esse setor, evitando que a cada gestão ocorra continuamente uma interrupção do que foi proposto a priori. No que tange aos projetos e ações correlatas aos empreendimentos turísticos no Distrito de Gardênia, observamos que algumas se iniciaram somente no final do ano de 2012, como a ampliação do perímetro urbano. Esse feito apesar de relevante, pois faz parte das reivindicações dos visitantes/turistas que tem propriedades no Distrito, é apenas uma pequena parcela de uma série de ações que precisam ser realizadas.

Por isso, está em fase de acabamento um empreendimento imobiliário que visa além de atender aos interesses da demanda externa (visitantes), que estejam devidamente em acordo com as exigências ambientais.

Nesse sentido, é fundamental estender ações por todo o território afim de atender todos os sujeitos inseridos aonde o turismo ocorre.

Com os dados obtidos no contexto escolar pudemos notar que os sujeitos (professores e gestores) consideram relevante a inserção de temas relativos a cultura e o turismo em suas práticas, porém, esses elementos, ainda não são tratados com prioridade.

Baseando-se em Fonseca Filho (2007), compreendemos que dentre as circunstâncias deste fato estão a incipiência de estudos acerca dessa temática na educação, e a própria formação dos professores, que comumente não têm orientações específicas a área do turismo e que se restringem a sua área de formação em suas práticas. Assim, mesmo com a possibilidade

de diversificação do currículo por meio da parte diversificada (LDB, nº 9.394/96), esses obstáculos ainda não foram superados.

Assim, indicamos que deve haver a sistematização, a inclusão dessas questões nos documentos (Plano de aula, Projeto Político Pedagógico) que poderá contribuir na formalização de ações vinculadas a uma formação reflexiva da população local sobre a importância do uso responsável e consciente do patrimônio natural e cultural enquanto atrativos turísticos (culturais e naturais). Ademais a conscientização dos sujeitos inseridos nesse contexto diante da forma como a espacialização do turismo ocorre em seu território, contribuirá sobremedida no encaminhamento de ações que venha assegurar o desenvolvimento harmonioso dessa atividade. Isso porque, terão argumentos para reivindicar em caso de ingêrência, e impactos negativos, ações que venham dar novos reencaminhamentos e assim assegurar equilíbrio (social/natural) e desenvolvimento socioespacial.

Tomando por base as informações fornecidas pelos organizadores/representantes das festividades, especialmente as religiosas, notamos que mesmo em meio as mudanças ocorridas (sociais, econômicas e culturais) a comunidade busca preservar suas tradições. Assim, naturalmente, como marca de espacializações que estão em constantes movimento e interações vai se ressignificando para conjuntamente perdurar. Fato esse comprovado nas declarações de precursores das festividades que percebem as mudanças e temem sua total descaracterização.

As opiniões dos visitantes/turistas e comunidade local acerca dos atrativos turísticos presentes no Distrito também revelam que há um consenso a respeito de sua crescente relevância. Os apontamentos acerca das melhorias relacionadas as infraestrutura básica e turística vem contribuir com informações que serão encaminhadas para o Poder Público Municipal, aspirando que contribuam nas ações que venham atender aos anseios e necessidades de seus participantes.

Consideramos também que o Distrito dispõe de atrativos turísticos (naturais e culturais) relevantes, aos quais atraem um público significativo o que, conseqüentemente contribui para a divulgação dos mesmos. Assim, para assegurar que esses bens sejam resguardados como patrimônio cultural local, aproveitados como finalidade turística e venha garantir o desenvolvimento local faz-se necessário um planejamento participativo com os representantes da comunidade local, iniciativa privada e poder público.

Diante do averiguado e evocando os questionamentos da pesquisa, compreendemos que os participantes das festividades notadamente os moradores locais, são sujeitos com

intereses e aspirações diversas. Há aqueles que participam das festividades seja para atender o convite de seus familiares que zelam por preservar a tradição, seja pelo fato de reencontrar amigos/família e se divertir. Além do mais, não há na maioria das festividades a preocupação em conhecer o histórico do surgimento da festa, mas participar.

A constatação de que há o consenso por parte dos moradores locais de que as festividades são um atrativo turístico em potencial predispõe considerar que necessita de ações por parte dos órgãos públicos municipais (prefeitura, escola entre outros) significativas acerca desse objeto que é o turismo. Dentre os quais, principiando a discussão desse fenômeno com os próprios moradores locais, que são cerne do território e que necessitam de uma formação que garanta reflexões e posicionamento acerca do desenvolvimento do turismo.

Enfim, tendo em conta a relevância substancial do sentido social da pesquisa, serão apresentados os dados desse estudo para diversos órgãos do município, como câmara municipal, secretaria da educação e a comunidade do Distrito de Gardênia, a fim de contribuir para um novo repensar das formas adequadas de apropriação deste território pelo turismo.

8REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Gearlda; VARGAS, Maria Augusta M.; MENDES, Geisa Flores. Territórios, paisagens e representações: diálogo em construção. *Mercator*, v.10, n. 22, p. 23-35, mai./ago. 2011. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/550/346>. Acesso em 06 out. 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Série educando - Campinas, SP: Papirus, 1989.

ANJOS, Francisco Antonio dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. 2004. 256f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo - Como aprender, como ensinar**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/> Acesso em 20 set. 2014.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 7, nº 11, 12 e 13, p;. 107-122, set/out, 2003. Disponível em: www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_8_turismo.pdf. Acesso em 05 out. 2015.

AUSHTON, Mary Sandra; GARCIA, RoslaineKovalczuk de Oliveira. Planejamento e gestão pública: reflexões sobre o desenvolvimento turístico de Nova Hamburgo a partir da investigação do perfil do visitante. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 10, n. 02. p.185 - 203, maio/ago. 2008. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo Acesso em: 21 jul. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.- São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v. 5. nº 3, 2005. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=a> acesso em: 08/03/2014.

BENI, Mário Carlos. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2007,p.125-150.

BRASIL. Ministério do Turismo – MTur. **Projeto inventário da oferta turística**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/jsp/formularios/>>. Acesso em: 27 de mar. 2014.

BRAUN, Edulina Fernandes. **Turismo como alternativa de renda no município de Rancharia**. 2011. 75 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2011.

CANASAT. Monitoramento da Cana-de-açúcar. 2015. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>. Acesso em 08 out. 2015.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Roberto S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. 2006. 311 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org. et. al.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 4. ed. – Porto Alegre, UFRGS, 2003.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 94-121.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 - 159, 1998.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural turistificado. In: MARTINS, Clerton. (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p.31-37.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Turismo e estratégias de desenvolvimento local: uma reflexão sobre as políticas difusionistas e territorialistas. In: PORTUGUES, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012, p. 61-70.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo e produção do espaço: uma contribuição ao estudo da geografia do turismo. **Ciências Humanas em Revista**.v.8, p.1-21, 2011.

COTANDA, C. C. et al. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. IN: PINTO, C. R. J. N. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008. p. 63-83.

CRUZ, Rita de C. A. **Geografia do Turismo**.2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

ELESBÃO, Ivo. O turismo no contexto das transformações do espaço rural brasileiro. In: CRISTÓVÃO, Artur et al, (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.p. 241- 266.

ENCICLOPÉDIA DIGITAL DO OESTE PAULISTA - EMUBRA. 2003. Disponível em: http://camarapprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/rancharia/estatisticas.html. Acesso em: 08 out. 2015.

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> acesso em: 22 de set. 2015.

FONSECA FILHO, Ari da Silva. **Educação e turismo: um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANCISCO, Alyson Bueno. A erosão de solos no extremo oeste paulista e seus impactos no campo e na cidade. Revista **GEOMAE**. v.2. n.2., p. 57-68, 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/46/pdf_45. Acesso em 05 out. 2015.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **Turismo e território:** relações e complexidades. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=turismo+e+territorio&start=10>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FROEHLICH, José Marcos; ALVES, Hertbeton F. Inocência. Novas identidades, novos territórios – mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Revista Extensão Rural**, n.6, p.65-90, jan, dez, 2007. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2014/1572-1420663858.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Perfil do Município de Rancharia. 2103. Disponível em: Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 13 abr. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.(Ogs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.65-88.

GERHARDT, Tatiana Engel. A Construção da pesquisa. In: GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.(Ogs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 43 - 64.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Aspectos teóricos e conceituais. In: GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.(Ogs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.11- 30.

]GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. – 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALL, Michael. **História Oral:** os riscos da inocência. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 4 p.

HESPAANHOL, Antonio Nivaldo; HESPAANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. **Dinâmica do Espaço Rural e Novas Perspectivas de Análise das Relações Campo-Cidade no Brasil**. Terra Livre, v. 2, p. 133-148, 2006.

]

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Informações gerais sobre o Município de Rancharia/SP. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354220&search=||info%EF5es-completas>. Acesso em: 14 de abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Informações sobre o histórico do Município de Rancharia. 2012. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=354220&search=sao-paulo|rancharia|info%EF5es-completas>. Acesso em: 14 de abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo populacional. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 de fev. 2012.

INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO (IGC). **Municípios e Distritos/criação**. 1995. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_e_distritos.pdf. Acesso em: 02 de maio 2014.

KLEIN, Angela Luciene. **O turismo rural pedagógico e a função educativa das propriedades rurais**: estudo em Porto Alegre, RS, e Joinville, SC. Porto Alegre: Facos/UFSM, 2013.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, AdyrApparecidaBalastrieri.(Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana**: o caso das cidades da região de governo de Dracena-SP. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2011.

LEITE, NatháliaKörössy. **Turismo e território**: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo. 2008.171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa/PT, 2008.

MAGALHÃES, Cláudia F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991.

MASSEY, Doren. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, Doren. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, A. A. (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe. Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MOESCH, Marustchka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 73, Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

OLIVA, Jaime Tadeu. O ensino de geografia um retardo desnecessário. In. CARLOS, Ana Fani Alexandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA et al. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo**. Campinas: IAC/Embrapa, 1999. Mapa, escala 1:500.000. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/solosspp/solos.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Teoria, métodos e técnicas de pesquisas**. I.M.S., 1985.

PEREIRA, Cássio Avelino. **Políticas Públicas de Turismo**. Revista Turismo em Análise. São Paulo. v.10,n.2 . p.7-21 nov. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PERETTI, Gláucia Aparecida Rosa Cintra. **Proposta de conscientização turística na EE 18 de junho de Presidente Epitácio – SP**: uma experiência de como trabalhar o tema turismo nas escolas de ensino fundamental. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, FCT/UNESP, Presidente Prudente.

PETROCCHI, M. Turismo: **Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA. **Informações gerais sobre o Município de Rancharia**. 2014. Disponível em: <http://www.rancharia.sp.gov.br/content/hist%C3%B3ria-de-rancharia>. Acesso em: 02 de maio 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA. **Informações gerais sobre o saneamento básico do Município de Rancharia**. 2015. Disponível em: <http://www.rancharia.sp.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2015.

PROENÇA, Andreia Cristina Barbosa. **Histórico e desenvolvimento socioeconômico de Rancharia**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996 (Relatório de bolsa PAE).

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós - graduação**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Marcelo. **Festas populares e turismo cultural** – inserir e valorizar, ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Ozório, Rio Grande do Sul. PASOS: Revista de turismo y patrimônio cultural. v. 2. n.1. Pags.47-56, Universidad de La Laguna, Islas Canarias, España, 2004. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/>. Acesso em: 08 fev. 2014.

RODRIGUES, Adyr Balasteri (Org.). **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. HUCITEC, São Paulo.

_____. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (Org.). **Turismo. Como aprender como ensinar**. 3 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

_____. **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROMA, Claudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

RUSCHUMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e desenvolvimento sustentável: A proteção do meio ambiente**. – Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção turismo). Disponível em: <http://books.google.com.br/> Acesso em: 04 de jul. 2014.

SALES, Airles Maria Melo; ASSIS, Lenilton Francisco. **Turismo e ensino de geografia: um diálogo possível**. Revista de Geografia- v.15, n.1, 2006, jan/jun, Universidade Estadual de Londrina.

SANTOS, Clediane Nascimento. **O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Pontal do Paranapanema**. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, FCT/UNESP – Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21, 22), p. 111 – 125, 1999.

SÃO PAULO, Estado Secretaria da educação. **Currículo do Estado de São Paulo**. 1.- ed. atual. – São Paulo: SE, 2011. 152 p.

SÃO PAULO. Casa da Agricultura de Rancharia. **Dados sobre produção agrícola**. 2015.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. **Dados de agricultura**. 2014. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t468.pdf>. Acesso em: 07 de maio 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUL, Ana Maria. SILVA, Antonio Gouvêia. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.90, n. 223-224, jan./abr.2009. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1304/1191>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SEABRA, Giovanni. Turismo sertanejo: a cultura regional e o desenvolvimento local. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2007. p.274- 286.

SERVIÇO DE APOIO À PEQUENA E MICRO EMPRESA - SEBRAE. Escritório Regional de Presidente Prudente. **Circuito Turístico Oeste Rios**. Presidente Prudente: Sebrae, 2010.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.p. 47-63.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. ver. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de presidente Prudente** – SP. 2011.282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2011.

SILVEIRA, Cibele Rossana Funck Donato da; MARTINS, Cristina Statella; VIEIRA, Fernanda Sá. **Turismo pedagógico em Dourados/MS** – uma atividade educacional. In: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SemintURTurismo : Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.ucs.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.(Ogs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOARES, Janaina. **A produção do espaço em cidades pequenas: o caso de Emilianópolis**. 2012.77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – UNESP/ Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, Sueli Aparecida de. **Transformações Socioespaciais no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia – SP**. 2012. 116 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em geografia) – UNESP/ Presidente Prudente, 2012.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Márcio Antonio. **Organização do espaço rural em Paraguaçu Paulista**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: [s.n.] 1979.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1988.

THOMPSON, P. Entrevista. In: **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 254-278.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo8: Atlas, 1987.

TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. 1995. 154. Tese (Livre – Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'EGA**, Curitiba, v. 23, 340-375p, 2011.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus, 1998. p. 129 – 145.

XAVIER,Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A– Modelo de entrevista – Secretaria da Cultura e Turismo

I- Dados do entrevistado:

Nome completo: _____

Idade: _____

Local: _____

Função/Cargo: _____

1. Como funciona o Turismo no município? Como é a gestão? Há Plano Municipal do Turismo? Há um Conselho Municipal de Turismo?
2. O Município participa da proposta de regionalização do turismo? Se sim, como?
3. O município possui um calendário de eventos?
4. Considerando o uso e a apropriação do espaço no Distrito de Gardênia em específico, pelo turismo, que ações estão sendo desenvolvidas e/ou que se pretende desenvolver para fomentar essa atividade? Conhece as manifestações culturais com potencialidades turísticas no Distrito? Considera as mesmas como atrativos dentro de uma proposta de implementação turística?
5. Que ações são desenvolvidas para que as manifestações culturais (festas tradicionais) se realizem no Distrito de Gardênia? Que tipos de subsídios em específicos são oferecidos?
6. Há um controle de visitantes no Município?
7. O município possui algum título turístico? Qual?
8. Além do Circuito Oeste Rios, o município é integrante de algum outro programa no âmbito do turismo?
9. Quais os projetos culturais e turísticos previstos por essa gestão no Distrito de Gardênia?
10. Quais as principais dificuldades e ou facilidades de se trabalhar, desenvolver, implementar o turismo no Distrito?

APÊNDICE B – Modelo de entrevista – GESTOR

I- Dados do entrevistado:

Nome completo:_____

Idade:_____

Local:_____

Função/Cargo:_____

1- Há alguma atividade específica a serem desenvolvidas com os alunos durante a semana que antecede/ou durante os eventos culturais realizados no Distrito? Se sim, como será o desenvolvimento? Haverá uma orientação a priori com os professores ou cada professor desenvolverá aleatoriamente.

2- Na sua opinião, qual a importância da inserção das manifestações culturais locais no contexto escolar?

3- O que acha de um Currículo e de um Projeto Político Pedagógico adaptado a realidade do aluno e do mundo atual (globalizado)?

APÊNDICE C – Modelo de entrevista – PROFESSORES

I- Dados do entrevistado:

Nome completo: _____

Idade: _____

Local: _____

Função/Cargo: _____

1- Na sua opinião qual a importância inserção da Festa do Tropeiro e dos eventos culturais realizados no Distrito no contexto escolar? Por que?

2- Na sua opinião, o Currículo, o Projeto Político Pedagógico, os planos de aulas abordam conteúdos, temas, acontecimentos etc, inerentes ao contexto, ao lugar do aluno?

APÊNDICE D – Modelo de Entrevista organizadores das festividades

I- Dados do entrevistado:

Nome completo:_____

Idade:_____

Local:_____

Função/Cargo:_____

II – Informações sobre a Manifestação Cultural

1- O que te motivou a realizar a Festa? Quantas vezes já realizou?

2- Conte sobre o surgimento (histórico da festa):

3- Desde o início do grupo (desta festividade) quais as dificuldades enfrentadas? E como fizeram para superá-las?

4- Há algum tipo de registro sobre quantidade e a origem das pessoas que visitam a Festa?

5- A gestão pública municipal prefeitura ou alguma associação tem incentivado, colaborado e participado desta festividade ? Como?

6- Na sua opinião, qual a importância deste evento para o Distrito?

7- A Festa está inserida no calendário festivo do município?

8- Há algum projeto cultural ou turístico no qual a comunidade ou grupo encarregado da realização da Festa participa?

9- O (a) senhor (a) como responsável por esta festividade percebe alguma mudança na questão do incentivo e desenvolvimento da cultura no Distrito?

10- o senhor (a) acha que Festa de São Sebastião pode ser considerada um atrativo turístico? Por quê?

APÊNDICE E - Modelo de Entrevista – Secretaria de Planejamento

I – Dados do entrevistado:

Nome completo: _____

Idade: _____

Local: _____

Função/Cargo: _____

1. O senhor acredita que o turismo pode tornar-se uma alternativa de desenvolvimento econômico para Rancharia? Por quê? E no caso específico do Distrito de Gardênia, o que o senhor acha?
2. Quais as políticas, programas e/ou projetos da iniciativa pública que o Município de Rancharia participa? Há quanto tempo participa?
3. Na sua opinião, as políticas públicas, os programas/projetos que o Município está inserido tem o resultado desejado pela Secretaria de Planejamento/Turismo?
4. Em relação à iniciativa privada, como acontece a inserção nos programas/projetos turísticos?

APÊNDICE F- Modelo de entrevista - Secretaria de Obras e Urbanismo

I- Dados do entrevistado:

Nome completo: _____

Idade: _____

Local: _____

Função/Cargo: _____

1- Fale sobre o projeto Corvinas Rives

APÊNDICE G1 - Modelo de entrevista – Representante da cultura local – Festa de São Sebastião

I- Dados do entrevistado:

Nome completo:_____

Idade:_____

Local:_____

Função/Cargo:_____

1- Fale sobre o histórico do surgimento da Festa de São Sebastião e seus aspectos organizacionais;

2- Quantas festas foram realizadas pela senhora?

3- Qual a opinião da senhora sobre a Festa de São Sebastião atualmente?

APÊNDICE G2 – Modelo de entrevista – Representante da cultura local – Festa do Tropeiro

I- Dados do entrevistado

Nome completo:_____

Idade:_____

Local:_____

Função/Cargo:_____

1- posição que ocupava; quais as destinações das boiadas;quais os perigos, dificuldades; a quanto tempo ficou na profissão.

2- Fale as motivações que levaram a realizar a Festa do Tropeiro.

APÊNDICE H – Modelo de entrevista – PROPRIETÁRIOS RURAIS

I- Dados do entrevistado:

Nome completo: _____

Idade: _____

Local: _____

Função/Cargo: _____

- 1- Fale quando e como adquiriu sua propriedade. Qual a extensão (tamanho) da propriedade?
- 2- Que atividades eram desenvolvidas na propriedade antes de se pensar em novos usos e a exploração da mesma para o turismo? Quais as motivações, dificuldades que levaram o (a) senhor (a) abandonar as atividades antes desenvolvidas?
- 3- O senhor (a) conhece ou faz uso de alguma linha de crédito relacionada ao turismo (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF)?
- 4- Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento e a importânciado turismo para o Distrito?

APÊNDICE I – Modelo de questionário - festividades – visitantes/turistas

1- Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Idade _____

Local: _____

Escolaridade _____

Função/Cargo: _____

2- É a primeira vez que você vem a Festa De Nossa Senhora? O que te motivou a vir? Como ficou sabendo da Festa?

3- Qual sua opinião sobre a Festa? O que você mais gosta na Festa?

4- Conhece a história do surgimento da Festa? De que forma?

5- Possui alguma propriedade aqui no Distrito de Gardênia?

6- Qual o meio de transporte utilizado?

7- Qual o tempo de permanência no Distrito quando vem para a Festa? Onde fica hospedado quando fica mais de um dia no Distrito?

8- Você vem só, com amigos ou familiares para participar da Festa?

9- Quando vem para a Festa visita algum outro atrativo turístico ou cultural no Distrito?

10- Em sua opinião, a infraestrutura (básica e turística) existente na cidade/e ou no local do evento atende bem os visitantes? Se não, em que precisa melhorar?

APÊNDICE J – Modelo de questionário - festividades – Moradores locais

Dados de entrevistado:

Nome completo: _____

Idade _____

Local: _____

Escolaridade _____

Função/Cargo: _____

2- Quantas vezes já participou da Festa? O que te motivou a vir?

3- Qual sua opinião sobre a Festa? O que você mais gosta na Festa?

4- Conhece a história do surgimento da Festa? De que forma?

8- Você vem só, com amigos ou familiares para participar da Festa?

10- Em sua opinião, a infraestrutura (básica e turística) existente na cidade/e ou no local do evento atende bem os visitantes? Se não, em que precisa melhorar?

APÊNDICE K - Modelo de questionário – visitantes/turistas – áreas de segundas residências

1- Dados do entrevistado

Nome completo: _____

Idade _____

Local: _____

Escolaridade _____

Função/Cargo: _____

2- Possui propriedade no Distrito?

() sim () não

3- Qual a sua maior motivação em frequentar o Distrito? A quanto tempo frequenta?

4- Quando vem, qual o tempo de permanência?

() apenas um dia () durante o fim de semana e/ ou feriados

5- Quando vem para Gardênia que atrativos turísticos visita? (cultural e natural)

6- qual o meio de transporte utilizado?

7- Em sua opinião, a infraestrutura básica e turística existente no Distrito atende as necessidades dos visitantes/turistas?

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Autorização para uso de obras e imagens

Pelo _____ presente _____ instrumento, eu _____, nascido(a) no dia ____/____/____; portador(a) da Cédula de Identidade RG: _____, CPF n. _____, **autorizo**, nestes termos, à **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP**, a reproduzir, utilizar e divulgar as referidas obras e imagens fotográficas, sem quaisquer restrições, em todos os tipos de mídias, materiais ou eventos, em qualquer idioma e/ou área geográfica, a título gratuito, em caráter irrevogável e irretratável, e por prazo indeterminado. **Ressalvo que, em qualquer utilização das obras deve constar expressamente a sua autoria.**

Declaro, ainda, ser de minha total responsabilidade a obtenção da autorização de uso de imagem dos ali retratados, bem como assumo todas as responsabilidades por qualquer ofensa ou violação de direitos autorais de terceiros e da autoria de outras obras.

Por ser a expressão da verdade, dato e assino o presente termo de autorização.

_____,....., de.....de 20.....

Assinatura do CEDENTE

Descrição da(s) obra(s) e fotografia (s) e outra (s):

ANEXO 2 -Termo de consentimento de uso da entrevista

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA: Pesquisa para a Dissertação de Mestrado que tem como tema a questão do “_____”.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco ao/a informante.

O pesquisador responsável pela pesquisa é a _____, aluna regular do Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP, mestranda em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: _____; ou ainda pelo correio eletrônico:_____

Eu, _____, portador/a do documento _____, residente _____,

declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UNESP , que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que () permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Presidente Prudente, ____ de _____ de 20____.

Participante da Pesquisa

Sueli Aparecida de Souza
Pesquisadora

ANEXO 3-Termo de Autorização para uso de imagem - Escola**Termo de autorização para uso de imagem**

Eu

_____,
 () pai, () mãe, () avó/avô, () tia/tio responsável pelo
 aluno(a) _____
 do _____, autorizo que fotos e filmagens que incluam meu/minha filho(a)
 sejam feitas e utilizadas.

A) pela equipe da escola para fins pedagógicos

B) para fins de divulgação do trabalho da escola (informativos, encartes, folders, jornais
 internos e/ou semelhantes)

C) para fins de publicação site/blog

Estou ciente de que as imagens serão usadas apenas para fins pedagógicos e não
 comerciais, resguardando as limitações legais e jurídicas.

Número de telefone fixo/celular: _____ / _____

Assinatura do responsável: _____

Rancharia, _____ de _____ de 2015.